



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ GABRIEL DA SILVA

REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR: CONSTRUÇÃO
DE SITE TEMÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL (CURITIBA – PR)

CURITIBA

2018

LUIZ GABRIEL DA SILVA

REPRESSÃO E RESISTÊNCIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR: CONSTRUÇÃO
DE SITE TEMÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL (CURITIBA – PR)

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação do Mestrado
Profissional em Ensino de História,
setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná
como requisito para o título de
Mestre em Ensino de História.

Orientadora do trabalho: Prof.^a Dr.^a
Nadia Gaiofatto Gonçalves
(DTPEN/ED)

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR - BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS
FORNECIDOS PELO AUTOR Bibliotecário: Guilherme Luiz Cintra Neves – CRB9/1572

-
- S586 Silva, Luiz Gabriel da
Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site
temático para o ensino de história local (Curitiba – PR) / Luiz Gabriel da Silva.
– Curitiba, 2018.
151 f.; il. color. ; 30 cm.
- Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências
Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2018.]
- Orientador: Nadia Gaiofatto Gonçalves.
Bibliografia: p. 147-151.
1. Ensino de História. 2. Educação básica. 3. Memória coletiva - História.
4. Ditadura - Curitiba. 5. Internet na educação. I. Universidade Federal do
Paraná. II. Gonçalves, Nadia Gaiofatto. III. Título.

CDD: 907



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUIZ GABRIEL DA SILVA** intitulada: **Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local (Curitiba-PR)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Junho de 2018.


NADIA GAIOFANTO GONÇALVES
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


EDILSON APARECIDO CHAVES
Avaliador Interno (UFPR)


CLARICIA OTTO
Avaliador Externo (UFSC)

Dedico este trabalho a todos aqueles que lutaram e ainda lutam em nome de nossa incipiente e tortuosa democracia. Àqueles que lutaram contra a ditadura, contra a implementação do ensino pago em Universidades públicas, que tiveram suas garantias individuais violadas, sua liberdade tolhida, sua dignidade vilipendiada, registro meus sinceros agradecimentos, respeito e admiração. Vocês inspiram gerações.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de inúmeras horas de dedicação, persistência, curiosidade, pesquisa, feriados e férias sem descanso, mas sobretudo fruto de um incomensurável amor pelo conhecimento, respeito pela História e desejo de transformação da realidade. Com relação a este último item, devo agradecer inicialmente aos primeiros mestres que tive em minha vida, minha mãe Salete, que me influenciou desde meus primeiros passos (literalmente) até o presente momento, por ser uma pessoa persistente e que luta por seus sonhos. Meu pai, Luiz Carlos, pelo ensinamento de que honestidade e caráter são valores inestimáveis e inalienáveis, sem os quais não se inicia a construção de um mundo melhor. A sabedoria de meus progenitores trouxe todo o embasamento que eu necessitava para desenvolver minha autonomia e por isso os agradecimentos nunca serão suficientes.

Em minha trajetória pessoal fui agraciado com pessoas que iluminaram meu caminho e tornaram minha jornada muito menos penosa. Neste quesito, não poderia deixar de citar minha esposa Danielle que, além de me dedicar um amor sem limites, me deu todo o suporte necessário nas horas mais difíceis, me incentivando mesmo quando eu não acreditava mais em mim. Muitas foram as horas em que suas palavras e ações me guiaram e me acalmaram. Sua presença em minha vida é um bálsamo.

Outra pessoa de extrema importância para o resultado final desta jornada é meu amigo Gabriel Cordeiro, sempre presente nas horas mais difíceis. Gabriel se propôs a me ajudar a construir o site *Ditadura em Curitiba*, recusando-se a receber qualquer quantia, pois argumentava que era sua forma de me ajudar neste trabalho. Ajudou muito, meu amigo, mais do que imagina.

Agradeço a meus amigos e colegas de mestrado, Fabiano, Maurício, Luana, Maria Bethânia, Giancarlo, Joice, Izabella, Fernando, André, Carla e Sheila, pelas horas compartilhadas, pelas riquíssimas discussões e pelo companheirismo. As aulas foram muito mais enriquecedoras com os comentários pertinentes de cada um.

Sou grato a meus professores no Profhistória pelas indicações, sugestões, debates e estimulantes reflexões, tornando o aprendizado muito mais profícuo. Agradeço também por sua humildade, sempre tratando os alunos com empatia e carinho.

Gostaria também de mostrar gratidão e respeito pelos professores Clarícia Otto e Edilson Chaves, pela imensa ajuda na qualificação. Suas indicações e apontamentos auxiliaram muito no desenvolvimento deste trabalho. O professor Edilson esteve presente

desde as aulas de Seminário de Pesquisa, sempre demonstrando empolgação com o assunto ao qual dediquei minha pesquisa.

Ao professor Marcus Matozo, das Faculdades Itecne, que me orientou em vários momentos na Especialização em História e Geografia do Paraná, cuja temática desenvolvida no final do curso me ajudou diretamente no Mestrado, inclusive me incentivando a continuar o trabalho de pesquisador, minha gratidão.

A minha orientadora Nadia meus mais sinceros agradecimentos e congratulações. Sua sabedoria, paciência, dedicação e orientação foram o alicerce para a construção desta dissertação. Sua influência em minha vida profissional não se resume somente nas vastas indicações de leitura e aprimoramento no desenvolver da pesquisa, mas também no relacionamento com os alunos. Com ela, aprendi a criar pontes, a ser um contínuo pesquisador, a proporcionar a autonomia dos alunos, construindo um conhecimento lado a lado.

Com relação às fontes, devo muito a duas pessoas em particular. Silvia Calciolari, ainda no início da dissertação me indicou várias fontes e possibilidades de locais para pesquisa. Por meio de sua indicação, consegui o contato de Narciso Pires, o qual me ajudou muito, cedendo gentilmente um exemplar do livro *Depoimentos para a História* e me indicando os 172 depoimentos gravados e disponibilizados na internet com de seu projeto homônimo ao livro. Esses depoimentos são as principais fontes utilizadas neste trabalho. A luta de Narciso para que as memórias acerca da ditadura civil-militar em Curitiba não sejam esquecidas é inspiradora.

Gostaria de terminar esta sessão agradecendo aos meus alunos. Seu carinho, respeito e dedicação me inspiram a buscar ser um docente cada vez melhor. Em minha profissão, aprendi a não somente ensinar, mas a transferir e construir conhecimento (Obrigado, Paulo Freire). Posso dizer que, neste sentido, meus alunos são protagonistas. Além de partilharem agradabilíssimas horas comigo na jornada em busca do conhecimento, me inspiram a cada dia a acreditar em um mundo melhor.

“Enquanto escrevo, seres humanos altamente civilizados estão sobrevoando, tentando matar-me. Não sentem qualquer inimizade por mim como indivíduo, nem eu por eles, estão apenas “cumprindo o seu dever”, como se diz, na maioria, não tenho dúvida são homens bondosos e cumpridores das leis, que na vida privada nunca sonhariam em cometer assassinato. Por outro lado, se um deles conseguir me fazer em pedaços com uma bomba bem lançada, não vai dormir mal por causa disso. Está servindo ao seu país, que tem o poder de absolvê-lo do mal”

George Orwell

RESUMO

Nesta dissertação analisamos aspectos relevantes sobre a ditadura civil-militar, sobretudo na cidade de Curitiba, enfatizando locais outrora simbólicos no que tange tanto à repressão quanto à resistência. Para tanto, utilizamos como fontes jornais da época, bem como depoimentos de agentes atuantes no período, gravados por meio do projeto *Depoimentos Para a História*, realizado pela ONG (Organização Não - Governamental) DH-PAZ (Direito Humanos para a Paz) e disponibilizados na internet. Procuramos mesclar a pesquisa acadêmica com a inserção da História Local e das TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) no âmbito escolar, sobretudo na Educação Básica, elaborando o *site* temático *Ditadura em Curitiba*, o qual pode ser acessado por estudantes, docentes e demais interessados na temática trabalhada. A dissertação está dividida em três capítulos, sendo que no primeiro discutimos os aspectos inerentes à repressão; já no segundo, dissertamos aspectos inerentes à resistência e, por fim, no terceiro capítulo mostramos o processo de desenvolvimento do *site Ditadura em Curitiba*.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação Básica. Espaços de memória. Ditadura em Curitiba. História Local. Site temático.

ABSTRACT

In this dissertation, we analyze relevant aspects of the civil-military dictatorship, especially in the city of Curitiba, emphasizing what were once symbolic places regarding both repression and resistance. Therefore, we used newspaper sources of the time, as well as testimonies of agents who had worked in the period, recorded through the project *Testimonies for History*, conducted by the NGO (Non-Governmental Organization)DH-PAZ (Human Rights for Peace) and made available on the Internet. We strive to merge academic research with the insertion of Local History and ICTs (Information and Communication Technologies) in the school context, above all in the Basic Education, elaborating the Dictatorship themed site in Curitiba, which can be accessed by students, teachers and others interested in the subject matter. The dissertation is divided into three chapters, in the first, we discuss the aspects inherent in repression; already in the second, we discussed aspects inherent to the resistance, and finally, in the third chapter we show the development process of the site *Didatura em Curitiba*.

Keywords: History Teaching. Basic Education. Spaces of memory. Dictatorship in Curitiba.. Local History. Themed site.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Notícia da fuga do coronel Jefferson Cardim Osório.....	49
Figura 2: Atual fachada da antiga DOPS.....	61
Figura 3: Requião visita antiga sede da DOPS.....	61
Figura 4: Antiga sede do CPOR em Curitiba.	63
Figura 5: Atual fachada do Shopping Curitiba, antigo CPOR.	63
Figura 6: Localização da antiga Clínica Marumbi	65
Figura 7: Antigo quartel da Praça Rui Barbosa visto do edifício Presidente.	67
Figura 8: Atual Rua da Cidadania Matriz, onde era localizado o quartel da Praça Rui Barbosa	68
Figura 9: Monumento pela Resistência e a Luta Pela Anistia No Paraná, praça Rui Barbosa	68
Figura 10: Interior do Presídio do Ahú.....	72
Figura 11: 1º comando Regional de Polícia Militar.	74
Figura 12: Antiga sede da superintendência da Polícia Federal.....	78
Figura 13: Capa do Jornal Diário da Tarde noticiando a greve dos trabalhadores da construção civil.....	98
Figura 14: O Estudante José Ferreira Lopes enfrenta a cavalaria da Polícia com um estilingue.....	104
Figura 15: Centro Politécnico na atualidade.	104
Figura 16: Flávio Suplicy de Lacerda.....	107
Figura 17: Estudantes derrubam o busto de Suplicy no ato de “descomemoração” ao golpe de 1964	108
Figura 18: Monumento em que estava o busto de Flávio Suplicy de Lacerda.....	110
Figura 19: Estudantes presos na Chácara do Alemão	112
Figura 20: Estudantes presos na Chácara do Alemão (2)	113
Figura 21: Imagem de satélite com a localização da antiga “Chácara do Alemão”.....	132
5	
Figura 22: Trabalhadores da construção civil e policiais na Praça Zacarias durante a greve de 1979	117
Figura 23: Praça Zacarias na atualidade.....	118
Figura 24: Comício pelas Diretas Já na Boca Maldita em Curitiba	120
Figura 25: A Boca Maldita na atualidade.....	121
Figura 26: Mapeamento dos locais de memória da escravidão no Brasil.	127
Figura 27: Informações do local escolhido.....	127
Figura 28: Página inicial do site Ditadura em Curitiba.....	128
Figura 29: Menu de seleção dos locais inerentes à repressão.....	130
Figura 30: Indicação do CPOR dentro do menu de locais utilizados pela repressão.....	130
Figura 31: Menu dos locais ligados à resistência.....	131
Figura 32: A Chácara do Alemão como local de resistência	132
Figura 33: Locais de repressão sinalizados no menu roteiros históricos.....	133
Figura 34: Pastas temáticas da DOPS.....	134
Figura 35: Vídeos do projeto Depoimentos para a História.....	135
Figura 36: Indicação de sites para pesquisa.....	136
Figura 37: Bibliografia sugerida.....	136

LISTA DE SIGLAS

ACOPA – Associação Comercial do Paraná

AI – Ato Institucional

ALN – Ação Libertadora Nacional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEV/PR – Comissão Estadual da Verdade Tereza Urban, Paraná

COUN - Conselho Universitário

CPC – Centro Popular de Cultura

CPI – (Comissão Parlamentar de Inquérito)

CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

DARP – Diretório Acadêmico Rocha Pombo

DH PAZ – Direitos Humanos Para a Paz

DOI – CODI – (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna)

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DRMS – Departamento Regional de Material de Saúde

ESG – Escola Superior de Guerra

GEEH – Grupo de Estudos Ensino de História

IPES – Instituto de Pesquisa e Ciências Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro

PCNs – Parâmetros Nacionais Curriculares

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PE – Polícia do Exército

PEI – Política Externa Independente

PM – Polícia Militar

PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RM – Região Militar

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

TFP – Tradição, Família e Propriedade

UCF – União Cívica Feminina Paranaense

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNB – Universidade nacional de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UPE – União Paranaense dos Estudantes

USAID - United States Agency for International Development

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. A REPRESSÃO.....	39
1.1 A REPRESSÃO NOS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO PARANÁ (1964-1968).....	41
1.2 O RECRUDESCIMENTO DA REPRESSÃO: DO AI-5 À OPERAÇÃO MARUMBI (1969- 1975).....	52
1.3 ALGUNS LOCAIS UTILIZADOS PELA REPRESSÃO.....	60
1.3.1 Delegacia de Ordem Política e Social.....	60
1.3.2 Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da 5ª Região Militar.....	62
1.3.3 Clínica Marumbi.....	64
1.3.4 Quartel do 15º Batalhão do Exército, praça Rui Barbosa.....	66
1.3.5 Presídio do Ahú.....	69
1.3.6 1º comando Regional de Polícia Militar.....	73
1.3.7 Superintendência da Polícia Federal.....	75
2. A RESISTÊNCIA.....	80
2.1 A RESISTÊNCIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	80
2.2 A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES.....	89
2.3 A RESISTÊNCIA NO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO: RECUSA À LUTA ARMADA.....	99
2.4 ALGUNS LOCAIS DE RESISTÊNCIA.....	102
2.4.1 Centro Politécnico – Universidade Federal do Paraná.....	102
2.4.2 Reitoria da UFPR.....	105
2.4.3 Chácara do Alemão.....	110
2.4.4 Edifício Santa Maria/Praça Zacarias.....	116

2.4.5 Rua XV de Novembro-centro de Curitiba.....	119
3. SITE “DITADURA EM CURITIBA”: APONTAMENTOS E REFERENCIAIS.....	123
3.1 ENSINO DE HISTÓRIA E DITADURA CIVIL-MILITAR.....	123
3.2 A IMPORTÂNCIA DAS TICS NO ENSINO DE HISTÓRIA E A CONSTRUÇÃO DO SITE DITADURA EM CURITIBA	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
FONTES.....	142
BIBLIOGRAFIA.....	149

INTRODUÇÃO

No presente trabalho objetivamos estudar aspectos relevantes da ditadura civil-militar no Paraná, sobretudo na cidade de Curitiba, contemplando elementos inerentes à repressão e à resistência. Procuramos também enfatizar locais simbólicos relacionados ao período, objetivando auxiliar a inserção de História Local no ensino regular, que ocorre de forma ainda bastante incipiente. Além da dissertação, cujos detalhes serão pormenorizados mais adiante, criamos um *site* temático, com um roteiro histórico e fontes que podem ser utilizadas por todos que possuem interesse pelo tema.

A temática acerca da ditadura no Brasil despertou meu¹ interesse desde os primeiros contatos, ainda no tempo de colégio. O ensejo de me aprofundar sobre esta parte da História do Brasil cresceu na graduação, à medida em que me adensava na vasta bibliografia encontrada na biblioteca da PUC, instituição onde cursava Licenciatura em História.

No final do curso, já havia decidido que a ditadura no Brasil seria meu objeto de estudo, entretanto, escolhi trabalhar esta temática na esfera nacional, haja vista que não conseguia encontrar bibliografia que contemplasse o Estado do Paraná. Minha monografia então abordou a censura aos meios de comunicação no regime, nomeadamente após a outorga do AI-5 (Ato Institucional número 5) (SILVA, 2011).

No último ano de graduação, em 2011, iniciei minha carreira docente, sempre procurando despertar o interesse dos alunos para a importância da História na vida de todos, especialmente a História do Brasil. Nesse sentido, posso me considerar um docente bem sucedido, pois consigo tanto a tão desejada empolgação dos alunos com temas dos mais variados na disciplina, quanto ajudá-los a desenvolver sua autonomia no aprendizado.

Confesso que pouco conhecia da história do Paraná. Aos poucos fui me apropriando de algumas fontes e leituras a respeito da formação de nosso Estado, porém, o embasamento maior para esta temática aconteceu no ano de 2016, quando iniciei uma especialização em História e Geografia do Paraná, nas Faculdades Itecne. Nesse curso, obtive contato com um universo de possibilidades, inclusive participando de várias aulas

¹ Coloco esta parte em específico na primeira pessoa do singular, por se tratar de minha trajetória individual como docente e pesquisador. No restante da dissertação, sempre utilizo a primeira pessoa do plural, entendendo que o trabalho seja fruto de uma experiência coletiva, em que diversos atores auxiliam (mesmo indiretamente) na experiência da produção acadêmica.

de campo, o que ajudou até mesmo a aprimorar a minha forma de lecionar, pois percebi que estar em contato direto com o objeto de estudo enriquece o aprendizado. Em uma aula sobre Movimentos Sociais no Paraná, estudamos alguns aspectos básicos sobre a ditadura civil-militar no Estado, sendo que no mesmo dia, fomos levados pelo professor para uma aula de campo no centro da cidade, conhecendo locais que foram outrora utilizados pela repressão em Curitiba. A partir desta experiência, surgiu uma imensa vontade de me aprofundar nesta área. Foi quando entrei em contato com Silvia Calciolari, cujo trabalho *Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná* (2006) havia me despertado uma curiosidade sobre os desdobramentos da ditadura no Estado. Silvia se mostrou bastante solícita, me indicando o contato de Narciso Pires, do grupo *Tortura Nunca Mais* no Paraná, argumentando que sua experiência seria de grande valia. Narciso mostrou uma cortesia e boa vontade sem tamanho, inclusive gentilmente me cedendo um exemplar do livro *Depoimentos para a História* (2014), o qual utilizo nesta dissertação, além de indicar outras fontes que são utilizadas neste trabalho. Narciso liderou o projeto homônimo ao livro, que além do lançamento da obra supracitada, fez uma série de palestras sobre a ditadura, além de gravar em vídeo mais de 170 depoimentos de indivíduos que fizeram parte na luta contra o regime. Parte destes depoimentos são analisados ao longo desta dissertação.

Na metade de 2016, prestei exame para o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) na Universidade Federal do Paraná, projeto que vinha de acordo com meus interesses profissionais, pois nutria uma grande vontade de fazer um mestrado cuja temática pudesse ao mesmo tempo englobar a pesquisa acadêmica e o empirismo do ensino de História. Ao longo das aulas do mestrado cresci muito como docente e pesquisador. As reflexões realizadas durante as disciplinas cursadas foram de uma preciosidade que jamais poderá ser mensurada o suficiente, fruto de discussões tanto com colegas de turma quanto com os professores do Programa, sendo que cada um contribuiu para o sucesso deste projeto.

Após cursar a especialização e ao longo do mestrado, consegui implantar no Colégio Alto Padrão, onde leciono, o ensino de História Local, com resultados bastante satisfatórios. No ano de 2017, fizemos uma mostra pedagógica com a temática “O Estado do Paraná” em suas mais diversas dimensões, em um evento aberto a toda a comunidade. O interesse demonstrado por diversas pessoas que nos abordavam solicitando bibliografia e mais informações foi surpreendente, evidenciando que um objeto de estudo próximo das pessoas pode despertar um maior interesse e ajudar a suplantear aquela ideia de uma

História pronta e acabada, permeada apenas por “grandes personagens”; também ajuda a superar o estigma de que o Paraná é um Estado sem relevância histórica. Portanto, trabalhar a ditadura civil-militar no âmbito local é um desafio bastante instigante.

Um dos temas mais controversos da história do Brasil, a ditadura civil-militar² é um assunto bastante discutido no país, principalmente, no momento de polarização política em que a sociedade brasileira vive, sobretudo no ano de 2018, às vésperas de eleições. A radicalização na política brasileira nos últimos anos, embora seja um assunto demasiado complexo para uma breve explanação, tomou corpo, em linhas gerais, após as manifestações populares de 2013, em que muitos grupos saíram às ruas com reivindicações de diversas gradações, mas como pontos em comum, havia uma demanda por serviços públicos de qualidade, como educação, saúde, transporte, fim da corrupção, etc³. No início, conforme mencionado, eram manifestações bastante heterogêneas, sendo mais tarde cooptadas por grupos de viés mais conservador, atingindo um tom mais grave com as eleições de 2014. Após o início turbulento do segundo governo de Dilma Rousseff, que sem o apoio do Legislativo, juntamente com fatores complexos – os quais nos levariam a uma exaustiva análise neste espaço - culminou em 2016 em seu processo de *impeachment*, a crise se agravou, com visões cada vez mais radicais, tanto à esquerda quanto à direita (GAVIÃO; PAIVA, 2016). A primeira entendia o processo que tirou Rousseff do poder como um golpe desferido por um Congresso que defendia interesses escusos; já a segunda comemorava o processo como uma importante vitória no sentido de tirar o Partido dos Trabalhadores (PT) da esfera de influência do Poder Executivo, sendo que este estava há 13 anos no poder. Obviamente, no meio desta polarização há várias gradações de pensamento, entretanto, os extremos foram tomando conta das manchetes na mídia.

Uma parcela mais conservadora da população passou a defender abertamente a volta do regime militar como um meio de curar as mazelas do país, imprimindo uma visão de que aquela foi uma época áurea, com grande moralização na política e avanços

² Utilizaremos a terminologia ditadura civil-militar baseado na análise de Daniel Aarão Reis Filho (2014), que pondera que o regime se sustentou por meio de uma coalisão entre militares e setores da sociedade civil, não apenas na implantação do golpe, mas durante grande parte do período ditatorial vigente. A versão de uma ampla luta contra a ditadura oculta “as relações complexas entre a ditadura e a sociedade brasileira, em especial o apoio e as bases sociais com os quais a ditadura contou desde sua gênese e enquanto existiu” (REIS FILHO, 2014, p. 13).

³ Para maiores informações sobre as manifestações de 2013, ver: SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: Classes e Ideologias cruzadas. Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções.** Novos estudos 97. Outubro de 2013.

econômicos⁴. Outra parcela, contrária a esta visão, argumenta que este período foi extremamente repressivo e de forte retrocesso em diversos aspectos, sobretudo no que tange à violação de direitos humanos. A disputa de memórias acerca desta temática é bastante ferrenha, com posicionamentos distintos até mesmo da mídia. Um exemplo a ser citado é a diferença ideológica de dois dos maiores jornais do Brasil. De um lado, *O Globo* divulgou uma nota no dia 31 de agosto de 2013 se retratando pelo apoio à instauração do regime repressivo à época⁵. Já o historiador Marco Antônio Villa⁶, em matéria no jornal *Folha de São Paulo* em 5 de março de 2009, argumentou que o único período realmente ditatorial foi durante o governo Médici (1969-1974). A base de seu argumento é que nos outros períodos houve liberdade de imprensa, investimento em educação e a economia nacional floresceu. Ademais, segundo Villa, as ditaduras do restante do Cone Sul foram de fato repressivas, com número muito maior de presos e mortos. Esta distinção de concepções, em vários matizes, permeia toda a sociedade brasileira, desde o meio acadêmico até conversas mais informais da população em geral.

Com relação ao ensino desta temática no ambiente escolar, as discussões acerca do regime repressivo no país, geralmente, não abordam o sul brasileiro e o Estado do Paraná é, muitas vezes, visto no imaginário popular como uma região neutra⁷, não havendo grandes incidentes que marcaram o período. Ao menos dois fatores contribuem para esta lacuna na memória social: a invisibilidade na paisagem urbana de marcos relacionados ao período repressivo e a quase inexistência do ensino de História Regional no Ensino Fundamental II e Ensino Médio na maioria dos colégios do Estado. Consequentemente, discutir sobre o esquecimento e o silêncio acerca deste período na cidade foi uma das motivações que suscitaram a escrita desta dissertação.

A ditadura no Brasil é um tema bastante trabalhado em sala de aula, geralmente, com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, todavia, a maioria dos materiais didáticos privilegia conflitos em São Paulo, Rio de Janeiro e a Guerrilha do Araguaia. Consequentemente, ao longo da jornada docente, ao indagar os

⁴ Sobre manifestações pedindo a volta do regime militar, ver: O POVO. **Manifestação pede intervenção militar**. 16 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2017/11/manifestacao-pede-intervencao-militar.html>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

⁵ Para mais informações, ver: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

⁶ Sobre o editorial da Folha, ver: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0503200908.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

⁷ Quanto às discussões que não contemplam o Estado do Paraná, nos referimos a rodas de conversa informais, e na experiência docente em sala de aula etc. A produção acadêmica, todavia, tem dado atenção para este tema nos últimos anos.

alunos sobre o que sabem a respeito da ditadura em Curitiba, podemos perceber que há um desconhecimento por parte deles e até mesmo espanto em saber que a cidade foi palco de conflitos durante este período. Logo, conforme explanaremos melhor mais adiante, nosso objetivo ao longo da dissertação foi abordar a ditadura e tratar de alguns aspectos mais relevantes em Curitiba, bem como elaborar um *site* temático sobre o tema, procurando contribuir no sentido de auxiliar a suprir parte desta lacuna no currículo escolar, bem como estimular novas discussões e pesquisas relacionadas a este tema.

No caso da repressão em Curitiba, por meio dos roteiros e das modificações pelas quais todos estes locais passaram, notamos um apagamento de parte da memória urbana, dada a dificuldade de se encontrar imóveis que possuam relação com este tema. Conforme pondera Ricardo Oriá, “sem a memória não se pode se situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história” (ORÍÁ, 2002, p. 139). Portanto, o reconhecimento do aluno como sujeito da história é fundamental na desconstrução do estigma de uma História que não faça parte de sua realidade. Reproduzimos aqui um trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais a respeito do estudo da memória, que coaduna com nosso objetivo:

Um compromisso fundamental da História encontra-se na sua relação com a Memória, livrando as novas gerações da “amnésia social” que compromete a constituição de suas identidades individuais e coletivas. O direito à memória faz parte da cidadania cultural e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas. A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos “lugares de memória” construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido”. Introduzir na sala de aula o debate sobre o significado de festas e monumentos comemorativos, de museus, arquivos e áreas preservadas, permeia a compreensão do papel da memória na vida da população, dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana. Retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com as ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. (BRASIL, 1998, p. 26-27)

A citação acima, contida nos PCNs, corrobora a importância de duas premissas deste trabalho: a discussão acerca do trabalho da memória, que está presente ao longo de toda a dissertação e a importância da aula de campo, ao colocar o aluno em contato com um ambiente diferente do escolar. Em decorrência disso, o *site* desenvolvido pode

contribuir no sentido de auxiliar na divulgação dos locais mais importantes sobre a ditadura em Curitiba, podendo ser utilizado para atividades de investigação e pesquisa escolar, sendo que aqueles que não puderem visitar os locais pessoalmente, poderão verificar as fotografias no próprio endereço eletrônico.

Estes locais – emblemáticos para aqueles familiarizados com a temática, mas desprovidos de qualquer simbologia para a maioria da população - que outrora foram utilizados pela repressão ou pela resistência, são muitas vezes chamados, conforme vimos nos PCNs de “lugares de memória”, sendo que a melhor definição para este termo vem de Pierre Nora. Nora fala sobre a aceleração do tempo que varre aos poucos as testemunhas da memória, esfacelando-a cada vez mais até que não se sobre nada mais delas. Neste sentido, afirma que “o sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais memória” (NORA, 1993, p. 7). De acordo com seu pensamento, as sociedades condenadas ao esquecimento fazem história porque são levadas pela mudança, rompendo assim tradições que eram passadas de geração para geração por meio da memória. Assim, segundo o autor,

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões nos quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco a necessidade de construí-los. (NORA, 1993, p. 13)

Fazemos aqui duas observações: a primeira é que os lugares de memória não são necessariamente locais físicos, sendo que Nora engloba por exemplo, comemorações, tradições passadas de geração para geração, etc.; a outra observação é a de que podemos afirmar que os locais físicos que marcam tanto a repressão quanto a resistência em Curitiba, são na verdade, locais de não-memória, uma vez que não foi realizado nenhum trabalho no sentido de preservá-los ou de conectá-los ao passado em questão⁸, ao contrário: alguns foram completamente descaracterizados após o final do regime.

Outro ponto a ser comentado é que de acordo com o pensamento de Nora, para que haja um lugar de memória deve haver uma *intencionalidade* de memória, caso

⁸ Existe uma exceção, da qual trataremos mais adiante, no capítulo 1. Trata-se da Praça Rui Barbosa com um monumento construído em homenagem às vítimas da ditadura.

contrário, este seria um lugar de história, ou seja, esses lugares são, de certa forma, construções intencionais. Nesse sentido, o único dos lugares que estudamos que possui uma intencionalidade de memória é a Praça Rui Barbosa, que possui um monumento em homenagem às vítimas da repressão, o que será detalhado mais adiante.

Com relação a vestígios da ditadura no Estado, a repressão no Paraná documentou de forma bastante sistemática as prisões e a vigilância sobre indivíduos, que eram considerados subversivos ao regime, em um impressionante acervo registrado pela DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social). Estes documentos encontram-se no Arquivo Público do Paraná, desta forma, muitas informações para esta pesquisa foram obtidas por meio destas fontes, localizadas em pastas temáticas em que movimentos sociais e indivíduos foram monitorados. Obviamente, elas retratam a visão da repressão e não devem ser analisados como uma fonte de verdade incontestável, mas com certa relatividade, pois se tratam de fragmentos. Conforme analisa Marc Bloch, “O conhecimento dos fragmentos, sucessivamente estudados, cada um por si, jamais propiciará o do todo; não propiciará sequer o dos próprios fragmentos” (BLOCH, 2001, p. 134).

Para além da coleta de dados é necessário analisar e confrontar diferentes tipos de fontes, sempre que disponíveis. Para entender tanto a questão da repressão quanto a da resistência, bem como dos lugares em que ocorreram essas situações, o estudo da memória permeia a presente dissertação.

As memórias de indivíduos que protagonizaram a resistência ao regime e que sofreram a repressão se fazem imprescindíveis, uma vez que a documentação oficial acessível aos pesquisadores não relata algumas práticas, como a tortura, por exemplo. Tampouco identifica os locais onde ocorreram determinadas ações da repressão, como a Operação Marumbi, realizada de forma clandestina, cujo lugar utilizado para prisões e torturas ainda é nebuloso, uma vez que os presos chegavam encapuzados. Estas informações são extraídas por meio dos depoimentos gravados em vídeo pelo já citado projeto *Depoimentos para a História*, mostrando a visão daqueles que foram presos pela repressão, sendo que os critérios de seleção dos depoimentos utilizados na dissertação serão pormenorizados mais adiante.

Muitas destas memórias chegam à superfície por meio de relatos orais. Durante muito tempo houve uma certa resistência dos historiadores a aplicar a fonte oral em suas pesquisas. O interesse e a desconfiança derivavam da própria concepção de fontes históricas. A profissionalização do historiador e da disciplina no século XIX impuseram

o domínio do documento escrito como fonte, desqualificando a tradição oral em detrimento do fato consolidado. Ao privilegiar o documento escrito, passou-se a associar a fonte oral a sociedades sem escrita e a um conteúdo anedótico e um passado recente. A justificativa para a desconfiança com a fonte oral era a de que a História somente nasce para uma época quando esta já estava totalmente morta (FERREIRA, 2012), dando a impressão de um passado fixo e determinado. A ideia central era de que o distanciamento do objeto de estudo garantiria a objetividade de análise e da crítica. Segundo esta visão, seria necessário esperar vários anos para que os traços do passado pudessem ser arquivados e catalogados.

Um avanço no debate sobre fontes históricas veio com os *Annales* na França na década de 1920, abordando novas perspectivas de estudo da história. Além dos documentos oficiais, outros, como cartas, testamentos, jornais e diários passaram a ser considerados como fontes. Apesar do avanço dos *Annales*, os períodos estudados continuaram sendo a História Medieval e Moderna. Os acontecimentos recentes eram objeto de estudo das ciências sociais no geral, mas ainda não da história, sendo que a fonte oral ainda não era reconhecida como legítima. A mudança ocorreu a partir da década de 1980, com avanços da História Cultural, destacando as experiências individuais no curso da história.

A emergência da História do século XX, também conhecida por História do Tempo Presente, trouxe a convivência de historiadores com testemunhos vivos, trazendo novamente à tona o debate sobre o uso de fontes orais. As próprias transformações da sociedade e sua modernização trazem novos paradigmas, tais como os registros sonoros e visuais, impulsionando uma revisão do papel das fontes visuais, orais e escritas. Outrossim, de acordo com Ferreira

Esse novo objeto de análise também dá maior oportunidade ao uso dos depoimentos orais: os arquivos escritos dificilmente deixam transparecer os meandros tortuosos dos processos decisórios, e muitas decisões são tomadas por meio da comunicação oral, das articulações pessoais; o número de problemas resolvidos por telefone ou pessoalmente não para de crescer. Para suprir essas lacunas documentais, os depoimentos orais revelam-se de grande valia. (FERREIRA, 2012, p. 177)

Sobre “este novo objeto de análise”, Ferreira se refere à revalorização do papel do sujeito na tomada de decisões, cujas memórias dificilmente estarão disponibilizadas em documentos oficiais e/ou escritos. Ainda que baseada em fontes escritas, a linha historiográfica que explora as relações entre memória e história rompe com uma visão

determinista e/ou fatalista, dando ênfase à ação de indivíduos na história. As possíveis distorções, silêncios ou falta de veracidade não precisam ser olhadas com desqualificação, ao contrário: podem e devem ser cruzadas com outras fontes, as quais também devem ser submetidas ao olhar analítico do historiador.

É necessário enfatizarmos que no caso deste trabalho, não faremos História Oral, que denota uma metodologia própria, mas analisamos depoimentos já gravados, que consistem em uma *fonte oral*. Tais depoimentos são um importante acervo no que se refere a memórias que à época da repressão foram silenciadas.

A memória vem suscitando um crescente interesse entre os historiadores, aflorado no início do século XX. Tal interesse decorre da historiografia francesa, sobretudo a história das mentalidades, amplamente propagada neste período. Um dos primeiros historiadores a chamar a atenção para o tema da memória foi Philippe Ariès que, além de destacar os rituais comemorativos que fortaleciam os laços familiares no final do século XVIII e início do XIX, dava ênfase aos monumentos e comemorações em torno de figuras políticas ilustres no século XIX e sua relação com a formação dos Estados Nacionais (FERREIRA, 2012. p. 175).

Na primeira metade do século XX e dentro do contexto relacionado à memória, as ideias de Maurice Halbwachs ganharam destaque por seu pioneiro estudo acerca da memória coletiva. Em seu livro *A Memória Coletiva*, lançado postumamente em 1950, Halbwachs afirma que a memória individual existe e se molda a partir de uma memória coletiva. De acordo com o autor, as lembranças podem ser reconstruídas, modificadas e/ou simuladas de acordo com a convivência em grupo. Logo, ao trabalharmos com memória devemos levar em consideração que ela se alimenta de lembranças, muitas vezes vagas e potencialmente contraditórias. É neste ponto que entra o trabalho do historiador, olhando de modo analítico a memória, podendo fazer uso dela, até mesmo para ponderar a construção e/ou manutenção da identidade de determinados grupos sociais e distintas representações. Desta forma, podemos afirmar que a memória é uma fonte histórica, pois ajuda a identificar o que é lembrado ou esquecido (às vezes deliberadamente) por determinados grupos sociais. Porém, sendo ela muitas vezes seletiva, cabe ao historiador considerar suas contribuições e contradições, bem como verificar a modificação delas ao longo do tempo.

Michael Pollack, em *Memória e Identidade Social* (1992), analisa os elementos constitutivos da memória. Pollack observa existirem fatos vividos pessoalmente pelo indivíduo, bem como os acontecimentos vividos “por tabela”, pois é comum pessoas que

não viveram determinados acontecimentos se identificarem com ele, seja por uma transmissão de relatos ou por convivência com alguém que tenha participado deste passado. Sobre a ditadura civil-militar no Brasil é comum indivíduos emitirem determinadas opiniões como se tivessem vivido a experiência, baseados apenas em relatos de terceiros, mas que se identificam de tal maneira com determinada posição ideológica que parecem ter tido uma experiência empírica desta época.

É preciso estar atento ao fato de que além da lembrança, a memória também se constitui no esquecimento. Por determinadas razões alguns grupos sociais reavivam algumas memórias, ao passo que esquecem outras. Desta forma, podemos afirmar que existe certo caráter seletivo da memória em determinadas ocasiões. Portanto, analisar a amnésia social é essencial para entender o porquê do esquecimento acerca de determinado assunto, como o desaparecimento de lugares que remontem às torturas praticadas pelo regime de exceção no Brasil durante o período analisado. De acordo com a análise de Martins Filho (MARTINS FILHO, 2002, p. 178-201), a disputa de memórias entre militares e militantes é bastante contundente, com aqueles defendendo um certo esquecimento sobre o passado e estes fazendo questão de relatar suas memórias. Os militares ouvidos por Martins Filho argumentam que a Lei da Anistia, promulgada em 1979, embora passível de críticas, era a solução mais adequada ao momento, mas não foi bem aceita pelos opositores ao regime, que tentam pelas letras derrubar o que não conseguiram pelas armas. Segundo estes críticos, os militares não podem relatar suas memórias ao preço de serem execrados pela opinião pública, ao passo que os militantes encontram amplo espaço para tal. Tanto indivíduos contrários ao regime, que sofreram com prisões e torturas pelo Estado, quanto militares, que defendem a repressão, lançaram livros relatando suas experiências, caracterizando uma disputa de memórias. Estas visões antagônicas da memória do período são lutas por diferentes representações acerca de um mesmo tema.

De acordo com Chartier,

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não e, portanto, afastar-se do social — como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas —, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 2002, p. 17)

No fragmento acima, Chartier ressalta que estas lutas de representação são tão importantes quanto as econômicas para entender a imposição de determinados grupos com sua visão de mundo e seus valores. O autor escreve no contexto da chamada História Cultural, sendo que a esta “história de vistas demasiado curtas”, se refere aos estruturalismos, que muitas vezes não analisavam o papel do indivíduo na sociedade. Tais lutas de representação são exemplificadas pelas disputas de memórias entre agentes contrários à ditadura e aqueles que defendem o período, cada qual trazendo distintas representações acerca de uma mesma temática, mas com diferentes experiências e percepções, baseadas em diferentes visões de mundo.

O debate acerca das memórias das vítimas da ditadura no Paraná, embora já estivesse em pauta desde o processo de redemocratização, teve um novo desdobramento após a promulgação da Lei Estadual 11.255/95, apresentada pelo então deputado estadual Carlos Alberto Richa (PSDB), que autorizava o governo do Estado a pagar indenizações a pessoas que foram mantidas sob custódia em prédios públicos do Estado e sofreram tortura física e/ou psicológica. Por meio de relatos de vários ex-presos políticos, o Estado pagou indenizações a 230 dos 245 requerentes (CALCIOLARI, 2006, p. 6). Essas memórias foram preponderantes para a escrita de um novo capítulo da história daqueles que foram vilipendiados pelo regime. A aprovação da referida lei proporciona o que Pollack em seu artigo *Memória, Esquecimento e Silêncio*, publicado em 1989, chama de *disputa de memórias*, em que aqueles que são sufocados pelos dominantes mantêm sua memória em silêncio, ao passo que, quando ocorre uma mudança na conjuntura da sociedade, pode ser que estas memórias antes sufocadas venham à tona, como foi o caso dos relatos dos ex-presos políticos após a promulgação da Lei Estadual 11.255/95.

Ao indagar sobre o silenciamento por parte do poder público sobre lugares de repressão, as ideias de Johan Michel trazem à tona o debate acerca de uma política de esquecimento por parte da memória oficial, pois:

Certos acontecimentos passados, em razão de seu peso traumático e sua carga emocional, tendem a ser rejeitados da esfera consciente das lembranças de uma dada sociedade em um determinado momento de sua história (o que não quer dizer que essa rejeição apareça na totalidade dos membros dessa sociedade). No mesmo sentido podemos dizer que a memória pública oficial, produzida pelas autoridades públicas legítimas, negou trechos inteiros da história coletiva em benefício, na maior parte dos casos, de outras lembranças que tornaram a realidade mais apaziguadora ou mais aceitável. Nos casos de traumas ligados às guerras intestinas devastadoras, com sacrifício ou destruição de populações, o mecanismo de negação serve, em parte inconscientemente, para cicatrizar provisoriamente as feridas coletivas. (MICHEL, 2010, p. 17)

No caso da ditadura civil-militar no Brasil, embora não tenha havido uma guerra devastadora, a negação de uma parte da história se deu pela censura, sobretudo no período de vigência do AI-5 (Ato institucional número 5), que vigorou de 1968 até 1978, quando houve um recrudescimento da censura e da repressão.

Mitchell classifica a chamada política de esquecimento em algumas categorias, como esquecimento-negação, que se encaixa no exemplo supracitado. Há também o esquecimento-omissão, ligado à seletividade da memória, que neste caso pode ser atribuído aos testemunhos orais. Já o esquecimento-manipulação pode ser um processo ativo, voluntário e estruturado pelo poder público responsável pela transmissão da memória oficial. Em nome de uma reconciliação nacional, “o esquecimento pode ocupar um lugar de vazio narrativo nos discursos oficiais” (MICHEL, 2010, p. 19). Por fim, há o esquecimento-destruição (MICHEL, 2010, p. 20), voltado a uma linha mais extrema de ação, que pode ser relacionado tanto à destruição de documentos e vestígios de um passado incômodo quanto a extermínios étnicos ou genocídios. No caso da repressão no Brasil, este tipo de esquecimento é mais amiúde relacionado à destruição de documentos que poderiam incriminar os agentes do poder.

No campo historiográfico, referente ao tema da ditadura civil-militar em específico, o trabalho de Thomas Skidmore, *Brasil: de Castelo a Tancredo* (1988), foi de fundamental importância para a análise do regime. Sua obra foi uma das primeiras a tratar do tema, pois foi escrita logo após o processo de redemocratização. O jornalista Elio Gaspari compôs uma obra de fôlego, totalizando cinco volumes sobre o período ditatorial no Brasil, dos quais utilizaremos os dois primeiros e apenas esporadicamente, devido ao recorte temporal a ser trabalhado e à proximidade do autor com dois personagens centrais do regime, Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel. Sua obra possui informações inéditas⁹ na qual traz à tona fatos até então desconhecidos da vida dos dois, além de fontes primárias, como a transcrição de conversas gravadas no gabinete presidencial, obtidas por meio de do contato direto com Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva.

Carlos Fico (2004) faz uma análise sobre a ditadura no Brasil na obra *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, problematizando as leituras mais simplistas de um regime dividindo os militares entre radicais e moderados, mostrando uma análise muito mais abrangente e complexa dos agentes responsáveis pelo regime repressivo. Nesta obra, Fico analisa as produções historiográficas e livros de memórias

⁹ Com algumas fontes disponibilizadas em: <<http://arquivosdaditadura.com.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

lançados desde o fim do regime até a atualidade, refutando mitos, como o do perfil conciliador de Castello Branco, que na verdade foi conivente com a tortura ao proibir atividades políticas dos estudantes, fechando o Congresso, etc. O próprio AI-5, de acordo com o autor, foi um amadurecimento de um processo iniciado muito antes e não uma decorrência dos episódios de 1968. Além de questionar a visão simplista a respeito dos militares, Fico analisa discursos protagonizados por personagens da esquerda, que mostravam o militante

[...] por vezes tido como um ingênuo, romântico ou tresloucado, diluído no contexto cultural de rebeldia típico dos anos 60, algo que não condiz com as efetivas motivações da assim chamada “luta armada”— expressão que, diga-se, traduz mal as descontinuadas e incertas iniciativas militares da esquerda brasileira de então, pois, nas cidades, tais incursões mais se assemelhavam a algum tipo de contrapropaganda, tendo o aspecto de crimes comuns (assaltos a bancos e sequestros) e, no campo, ficaram marcadas pela inépcia e caráter absconso¹⁰, nada obstante, infelizmente, terem causado a morte de muitas pessoas. (FICO, 2004, p. 32)

Esta visão de Fico vem ao encontro da necessidade de se quebrar estereótipos, tanto na historiografia tradicional acerca do regime, quanto nas discussões a serem feitas em sala de aula. Em outra obra, *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira* (2008), traz à tona documentos inéditos, encontrados em Washington, revelando com detalhes a operação *Brother Sam* desencadeada pelos Estados Unidos para dar suporte à implantação do regime repressivo no Brasil. O autor também faz uma análise das relações entre os dois países, desde o início da ditadura até o governo Médici, mostrando por meio de farta documentação reunida em suas pesquisas em Washington as nuances do golpe e o afastamento progressivo estadunidense perante o endurecimento do regime no Brasil. A relação entre Brasil e Estados Unidos relatada por Fico é importante para entender os acordos firmados entre o MEC (Ministério da Educação) e o USAID (*United States Agency for International Development*) durante parte da década de 1960, política que desencadeou várias mobilizações estudantis no período, inclusive no Paraná.

Sobre a atuação das esquerdas a obra *A Revolução faltou ao encontro – os comunistas no Brasil* (1990), de Daniel Aarão Reis Filho foi imprescindível para a compreensão tanto da fragmentação das esquerdas na década de 1960 quanto da inépcia do Partido Comunista Brasileiro na deflagração da ditadura civil-militar, bem como da

¹⁰ Oculto, que se mantém em segredo.

complexidade do quadro revolucionário deste período. Reis Filho, no livro *Ditadura e Democracia no Brasil*, de 2014, mostra que o regime foi muito mais complexo do que uma ditadura militar. Além da análise do regime, o autor destaca a atuação da sociedade civil, como elites empresariais, setores da Igreja Católica e cidadãos comuns, que não só apoiaram a implantação da ditadura, como deram sustentação a boa parte de sua duração. De acordo com o autor, o colapso econômico a partir do final dos anos setenta foi primordial para as manifestações de abertura política.

Sobre o período do regime no Paraná, a obra de Milton Ivan Heller, *A Resistência Democrática: A Repressão no Paraná* (1988) foi pioneira neste sentido. Heller descreve com detalhes como foi a repressão em várias partes do Estado e a resistência no período, com ações que vão desde movimentos estudantis, até manifestações artísticas e tentativas de rearticular partidos extintos que atuavam em oposição ao regime. Retrata também as ações iniciais da chegada do regime ao Paraná, com o apoio do governador Ney Braga à então chamada “Revolução de 1964”, bem como sua aliança com figuras centrais do golpe como Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, respectivamente governadores de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara. Ademais, contemporiza a tomada de posse de Leon Peres, que anunciava que “finalmente a Revolução de 64 havia chegado ao Paraná” (HELLER, 1988, p. 327). Igualmente analisa os demais governos, posteriores, sempre intercalando a narrativa com depoimentos de indivíduos que fizeram parte da resistência ao regime. Os depoimentos contidos no livro de Heller mostram diversos perfis de indivíduos presos e torturados, que vão desde agricultores, sindicalistas (principalmente do Porto de Paranaguá e de bancos, que eram os sindicatos mais fortalecidos), professores, estudantes e parentes de militantes, prisões estas utilizadas como intimidação para que os foragidos se entregassem.

A jornalista Silvia Calciolari lançou dois trabalhos de fundamental importância para a compreensão da repressão neste período. Sua dissertação de mestrado, mais tarde transformada em livro, *Ex Presos Políticos e a Memória Social da Tortura no Paraná (1964-1978)*, traz uma série de entrevistas com vários sobreviventes das sessões de tortura no Paraná. A autora coletou depoimentos de indivíduos que seriam beneficiados pela já citada lei 11.255/95, organizando dados como profissão, escolaridade, idade, atividade de militância, etc. Também identificou alguns dos lugares utilizados para tortura no estado do Paraná, trazendo informações até então desconhecidas acerca deste tema. Outra obra sua, lançada em parceria com o militante e ex-presos político Narciso Pires de Oliveira e com o historiador Fábio Bacila Sahd, o já citado *Depoimentos para a História*, publicado

em 2014, conta com mais uma série de depoimentos dos ex-presos políticos. Esta narrativa é de extrema importância, pois muitas torturas ocorriam em lugares clandestinos, sendo um importante meio de mapear estes espaços, justamente, a partir do testemunho de quem sofreu os suplícios.

Sobre a Operação Marumbi, que tinha como objetivo prender militantes do PCB no Paraná, utilizamos a obra de Leandro Brunelo, *Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na terra das araucárias*, lançada em 2009. O autor faz uma análise dos desdobramentos políticos das eleições de 1974, que garantiram a vitória do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) em vários Estados, o que motivou uma tentativa de rearticulação do PCB (Partido Comunista Brasileiro), sendo realizadas algumas reuniões do partido. Diante de tal movimentação, o governo traçou um plano para desarticular este movimento com as operações Marumbi no Paraná e Barriga Verde em Santa Catarina, enviando um grande número de presos para Curitiba.

Para uma maior compreensão acerca tanto da repressão quanto da resistência, optamos por dividir o período da ditadura civil-militar em três fases distintas: o período de 1964-1968, quando o regime estava se firmando e formando o aparato repressivo, no qual ainda era tido como *revolução*, sendo que, apesar da repressão, havia algumas garantias constitucionais, como o *habeas corpus* e, mesmo de forma parcial, houve protestos e manifestações contra o regime. O segundo período, conhecido como “anos de chumbo”, que vai desde a implantação do AI-5, em dezembro de 1968 até 1974, refletindo em um momento de recrudescimento da repressão e supressão das garantias constitucionais. O terceiro seria o da “abertura lenta, gradual e segura”, a partir do governo de Ernesto Geisel, quando há a revogação do AI-5 e a promulgação da Lei da Anistia, que apesar de gerar questionamentos de ambos os lados, cumpriu um papel importante à época. O recorte temporal, portanto, perpassa os anos de 1964 a 1984, quando houve o comício pelas *diretas já* em Curitiba.

Contudo, este trabalho contempla não só a pesquisa histórica, mas também a inserção no ensino de História, portanto, além de fazer a discussão acerca de alguns locais emblemáticos da ditadura civil-militar em Curitiba, deve-se tomar o devido cuidado para não tratar o tema com um viés de militância ou com maniqueísmos. Em relação ao ensinar, partimos de pressupostos teóricos contidos na obra de Paulo Freire, em especial no livro *Pedagogia da Autonomia* (2007) no qual Freire insistia que

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições, um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho - a ele ensinar e não a de transferir conhecimento. (FREIRE, 2007, p. 22)

Freire chama a atenção para o fato de que esta é uma tarefa difícil, pois nós, docentes, devemos ter uma vigilância constante sobre nós mesmos, para evitar simplismos e incoerências grosseiras. Outrossim, devemos estar atentos para o inacabamento do ser humano. O eterno devir que representa a vida humana, para Freire, não é passível de determinismos, sendo possível a problematização do futuro e a recusa de sua inexorabilidade. Como já citado anteriormente, um dos objetivos deste trabalho é trazer o estudo para a realidade do aluno, para que ele se perceba como sujeito histórico. Portanto, ao se construir o conhecimento junto com os discentes, é mister a discussão de ideias diferentes, desta forma, desejamos que a aula de campo, ou mesmo a análise dos roteiros pelo *site*, juntamente com o estudo de fontes históricas da época, suscite diferentes visões acerca do mesmo tema. Conforme argumenta Paulo Freire,

É neste sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. (FREIRE, 2007, p. 30)

Pode-se afirmar que muitas das ideias de Paulo Freire, contidas na obra supracitada, dialogam com o conceito de *habitus*, elaborado por Pierre Bourdieu. De acordo com o estudioso,

Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos - as trocas matrimoniais, por exemplo, ou as práticas rituais -, eles investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador: esse sistema de disposições pode ser pensado por analogia com a gramática gerativa de Chomsky com a diferença de que se trata de disposições *adquiridas pela experiência*, logo, variáveis segundo o lugar e o momento. (BOURDIEU, 2004, p. 21)

Bourdieu também se posicionava contra condições deterministas, ponderando que o *habitus* seria um conjunto de valores, crenças e conhecimentos que eram adquiridos pelo contato de cada pessoa com o meio no qual ela se desenvolveu, suscitando diferentes percepções de mundo. Fazendo uma analogia a este conceito, podemos considerar que o contato com ambientes diferentes, que fujam ao padrão de sala de aula, proporciona

diversas oportunidades de interação com locais que, dependendo da experiência intrínseca de cada um, pode contribuir para reforçar ou ressignificar este *habitus*.

A análise de ideias plurais, também chamada de método dialético, permite a apreciação de distintos pontos de vista no processo de construção do espírito crítico. De acordo com Circe Bittencourt, “o método dialético corresponde a um esforço para o progresso do conhecimento que surge no confronto de teses opostas: o pró e o contra, o sim e o não, afirmação e negação. O confronto de teses opostas possibilita a elaboração da crítica” (BITTENCOURT, 2004, p. 231). Neste sentido, o estudo dos lugares onde ocorreram ações de repressão e de resistência, juntamente com a análise de memórias distintas deste período, devem atuar no sentido de mostrar diferentes visões acerca de um mesmo tema.

Conforme sinalizamos desde o princípio, nosso intuito é auxiliar na ampliação da inserção da História Local no ensino regular. Destarte, um dos motivos que nos levou a escolher o objeto deste trabalho é a escassez de material didático sobre a ditadura civil-militar no âmbito da História Local. Muitos estudantes tomam conhecimento desta temática durante sua trajetória escolar, sobretudo no 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, todavia, quase sempre abordada de forma mais genérica, abordando o eixo Rio-São Paulo e, esporadicamente, a Guerrilha do Araguaia. Infelizmente, ainda é bastante comum que o ensino de História seja visto e trabalhado, tanto por professores quanto por alunos como uma coisa pronta e acabada. Disso pode resultar certo distanciamento dos alunos em relação à História, pois muitas vezes os discentes se veem como agentes passivos de uma disciplina calcada em grandes acontecimentos e batalhas, bem como podem desenvolver uma impressão de que nosso Estado não possui relevância histórica e/ou de que não houve ditadura no Paraná. Portanto, nossa intenção é justamente auxiliar na desconstrução deste imaginário.

Como referencial teórico para a prática educacional, o pensamento de Paulo Freire (FREIRE, 2013) é de extrema importância e se coaduna com o que acreditamos ser uma educação libertadora. Nossa intenção ao elaborar esta dissertação e o *site*, a ser utilizado em aulas de História, é a de ensinar e não a de transferir conhecimento. Tais práticas, longe de serem sinônimos, consistem em pressupostos diametralmente opostos, uma vez que devemos criar as condições para a produção e/ou construção deste conhecimento e não apenas transferi-lo, como se o aluno fosse uma tábula rasa (FREIRE, 2013, p. 47).

Logo, ao problematizar algo mais próximo da realidade do aluno, podemos abrir amplas possibilidades, como, por exemplo, discutir sobre locais conhecidos pela

população curitibana, como shoppings, hotéis, que outrora foram espaços utilizados pela repressão, bem como outros de circulação pública que foram palco de resistência, como a Rua XV de Novembro, onde ocorreu o primeiro grande comício das *diretas já* no país (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 149), ou a Reitoria da UFPR (Universidade Federal do Paraná), local de mobilização estudantil em diversos momentos. Conforme analisa Circe Bittencourt,

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer -, e igualmente por situar os problemas da história do presente. A história local geralmente se liga à história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente quanto no passado. (BITTENCOURT, 2004, p. 168)

Pensamos que o ensino de História pode se tornar mais interessante e produtivo quando trabalhada uma localidade que faz parte do cotidiano de todos e que é relativamente conhecida por parte dos estudantes. Para ensinar a História Local, devemos ter em mente que ela está diretamente ligada à memória, pois,

A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares de memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas, tornam-se objeto de estudo. (BITTENCOURT, 2004, p. 169)

Bittencourt relaciona neste fragmento a memória como base da identidade. Portanto, com base nessa premissa, buscamos dissertar sobre a ditadura civil-militar no Paraná pelo viés da memória, justamente por tê-la como base para se chegar à História Local. Neste caso, o percurso histórico não foi construído somente para visitar locais preservados, mas precisamente para discutir sobre aqueles que foram modificados.

A dissertação também dialoga com alguns objetivos estabelecidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), tais como:

- Estabelecer relações entre continuidade/permanência e ruptura/transformação nos processos históricos.
- Construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica, a partir do reconhecimento do papel do indivíduo nos processos históricos simultaneamente como sujeito e como produto dos mesmos.

- Atuar sobre os processos de construção da memória social, partindo da crítica dos diversos “lugares de memória” socialmente instituídos. (BRASIL, 1999, p. 28)

Logo, com a construção do *site* contendo o mapeamento dos locais mais significativos da repressão e resistência, abrimos a possibilidade de realizar uma aula de com recursos visuais que mostram determinados pontos da cidade relevantes ao período em discussão, proporcionando o contato com um passado que ainda pode exibir algumas marcas no presente. Ao mostrar estes locais e as modificações pelas quais alguns passaram, podemos estimular os estudantes a discutirem políticas de preservação de determinados locais em detrimento do esquecimento de outros, abrindo assim, a possibilidade de dialogar com os alunos sobre rupturas e permanências em lugares que remontam a distintas representações para aqueles que não tomam conhecimento sobre sua utilização em outro período. Portanto, com os depoimentos coletados por agentes envolvidos no processo histórico da ditadura em Curitiba, enfocamos uma História realizada por indivíduos comuns no processo de construção de uma realidade, inclusive levantando uma discussão acerca destes “locais de memória” socialmente constituídos.

Entretanto, a documentação disponível sobre este período nos permite ir além. Como há grande disponibilidade de fontes tanto de indivíduos perseguidos pelo regime (sobretudo documentos audiovisuais) como da repressão (como as pastas temáticas da DOPS, disponíveis nos Arquivo Público do Paraná e digitalizadas), organizamos uma sessão no *site* com distintas memórias, para que o visitante tenha acesso a diversos pontos de vista. Sobre a memória da repressão, por exemplo, além das pastas da DOPS, há diversos jornais da época que demonstravam apoio ao regime, pelo menos até a implantação do AI-5. Estes documentos podem ser acessados por professores e alunos e trabalhados em sala de aula.

Já com relação à importância do patrimônio histórico no espaço urbano, no *artigo Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Espaço Urbano*, Sandra Jatay Pesavento faz uma reflexão sobre a importância da preservação do patrimônio urbano, pois, segundo a autora, este é ligado diretamente à memória. Pesavento afirma que preservar lugares de importância histórica faz parte de um processo não apenas constituído pelo material, mas pela memória que remonta ao imaterial, no qual parte deste passado pode ser contemplado. Portanto, ao elaborar o percurso histórico desses locais podemos trabalhar as diferentes representações que estes possuíam para determinados agentes em um período turbulento da história brasileira, cujas funções mudaram ao longo

dos anos. Também podemos abrir uma discussão se este apagamento foi deliberado ou não, contribuindo para que os alunos possam construir seu pensamento crítico, entendendo a importância dos lugares que podem fazer parte de seus cotidianos e que até então não tinham a devida relação histórica.

Conforme mencionado, o trabalho desenvolvido contempla duas esferas, a pesquisa e o “produto”¹¹, sendo que ambos intentam auxiliar no ensino de História. A primeira parte, capítulos 1 e 2 trata, respectivamente da repressão e da resistência, sendo que além da análise da bibliografia já apresentada, as principais fontes foram os depoimentos gravados em vídeo (e disponíveis no site da DH Paz), o Relatório da Comissão Estadual da Verdade Tereza Urban e também os depoimentos coletados na bibliografia supracitada, bem como um levantamento dos locais de repressão e resistência realizado para a elaboração de um roteiro histórico.

Como o trabalho da DH Paz resultou na coleta de 172 vídeos, analisar todos seriam um trabalho impossível para uma dissertação, desta forma, selecionamos alguns que dialogavam mais com os temas especificamente abordados em determinado momento. Dos depoimentos escolhemos alguns indivíduos que teriam maior relevância para este trabalho. Antônio Narciso Pires de Oliveira, além de líder estudantil na última fase do regime, foi um dos “meninos de Apucarana”¹², que se revoltaram contra o regime e fizeram alianças com o PCB e outras organizações de esquerda. Devido a seu protagonismo no período, seu testemunho foi de grande importância. Ademais, Narciso é o coordenador do grupo *Tortura Nunca Mais* de Curitiba e presidente da ONG (Organização Não Governamental) DHPaz (Direitos Humanos para a Paz), na qual desenvolve um trabalho em defesa dos direitos humanos. Outro representante do movimento estudantil cujo depoimento foi imprescindível para este trabalho é Stênio Sales Jacob, que foi presidente da UPE (União Paranaense dos Estudantes), protagonista do movimento estudantil da década de 1960, estando diretamente envolvido tanto na ocupação da Reitoria da Universidade Federal do Paraná quanto na negociação com o governador Paulo Pimentel no sentido de conseguir um desfecho que atendessem à reivindicação dos estudantes e encerrasse a ocupação de forma pacífica.

¹¹ Embora o “produto” seja tanto a dissertação quanto o site desenvolvido, esta expressão é utilizada devido a uma normativa do programa ProfHistória, que especifica a necessidade de um “produto” que contribua no desenvolvimento do ensino de História, além da dissertação.

¹² A expressão é cunhada por Heller (1988, p.549) para designar a atuação de jovens desta cidade que lutaram contra a ditadura, a saber: Narciso Pires, Antônio Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianesi, estes dois últimos, mortos pela repressão em São Paulo, em 1970.

Ainda em relação ao movimento estudantil à época, outra figura central, cujo depoimento foi de suma importância é Vitório Sorotiuk, que em 1968 havia sido eleito presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFPR. Vitório foi preso no comício clandestino da UNE (União Nacional dos Estudantes) na Chácara do Alemão, em Curitiba e conta como pressentia a perseguição antes de chegar ao evento, bem como seus desdobramentos.

O protagonismo feminino foi marcante em todas as esferas analisadas, sobretudo no movimento estudantil. Marlene Zanin fez parte do DCE da UFPR no momento de reorganização da entidade estudantil no final da década de 1970, além de militar no movimento feminista e se mostrar uma estudante engajada. Sua análise do período foi bastante rica e única. Já o depoimento de Judite Barboza Trindade, nos traz a visão de uma estudante que foi presa no comício da *Chácara do Alemão*, sendo uma das condenadas por suas atividades consideradas subversivas.

Com relação à resistência dos trabalhadores, analisamos os depoimentos de Alcidino Bittencourt, que possuía amplo destaque entre o movimento sindical de Paranaguá e foi figura central no desdobramento de uma tentativa de resistência à implantação do novo regime. Além de Alcidino, dois indivíduos ligados ao movimento sindical foram de extrema importância para este trabalho: José dos Reis Garcia e Wilson Previdi, sendo que ambos pertenciam ao movimento sindical e possuíam vínculos com organizações de esquerda, o que os levou a serem perseguidos pelo regime.

Em suas memórias, analisamos depoimentos acerca dos primeiros dias da ditadura e das prisões logo efetuadas daqueles que eram considerados subversivos.

Sobre a Operação Marumbi, selecionamos depoimentos de personagens que estavam envolvidos diretamente com a rearticulação do PCB no Estado, bem como de alguns que foram presos sem vínculos ao regime, exatamente para discutir a discrepância nas prisões. No primeiro caso, podemos citar Narciso Pires, Ildeu Manso Vieira, Osvaldo Alves. No segundo, podemos incluir Ildeu Manso Vieira Junior, preso com 17 anos, somente por estar junto de seu pai na rodoferroviária de Curitiba e submetido a tortura psicológica.

Para examinar as memórias de quem estava do lado da ordem vigente, escolhemos o depoimento de Elizeu Furquim, que ocupou o cargo de diretor do Presídio do Ahú durante a Operação Marumbi. Seu olhar sobre agentes da repressão é ligeiramente diferente daquelas memórias dos que sofreram repressão, entretanto, Elizeu, com sua rede de contatos, trabalhou no sentido de melhorar a vida dos presos políticos, sendo um

personagem interessante por não fazer parte do estereótipo maniqueísta que geralmente permeia esses conflitos de memórias envolvendo eventos traumáticos. Adentrando a fase final do regime, analisamos o depoimento de Álvaro Dias, um dos responsáveis pela organização do comício das *diretas já* em Curitiba, sendo que este é considerado o primeiro de uma série de comícios que se espalharam do país.

Além dos depoimentos gravados em vídeo, utilizamos jornais da época com o intuito de entender como a mídia paranaense via o regime à época e como representava aqueles que lutavam contra o regime. O mais aproveitado foi o *Diário da Tarde*, que produzia uma grande quantidade de material (até o início dos anos de chumbo – 1968-1974) sobre os confrontos da época, sempre nutrindo um favoritismo à ditadura. Este jornal, além de ter riquíssimas matérias dignas de análise foi o que mais possuiu exemplares disponíveis na Hemeroteca Digital.¹³ Já os outros periódicos do Estado são muito mais escassos na internet, desta maneira optamos por exemplares que estavam disponíveis *on line*. Também tivemos acessos a pastas da DOPS com investigações de opositores à ditadura, disponíveis no Arquivo Público do Estado.

Já na segunda parte, que contempla o terceiro capítulo, discutimos sobre a História Local, bem como a importância da utilização das TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) no ensino. Posteriormente, comentamos sobre o processo de criação do *site*, a partir das informações adquiridas e sistematizadas, para que possa ser utilizado tanto em aulas de campo quanto para discussões em sala de aula. Em seguida, apresentamos o *site Ditadura em Curitiba* (disponível em: <www.ditaduraemcuritiba.com.br>) que contém os seguintes elementos: 1) Um mapeamento com os locais utilizados tanto pela repressão quanto pela resistência. Além da descrição deles, há uma seção de fotos de como eram (quando houver disponibilidade de fontes) e de como estão. 2) Disponibilização de depoimentos de indivíduos que foram presos pela repressão disponíveis no *site* <<https://www.youtube.com/user/sdhpaz/videos>> e fontes documentais da época (jornais, pastas temáticas da DOPS, digitalizadas e de domínio público), que tenham relação com os locais de memória da época ditatorial em Curitiba, além de notícias de jornais, que apoiavam a instauração do regime e daqueles que se posicionaram contra. Estes materiais podem ser impressos e analisados em sala de aula por professores que desejem trabalhar diferentes representações de memórias sobre este período. 3) Pastas temáticas da DOPS,

¹³ O endereço da hemeroteca digital é: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

para que o internauta possa fazer o *download* e ter contato com fontes primárias. 4) Sugestão de fontes e bibliografia. A ideia inicial é a de que o *site* sirva como um guia, tanto para acessar os roteiros, quanto para estimular o visitante à atividade de pesquisa, porém, outras possibilidades didáticas podem ser desenvolvidas pelo professor, a partir destes subsídios.

Desta forma, a dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro contempla a repressão na capital paranaense e relaciona locais ligados a prisões e torturas. Já o segundo capítulo discute a resistência e os locais de importância no processo de enfrentamento à ditadura. Contudo, devido às limitações das fontes e da complexidade dos diversos agentes que atuaram na resistência, dividimos os agentes da resistência nos seguintes campos: O movimento estudantil, trabalhadores mais ligados ao movimento sindical e consequentemente mais perseguidos pelo regime, e o PCB (Partido Comunista Brasileiro), tanto por seu protagonismo histórico entre as esquerdas quanto por ser o maior alvo da Operação Marumbi. Sobre a repressão, enfatizamos a atuação da DOPS (Delegacia de ordem Política e Social), da Polícia Militar, do Exército e do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de defesa Interna) – este, sobretudo, na Operação Marumbi. É importante frisar, que repressão e resistência não estão separadas na análise histórica, pois muitas vezes a resistência ocorria devido a repressão e vice-versa. São movimentos que fazem parte de um todo, estando sempre relacionados. Entretanto, dividimos em duas partes por uma questão didática, para uma melhor organização temática.

No terceiro capítulo priorizamos o ensino de História, bem como descrevemos o *site* e suas ferramentas, além de discussão teórica sobre sua relevância no Ensino de História, com ênfase nos elementos que permeiam a importância da História Local e as novas tecnologias da informação.

1. A REPRESSÃO

Neste capítulo analisamos a instauração do regime repressivo no Paraná, com ênfase na cidade de Curitiba, bem como ponderamos distintas representações acerca da chegada da ditadura no Estado: a visão militar, que enfatiza a prevenção da ameaça comunista e a visão de quem viu suas liberdades cerceadas. Estas visões são analisadas sob o viés da memória, sempre com o auxílio de outras fontes disponíveis. Também analisamos a repressão a opositores, igualmente os principais focos de resistência e sua atuação no enfrentamento ao regime. Além do enfoque na repressão, salientamos alguns aspectos da resistência, que serão pormenorizados no segundo capítulo. Também analisaremos os locais mais emblemáticos, utilizados pela ditadura para coerção de indivíduos que se postavam contra o regime.

Os primeiros movimentos da ditadura civil-militar no Brasil se articularam com prisões de possíveis inimigos do regime. Portanto, milhares de indivíduos foram presos na chamada “Operação Limpeza”, desde membros de organizações católicas até indivíduos que possuíam vínculos com partidos de esquerda e militares das próprias forças armadas que eram considerados favoráveis a ideias de esquerda (SKIDMORE, 1988, p. 44). No Paraná, de acordo com um levantamento feito pelo comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, registraram-se 2.726 detenções de pessoas suspeitas de contestar o regime, entre 1964 e 1969 (HELLER, 1988, p. 370). A visão predominante entre grande parte dos militares é a de que o chamado golpe, na verdade, foi um movimento preventivo à implantação de uma ditadura comunista¹⁴ em iminência.

José Carlos Dutra em seu artigo *A Revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna* (2004), entrevistou três militares que participaram ativamente do golpe no Paraná, pois estavam em cargos estratégicos, que afirmam haver a necessidade da implantação do regime, dada a “ameaça comunista” presente no governo de Jango. Os entrevistados são os generais: Raymundo Negrão Torres, oficial combatente da arma de artilharia e na época da *revolução* Major, fazia parte do Estado-Maior do Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria, além de ocupar o importante cargo de Chefe da Seção de Informações; Ítalo Conti, que à época do golpe possuía o posto de Coronel e ocupava o cargo de Secretário de Segurança do Estado do Paraná; e

¹⁴ Na bibliografia consultada para esta pesquisa e nas fontes analisadas, notamos que ora os detratores da esquerda, hora utilizam o termo “comunismo”, hora utiliza “socialismo”, demonstrando uma generalização entre as duas orientações políticas.

Justo de Moraes, que possuía o posto de Capitão da arma de artilharia, ocupava o cargo de Ajudante Geral (responsável pela área de pessoal) do Comando da Artilharia Divisionária, com sede em Curitiba.

Ao serem questionados pelo entrevistador se o que ocorreu em 31 de março de 1964 foi uma revolução, golpe, insurreição ou intervenção legal do exército, o general Negrão chamou o movimento de “contragolpe”; Ítalo Conti chama de “ação preventiva, com as características de um golpe de Estado” e o General Justo denomina de “contrarrevolução” (DUTRA, 2004, p. 199-200). Os três são enfáticos quanto ao apoio da sociedade civil. A representação da memória de todos os entrevistados é a de que as Forças Armadas atendiam a um anseio da sociedade.

Já no tocante à resistência, na esfera nacional, no final do regime surgiram publicações dos próprios partícipes, como Fernando Gabeira, que traziam certa mitificação acerca da figura do guerrilheiro, muitas vezes baseado em uma visão romântica, associado à rebeldia dos anos 60, fazendo parte da “resistência democrática” (FICO, 2004, p. 29-60).

Contudo, estudos mais recentes (FICO, 2014) têm apontado para uma relação muito mais complexa acerca da instauração do golpe de 1964. A historiografia recente (FICO, 2014; REIS FILHO, 2014) vem chamando a atenção para uma rede complexa de acontecimentos que resultaram em um golpe de forças conservadores, com apoio de grande parte da sociedade civil. A chamada resistência à ditadura não foi menos complexa, uma vez que estudos recentes inferem uma série de orientações políticas distintas, muitas vezes antagônicas no que tange à resistência (FICO, 2014; REIS FILHO, 2014). A própria esquerda, anteriormente já estava fragmentada em diversas esquerdas, com o seu maior baluarte, o PCB, insistindo em uma resistência democrática, ao passo que algumas dissidências optaram pela luta armada. As distintas memórias sobre este tema são o reflexo e ao mesmo tempo constituem uma luta de representações, conforme aceção de Chartier (2002).

A seguir, analisamos aspectos importantes sobre os primeiros anos da ditadura civil-militar no Estado.

1.1 A REPRESSÃO NOS PRIMEIROS ANOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO PARANÁ (1964-1968)

A instauração do golpe de 64 no Brasil se deu em meio a uma polarização política, que se intensificou durante o governo de João Goulart. “O presidente, enfrentando muitas dificuldades, mantinha um equilíbrio frágil entre radicais de direita e as esquerdas, buscando respaldo nos políticos e posições de centro, o que desagradava a todos” (OLIVEIRA, 2014, p. 56). No entanto, no Estado do Paraná, a posição dúbia do governador Ney Braga ainda é motivo de discussões. Ítalo Conti, então Secretário de Segurança, concedeu uma entrevista ao jornal *Gazeta do Povo* no dia 30 de março de 2009 (DEDA, 2009)¹⁵ e relatou a sua versão acerca da política de Ney Braga sobre a instauração da ditadura no Paraná. De acordo com a matéria, o então governador conspirava desde 1962 contra Jango:

O ex-secretário de Segurança afirma que, desde 1962, Ney Braga o havia incumbido de preparar um batalhão da Polícia Militar que pudesse ser usado no momento necessário, já que o alto comando do Exército no Paraná era ligado a Jango. “Havia tenentes e capitães do Exército que estavam do nosso lado. Mas não sabíamos como eles iriam se comportar quando houvesse a deposição de João Goulart.” Quando o golpe “estourou”, porém, Ney Braga, que era coronel do Exército, foi um dos primeiros a apoiar a deposição do então presidente. Já no 1º de abril, ele fez um pronunciamento favorável à deposição de João Goulart e à tomada do poder pelos militares. (DEDA, 2009, s/p)¹⁶

Ainda de acordo com a matéria, o perigo de uma reação contrária ao golpe estava no comandante da 5ª Região Militar no Paraná, o general Silvino Castor da Nóbrega, que no dia 31 de março de 1964 voltava a Curitiba em um avião da Força Aérea Brasileira, após ter participado de uma reunião com o general Assis Brasil, chefe da Casa Militar, que tentava conter os militares golpistas. Uma vez que Nóbrega era a favor da legalidade, seu avião teve a rota desviada para o Rio Grande do Sul. A alegação foi de que a neblina impediu a aterrissagem.

Já Heller e Duarte defendem uma posição mais ambígua de Ney Braga em relação ao golpe de 64 (HELLER; DUARTE, 2000, p. 55-57), ao menos até a véspera dos acontecimentos. De acordo com os autores, em 26 de fevereiro de 1964 o governador enviou ao Rio de Janeiro seu secretário de Viação, coronel Alípio Ayres de Carvalho e o

¹⁵ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/ney-braga-conspirou-contrajango-em-1964-diz-general-da-reserva-bi6flt5r0rn3bjz8bjxymha>>. Acesso em: 11 set. 2017.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/ney-braga-conspirou-contrajango-em-1964-diz-general-da-reserva-bi6flt5r0rn3bjz8bjxymha>>. Acesso em: 11 set. 2017.

major Jackson Pitombo Cavalcanti, com o objetivo de sondar o ambiente no meio político e entre as Forças Armadas. Estes teriam regressado e informado que a posição de Jango era sólida. No dia 19 de março, Ney Braga foi ao canal 6 da TV Paraná para informar que as Forças Armadas estavam a serviço da legalidade, mudando de posição no dia 1 de abril, desta vez informando que “o Brasil estava livre e nele vingaria a democracia cristã” (HELLER; DUARTE, 2000, p. 55-57).

José Carlos Dutra possui uma visão semelhante, de indefinição do governador até às vésperas do golpe. O governador do Paraná é descrito por Dutra como um *revolucionário de véspera* (DUTRA, 2004, p. 198). Braga era alvo de críticas por ter entregue cargos estratégicos a políticos com tendências esquerdistas. Ainda de acordo com Dutra,

A cúpula militar sediada no estado acreditava que no momento apropriado o Governador saberia como agir no sentido de neutralizar esses políticos; todavia, à medida que passava o tempo, a indefinição de Ney Braga começou a causar preocupações aos conspiradores, pois sabiam que a posição a ser por ele adotada influenciaria decisivamente o desfecho do golpe (como de fato confirmou-se depois). (DUTRA, 2004, p. 197)

O apoio do governador, conforme citado anteriormente, se confirmou às vésperas do golpe e as ameaças foram neutralizadas. Braga tornou-se homem de confiança do regime, sendo nomeado Ministro da Agricultura no governo Castello Branco, Ministro da Educação de Ernesto Geisel, que ainda o indicou posteriormente para governador indireto em 1978. Ney ainda assumiu a presidência da Itaipu Binacional em 1985 (HELLER; DUARTE, 2000, p. 77).

O Marechal Castello Branco foi eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional, nomeando o reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda para o cargo de Ministro da Educação (sendo mais tarde alvo de protestos por parte dos estudantes nos campi da UFPR). Após a nomeação de Castello Branco, seguiu-se uma série de expurgos e cassações, com o intuito de minar qualquer resistência ao regime. As ideias anticomunistas desenvolvidas por muitos dos militares eram discutidas na Escola Superior de Guerra (ESG), pois

No Brasil, a ESG já era um centro altamente influente de estudos políticos através de seus cursos de um ano de duração frequentados por igual número de civis e militares destacados em suas áreas de atividade. Da doutrina ali ensinada constava a teoria da "guerra interna" introduzida pelos militares no Brasil por influência da Revolução Cubana. Segundo essa teoria, a principal ameaça vinha não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e

dos estudantes professores universitários. Todas essas categorias representavam séria ameaça para o país e por isso teriam que ser todas elas neutralizadas ou extirpadas através de ações decisivas. (SKIDMORE, 1988, p. 18)

Analisando o fragmento acima, Skidmore infere que havia nos cursos da ESG uma necessidade de eliminar as ameaças internas, cristalizadas em supostos inimigos, que representariam a ameaça socialista. De fato, estas organizações foram alvo de investigação e prisões ao longo o regime, como se mostrará mais adiante. No manual da ESG havia uma descrição do que seria o processo subversivo:

Esse processo, praticado por um grupo minoritário, procura conturbar a vida nacional através de atos de terrorismo, assaltos, sequestros e uma crescente série de tentativas de perturbação da ordem, que possam conduzir à eclosão da Luta Interna. As minorias subversivas são tenazmente atuantes, fanáticas e intelectualizadas. A sua atuação poderá ser caracterizada em três formas gerais: a manutenção do grupo partidário dirigente, o proselitismo, mesmo por intimidação, finalmente as operações na cidade ou no campo, se possível desmoralizar ou até mesmo derrubar a autoridade legal. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. 1975, p. 247)

Neste fragmento o manual da ESG chama a atenção o fato de frisarem que supostamente seria uma “minoria”, ou seja, não conseguiam movimentar as massas. Notamos também que há uma descrição de duas expressões que mostram certa dicotomia: São fanáticas e intelectualizadas, isto é, apesar de terem certo nível intelectual são “cegos” no tocante a sua ideologia.

Uma vez vencedor, o regime impôs o Ato Institucional número 1 (AI-1 – o primeiro de muitos) com o poder Executivo ganhando força, dando prerrogativas até então inéditas ao presidente da República, dentre as quais, duas se destacam:

Art. 6º - O presidente tem o poder de declarar o estado de sítio por até 30 dias ou prolongá-lo por mais 30 dias no máximo (com a exigência de um relatório ao Congresso dentro de 48 horas). [...]

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluindo a apreciação judicial desses atos. (BRASIL, 1964, s/p)

Almejando evitar restrições na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 24 deputados apresentaram um projeto que concedia o título de Cidadão Paranaense ao comandante da 5ª Região Militar, general Dario Coelho, no dia 23 de abril de 1964. O deputado Rubens Requião apresentou um projeto que concedia o título de “autor intelectual da revolução democrática quando na chefia do Estado maior do Exército” ao

marechal Castello Branco (HELLER; DUARTE. 2000, p. 57). Apesar das honrarias concedidas, em 1964 houve a cassação de Almir Passo, Leon Naves Barcelos, João Simões e Luiz Alberto Dalencale, que haviam colaborado com estas homenagens.

No Paraná, anterior à implantação do regime, havia grupos que atuavam em apoio ao governo de Jango, com uma orientação política mais voltada à esquerda. Como exemplos, pode-se destacar o CPC (Centro Popular de Cultura), o jornal *Última Hora*, fundado por Samuel Weiner, ligado ao getulismo, e o PCB que estava relativamente organizado, entretanto, não havia um engajamento popular de massas. Até mesmo as organizações sindicais ainda eram incipientes e não conseguiam promover organizações gregárias, embora tenham representado importante papel na tentativa da conscientização de trabalhadores acerca de seus direitos (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 69).

Grupos de viés mais conservador também se fizeram presentes durante a década de 60 em contraposição ao governo de Goulart, como as *Marchas da Família com Deus Pela Liberdade*, ocorridas em todo o Brasil. Na cidade de Maringá, por exemplo, o evento chegou a reunir mais de quatro mil pessoas (HELLER, 1988, p. 538).

Em relação a essas marchas, a cidade de Curitiba curiosamente adotou uma versão ligeiramente diferente, sendo que o protesto na cidade ficou conhecido como “Marcha a Favor do Ensino Livre”. Sua condição *sui generis* merece ser destacada: sua organização foi realizada pela UCF (União Cívica Feminina), entidade fundada em 1963 que objetivava debater assuntos religiosos e cívicos, bem como promover obras assistencialistas (CODATO, 2004, p. 271-302). A UCF possuía uma orientação mais conservadora, contrária às posições ditas esquerdistas do então presidente João Goulart. A entidade ainda contou com o apoio da ACOPA (Associação Comercial do Paraná) na organização da marcha. O evento, ao contrário das outras marchas espalhadas pelo Brasil pautava a questão educacional, tida como contaminada por ideias comunistas (CODATO, 2004).

O ponto central do argumento destas organizações estava baseado em duas questões: A *encampação das escolas particulares* e a adoção do *Livro Único* do MEC (Ministério da Educação). O primeiro item se refere a uma possível (embora improvável) estatização de estabelecimentos privados de ensino. O segundo está ligado a um projeto do MEC que objetivava a implantação de um livro comum a todas as escolas, o que de acordo com aqueles que se posicionavam contrários não passava de mera propaganda marxista (CODATO, 2004). O evento em Curitiba, foi destacado pelo *Diário da Tarde*,

sendo que na mesma edição o periódico deu duas estimativas diferentes quanto ao número de presentes. Inicialmente fala em aproximadamente 30 mil pessoas e logo adiante muda para 40 mil. De acordo com a reportagem,

A chuva de ontem, contínua, não conseguiu impedir que aproximadamente 30 mil pessoas comparecessem à passeata organizada pela Comissão Pró Ensino Livre, contra a encampação dos colégios particulares. O desfile, que se iniciou na Praça Santos Andrade, percorreu as principais ruas da cidade e culminou em frente ao Palácio Iguazu. [...] Assinalando que “só há uma pequena minoria que quer desgracar o Brasil, entregando-o ao comunismo”, o governador Ney Braga falou ontem das sacadas do Palácio Iguazu, para uma multidão calculada em 40 mil pessoas, que realizou uma passeata contra a encampação de Colégios particulares ensaiada pelo Governo Federal.

Frisando que todos queremos o ensino livre, salientou o chefe do executivo, ao lhe ser entregue um exemplar do livro único combatido pelos mestres e alunos do ensino livre. “O livro que os senhores me trouxeram, eu não jogo fora, aqui mesmo, porque iria sujar o chão do Paraná”. [...] “Eu ouvi bem os dois discursos. Vejo perfeitamente todas as faixas. Nenhuma delas condena a minha atuação e nenhum discurso criticou minha ação. Tenho sido no Governo do Paraná, graças a Deus, democrata e cristão”. (DIÁRIO DA TARDE, 1964, s/p)¹⁷

Embora o foco do movimento contrário a Jango tenha tido como pano de fundo a questão educacional, a postura conservadora pode ser observada por meio de recursos como ataques ao “comunismo” e no discurso do governador, enfatizando suas convicções “democratas e cristãs”.

Ainda acerca desse evento, o jornal *Última Hora* – sabidamente ligado a Jango (SKIDMORE, 1988, p. 47) – atribui um número muito menor de manifestantes: o periódico fala de 4 mil pessoas, sendo que de acordo com a reportagem,

Fracassou inteiramente a “passeata pela liberdade de ensino” realizada ontem, sob o patrocínio do Sindicato dos Proprietários de Estabelecimentos de Ensino Particular. Apenas cerca de 4 mil pessoas – dois terços das quais alunos uniformizados de colégios religiosos – compareceram ao comício, em frente ao Palácio Iguazu, onde foram violentamente criticadas as medidas do Governo Federal para sustar as altas das anuidades escolares e baratear o custo dos livros didáticos. (ÚLTIMA HORA, 1964, s/p)¹⁸

A discrepância entre as duas publicações é evidente. Embora não haja um número oficial de participantes, a capa do *Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados* traz

¹⁷ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/105259>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

¹⁸ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/830348/19426>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

uma fotografia que mostra um grande número de pessoas, certamente superior ao contabilizado pelo jornal de Samuel Weiner.¹⁹

Além das marchas, havia organizações anticomunistas como a *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* (TFP), *Liga Anticomunista*, dentre outras (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 69).

No primeiro momento, vencedora, a “revolução” que esmagava a “subversão comunista” e a “corrupção” encontrava um problema inicial: qual direção seguir? Havia aqueles grupos que desejavam retomar a vida institucional, tal qual era antes de 1964 – preponderantemente o setor civil encabeçado por Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, respectivamente governadores da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo. Estes também almejavam uma limpeza, para impedir que as lideranças derrotadas disputassem as próximas eleições. Havia também aqueles que defendiam uma limpeza mais profunda, desejando a permanência no poder por tempo indeterminado. Este grupo geralmente era composto por chefes militares, que mais tarde ficaram conhecidos como *linha dura* (REIS FILHO, 2014, p. 49-51). As diversas orientações ideológicas, com diferentes ideias sobre a forma ideal de se governar o país mostravam a complexidade de agentes imbricados na implantação do regime ditatorial.

No dia 9 de abril foi implantado, conforme mencionado, o primeiro de muitos Atos Institucionais, o AI-1 que à época foi chamado apenas de Ato Institucional, pois visava ser único. Neste Ato, instituía-se, como já pontuado anteriormente, a suspensão de até 10 anos de direitos políticos daqueles que fossem considerados subversivos ao regime. Sobre estes políticos paranaenses, considerados subversivos, vale destacar o nome de Walter Pecoits. Deputado Estadual pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) era notabilizado por uma orientação política em favor dos colonos do sudoeste paranaense, que lutavam por direito a terras e contra a exploração de sua mão de obra. Perdeu seus direitos políticos e foi preso no dia 04 de agosto de 1964, embora sua prisão preventiva só tenha sido decretada no dia 21 (HELLER; DUARTE, 2000, p. 96-100). Ele era acusado de incitar uma rebelião de posseiros que havia ocorrido em 1963 em Três Barras. Pecoits havia mediado uma revolta camponesa em Francisco Beltrão em 1957, sendo eleito prefeito da cidade em 1960 e deputado estadual em 1962. Após sua prisão em Cascavel, onde estava de passagem, foi torturado e sendo atingido pela coronha de um rifle, perdeu

¹⁹ Este jornal é detentor de direitos autorais que não permitem a reprodução de imagens, entretanto, está disponibilizado em formato *online*. O link para acessar a reportagem é: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/48715>> Acesso em: 29 mar. 2018.

a vista esquerda (HELLER; DUARTE, 2000, p. 96-100). O deputado respondeu a um IPM (Inquérito Policial Militar), que não conseguiu provar sua ligação com a rebelião de posseiros de 1963. Foi quando o político entrou com uma ação contra o Estado por conta das lesões sofridas em um processo que foi resolvido em 1978 a quantia de Cr\$ 12 milhões,²⁰ além de pensão vitalícia. Walter respondeu o processo militar em liberdade à época devido a um *habeas corpus*, pois nesta fase inicial do regime, os réus ainda tinham acesso a este recurso. No dia seguinte à sua prisão, o jornal *Diário da Tarde* era taxativo quanto à participação de Pecoits na revolta de posseiros, com o título “Preso chefe da rebelião dos posseiros”:

O coronel Lapa, delegado de Polícia de Cascavel, em telegrama enviado ontem ao Chefe de Segurança Pública, confirmou a prisão do ex-deputado estadual Walter Pecoits, como um dos principais insufladores da rebelião que abalou o Sudoeste do Estado posseiros invadiram as terras, aprisionando os moradores, e mobilizando mais de 500 pessoas numa revolta contra o governo do Paraná. (DIÁRIO DA TARDE, 1964, s/p)²¹

Ao ler a notícia, podemos perceber o tom acusatório do jornal, já informando que o deputado era o chefe da rebelião, associando a revolta a um movimento contrário ao governo do Paraná, quando o quadro social da região era muito mais complexo, resultado de um conflito histórico entre posseiros e madeireiras. No dia 14 de agosto, o jornal noticia a instauração de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar as agressões sofridas. O jornal relata as agressões sofridas por Pecoits a mando do Coronel Lapa, afirmando que o governo do Estado era o maior interessado, tanto nas investigações, quanto em uma “solução harmoniosa” com relação à questão dos posseiros (DIÁRIO DA TARDE, 1964, s/p)²². Podemos aferir que, embora o jornal repudiasse a agressão sofrida por Pecoits, seu discurso era alinhado ao governo do estado, mencionando a preocupação com uma solução adequada.

Além da perseguição a políticos, outros setores sentiram o surto inicial da repressão do regime. Ainda em 1964, foi instaurado um IPM para averiguar uma possível associação do jornal *Última Hora* com atividades subversivas. O Centro Popular de Cultura também foi fechado, sendo considerado um ambiente de atividades subversivas (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 71).

²⁰ O valor do salário mínimo em 1978 era de Cr\$1560,00. Ver: <<http://www.oabsp.org.br/subs/saoluizdoparaiteinga/noticias/valores-do-salario-minimo-nacional-desde-sua>> Acesso em: 31 out. 2017.

²¹ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/106145>>. Acesso em: 2 out. 2017

²² Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/106172>>. Acesso em: 2 out. 2017.

No ano seguinte havia a esperança de grande parte da sociedade civil sobre a realização de eleições e uma volta ao regime democrático. Entretanto, as expectativas daqueles que esperavam o pleito foram frustradas com a instauração do AI-2. Além de eleições indiretas, o ato instituía o modelo de bipartidarismo. Os políticos mais alinhados ao regime fizeram parte da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e a oposição se aglutinou no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), formado por elementos das mais variadas tendências políticas (BRASIL, 1965, s/p).²³

No mesmo ano surgiu no sul do Brasil uma aventura quixotesca: uma tentativa de guerrilha capitaneada pelo coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. O sargento Albery Vieira dos Santos ajudou a organizar a luta, planejada no Uruguai. Os guerrilheiros entraram no Rio Grande do Sul, e em Santa Maria tomaram um posto policial, roubando armas e cortando fios de telefone e telégrafos. Em seguida, tomaram uma rádio onde leram um manifesto do coronel Cardim em favor da luta armada, concitando outros atos de rebelião no estado. Entretanto, o manifesto foi lido de madrugada, em uma rádio de pouco alcance. Atravessaram o Estado de Santa Catarina com um caminhão cedido pelo delegado de Três Passos. Mais tarde, chegaram ao Paraná e em Capitão Leônidas Marques foram avistados por um avião da Força Aérea Brasileira. Em seguida, adentraram a mata, entrando em confronto com um destacamento do exército. A guerrilha improvisada fracassara. O Coronel Jefferson Cardim e mais 13 pessoas foram presas e torturadas em Foz do Iguaçu. Emir Roque Dória, advogado atuante na defesa à época, relatou sua visão sobre o tratamento dispensado aos presos:

Aquilo foi um martírio. Apesar de se entregarem praticamente sem combate e constituírem um grupo que não representava nenhum perigo ao regime militar, eles sofreram sevícias que a gente não acreditava que existissem no Brasil. O Coronel Cardim foi estaqueado, amarraram suas pernas e braços com fios de náilon, e ele ficou muito machucado. Por ordem do comandante do regimento, os soldados entraram em forma, desfilaram em frente ao coronel e cuspiram nele como se ele fosse um verme que não merecesse nenhuma consideração. (DÓRIA, 1988, p. 144-145)

Neste relato de Dória fica latente aquilo que Pollack chama de acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, “São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLACK, 1992, p. 201). Obviamente, neste caso, o advogado sabe que não participou diretamente, mas seu

²³ **Ato Institucional Número 2.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm> Acesso em: 2 out. 2017.

testemunho é de uma convicção de quem viveu “por tabela” este acontecimento. O fato de ter sido ordenada tamanha humilhação para o coronel evidencia o grau de aversão que os militares nutriam por seus pares que tomavam o caminho do enfrentamento ao regime.

Os presos foram transferidos para o presídio do Ahú, exceto Jefferson, que ficou no quartel do Boqueirão, conseguindo fugir mais tarde, com a ajuda do soldado Luiz Vitor Papandreou, que estava de guarda no dia. Luiz acabou sendo morto pela repressão mais tarde (HELLER, 1988, p. 141-146). O jornal *Diário da Tarde* (DIÁRIO DA TARDE, 1968)²⁴ noticiou a fuga de Cardim e publicou uma fotografia:



Figura 1: Notícia da fuga do coronel Jefferson Cardim Osório

Fonte: *Jornal da Tarde*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/117581>>. Acesso em: 10 out. 2017²⁵

É interessante notar as diferentes representações sobre uma mesma figura, pois ao passo que a memória de Emir Roque Dória é pautada no suplício pelo qual seu cliente e

²⁴ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/117581>>. Acesso em: 4 out. 2017.

²⁵ Descrição embaixo da fotografia: o ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, que se encontrava preso no quartel do 5º RO em Curitiba, fugiu em circunstâncias ignoradas na madrugada de domingo. Presumivelmente solicitou asilo numa embaixada estrangeira da Guanabara, informaram as autoridades militares.

os demais passaram, o jornal publicou uma fotografia de Cardim na qual ele aparece sorridente. Não há qualquer sinal de violência contra o preso na imagem, nem mesmo de sofrimento por estar encarcerado. Este sorriso é enigmático: poderia ser por inocência, até mesmo por uma imposição para que a fotografia fosse registrada. Como não há nenhum comentário anterior sobre esta fotografia, é quase impossível saber.

Nos últimos meses de governo de Castello Branco a sucessão já era dada como certa pelo marechal Arthur da Costa e Silva. Em 3 de outubro de 1966, o Marechal foi eleito indiretamente pelo Congresso para ocupar o mais alto posto do poder Executivo (REIS FILHO, 2014, p. 63).

Em seu governo, cujo plano econômico ficou a cargo do civil Antônio Delfim Netto, o país registrou um expressivo crescimento, sendo que no ano de 1967 a taxa foi de 4,8%. No ano seguinte atingiu taxas de 9,3%. Este crescimento estava atrelado a uma série de fatores:

A decolagem era produto da combinação de medidas governamentais com uma série de condições favoráveis, internas – ociosidade do parque industrial, demanda reprimida, saneamento financeiro executado pelo governo anterior – e externas – início de um boom espetacular no mercado internacional. Entre 1967 e 1973, o comércio mundial cresceu a uma taxa de 18% ao ano. (REIS FILHO, 2014, p. 67)

Conforme a análise de Reis Filho, o crescimento foi fruto de fatores internos e externos. O período do “milagre econômico” do governo Médici (1969-1974) também teria influência da conjuntura internacional favorável. Entretanto, a despeito dos fatores econômicos positivos, manifestações de várias vertentes surgiram no governo Costa e Silva, sobretudo parte do movimento estudantil, que questionava mudanças ocorridas nas universidades e que não dialogavam com os anseios dos acadêmicos.

O ano de 1968 foi o ano em que o movimento estudantil protagonizou os protestos mais ferrenhos junto ao governo, devido a uma série de fatores, tais como os acordos MEC/USAID (Ministério da Educação e *United States Agency for International Development* – agência estadunidense que tinha por objetivo prestar assistência a países subdesenvolvidos). A DOPS documentou reuniões de estudantes e recortes de jornais que falavam das reuniões e confrontos com a polícia. A repressão também possuía agentes infiltrados nos mais diversos setores da resistência, por isso várias reuniões estudantis

eram acompanhadas de perto pelo regime. Os infiltrados não eram somente agentes da repressão, mas civis que faziam denúncias voluntariamente.²⁶

A maior atividade da repressão contra o movimento estudantil em Curitiba se deu na continuação do frustrado XXX Congresso da UNE que havia começado em Ibiúna, São Paulo. Após o Congresso ser desbaratado no interior paulista, foi realizado na capital paranaense, em um local conhecido como *Chácara do Alemão* (FÓRUM DA VERDADE UFPR) Stênio Sales Jacob, então presidente da UPE (União Paranaense dos Estudantes), estava presente tanto no congresso da UNE em Ibiúna, quanto no da *Chácara do Alemão*. Ao contrário dos que foram presos no dia, ele foi detido apenas dez dias depois. Sobre seu julgamento, Stênio fala sobre a falta de liberdade para a ampla defesa e da diferenciação de penas para o mesmo delito:

Aliás é importante relatar que o julgamento teve uma situação assim interessante: nós estávamos lá em 12 estudantes: os paranaenses, mais alguns mineiros, outros de Brasília, mas dentro da sala de julgamento da auditoria militar eu tive o cuidado de contar quantos eram: haviam 22 PE's [Policiais do Exército] de metralhadora na mão, dentro da sala de julgamento da auditoria militar de São Paulo. Admitiram a presença de um familiar para assistir o julgamento... e os advogados praticamente nem tiveram condições de fazer uma sustentação de defesa de todos nós. E o mais incrível, para o mesmo delito a pena variou de um ano e seis meses para seis meses. Então teve gente que foi condenado a um ano e meio, gente que foi condenado a um ano, gente que foi condenado a dez meses e gente que foi condenado a seis meses. Veja que o critério era nenhum. (JACOB, 2013, s/p)²⁷

Neste trecho do depoimento de Stênio alguns pontos merecem destaque. A presença de um efetivo militar considerável para o julgamento de estudantes e o cerceamento quanto à ampla defesa. Em depoimento sobre os julgamentos de presos políticos, o advogado Renê Ariel Dotti reclama da mesma falta de direito à ampla defesa (DOTTI, 2013, s/p)²⁸.

Os movimentos de resistência à ditadura civil-militar sofreram o mais duro revés a partir da decretação do AI-5 no final de 1968, resultando em uma ditadura escancarada.²⁹

²⁶ DEAP/ DOPS Pasta 797, cx 94. Nesta pasta há diversas denúncias contra atividades subversivas, desde agentes infiltrados até de cidadãos comuns que denunciavam indivíduos que achavam perigosos.

²⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=94r61FSOuOk&t=1743s>>. Acesso em: 8 out. 2017.

²⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WfaM79GY054&pbjreload=10>>. Acesso em: 8 out. 2017.

²⁹ Expressão utilizada por Elio Gaspari (2014).

1.2 O RECRUDESCIMENTO DA REPRESSÃO: DO AI-5 À OPERAÇÃO MARUMBI (1968-1975)

Após a promulgação do AI-5 as manifestações de massa foram silenciadas. Entretanto, a despeito da repressão e da censura aos meios de comunicação, somadas às propagandas ufanistas de um Brasil em crescimento econômico, “disseminava-se em sociedades de opiniões públicas mais atentas a ideia de que existia uma ditadura violenta no Brasil.” (REIS FILHO, 2014, p. 84). As esquerdas passaram a fazer uma autocrítica e neste debate logo apareceram dois culpados: o presidente João Goulart, hesitante e conciliador, e o PCB, que havia optado pela via pacífica. Portanto,

Se moderação, reformismo e pacifismo não tinham conseguido acalmar os reacionários, então a esquerda tomou o caminho lógico. Ir à guerra no combate armado ao regime. O próprio PCB ficou mais de um ano até conseguir elaborar um documento mais amplo sobre a derrota, e nele reiterou a opção pela luta pacífica contra o regime, acirrando ainda mais as cisões internas. (NAPOLITANO, 2014, p. 122)

Conforme o fragmento acima, o caminho escolhido pelos setores mais extremos da esquerda foi a luta armada, que embora tenham concentrado seu foco na região Sudeste e em uma tentativa desesperada na região do Araguaia, contou com a participação de paranaenses.

O estudante José Carlos Mendes era secundarista no Paraná à época do assassinato do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro. Este assassinato representou para José Carlos o estopim da mobilização estudantil do país. Após a implantação do AI-5, ele ingressou em organizações clandestinas de esquerda:

Aí veio o famigerado AI-5 numa sexta-feira 13 de 68. Isso endureceu o que já era duro, a ditadura, o que obrigou praticamente todos a mergulharmos em clandestinidade. Naquele momento já quase todos pertenciam a algum tipo de organização de esquerda que lutava também contra o regime militar na clandestinidade. Aqui em Curitiba nós nos vinculamos inicialmente à AP [Ação Popular]. Nós, eu falo no plural, porque era uma quantidade de jovens secundaristas que militavam e nos organizamos em torno da AP. Já no ano seguinte a escala de manifestações diminuiu bastante e o tipo de... de oportunidade de manifestar eram pequenos comícios, comícios-relâmpago nas esquinas, nos pontos de ônibus. Reunia-se uma quantidade de gente, fazia-se um pequeno comício, panfletávamos e desaparecíamos...pichávamos muros, colávamos adesivos com slogans antiditadura. Em uma dessas ocasiões eu fui

preso, na Boca Maldita, em um lugar que hoje é o HSBC, fui levado do DOPS e fichado. Eu tinha 17 anos. (MENDES, 2013, s/p)³⁰

Neste trecho do depoimento de José Carlos é interessante notar que de acordo com seu ponto de vista a vinculação dos estudantes com organizações de esquerda se fazia necessária, indo para o caminho natural da clandestinidade. Outro ponto de destaque é seu relato de que já no ano seguinte (1969) a escala de protestos havia diminuído, sendo necessárias estratégias como comícios relâmpagos em locais improvisados. O movimento estudantil perdeu sua capacidade de articulação, sendo que parte de seus quadros optou por organizações que pregavam a luta armada, embora muitas tenham ficado mais em ações de planejamento. José Carlos ingressou na VPR (Vanguarda Popular Revolucionária).

Fui para o Rio de Janeiro. Lá a gente atuava em células clandestinas, compartimentadas, depois de receber aqueles básicos conhecimentos de manuseio de armas, explosivos e técnicas de clandestinidade, enfim. Já éramos integrantes do comando Juarez de Brito, que é em homenagem a um companheiro morto no Rio de Janeiro. A VPR no Rio praticou várias das ações mais importantes contra o governo militar, entre elas foi o sequestro do embaixador alemão, a expropriação do cofre do Adhemar de Barros, o sequestro do embaixador suíço do qual eu tive uma participação. Este sequestro nos rendeu a libertação de 70 presos políticos encaminhados ao Chile. Nesse interim, a repressão endureceu cada vez mais. Eram as frequentes... as torturas, desaparecimento de companheiros [...]. (MENDES, 2013, s/p)³¹

Neste relato de José Carlos ficam evidentes alguns termos bastante utilizados por membros da esquerda que optaram pela luta armada, como “expropriação”. Este termo é utilizado para designar assaltos a bancos, que possuíam o intuito de arrecadar fundos para a luta contra o regime. Também chama a atenção o relato de sua participação em duas ações de grandes proporções. O assalto ao cofre de Adhemar de Barros, um dos artífices da ajuda civil na implantação do regime. Elio Gaspari relata a epopeia que se tornou esta estratégia da esquerda, pois o plano elaborado era bastante audacioso. O cofre pertencia a Adhemar, mas estava na casa de sua amante, Ana Benchimol Capriglioni. Os militantes da VPR e da ALN (Ação Libertadora Nacional, capitaneada por Carlos Marighella) descobriram o endereço do cofre, mas a ação se deu por meio da VAR-Palmares

³⁰ 05:34 – 07:21. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gLw-VOU7ZgY>>. Acesso em: 9 out. 2017.

³¹ 07:49 – 09:20. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gLw-VOU7ZgY>>. Acesso em: 9 out. 2017.

(Vanguarda Popular Revolucionária Palmares), arrecadando 2,6 milhões de dólares. Este foi considerado, nas palavras de Elio Gaspari, (2014) o maior golpe da história mundial do “terrorismo” até então (GASPARI, 2014, p. 54-59).

Nesta época grande parte das prisões contra indivíduos que se rebelavam contra o regime no Estado do Paraná se deu em Apucarana, pelo 30º Batalhão de Infantaria Motorizada sob o comando do capitão Ismar Moura Romariz. Dentre aqueles que se posicionavam ativamente contra o regime estavam Antônio Narciso Pires de Oliveira, Geraldo Magela Soares Vermelho, Francisco Dias Vermelho, Manuel César Mota, Valdir Feltrim, Veldecir Feltrim, Antônio Três Reis de Oliveira, e José Idésio Brianesi, estes dois últimos mortos pela repressão em São Paulo em 1970 (HELLER, 1988, p. 549). Narciso e seu grupo, que ficaram conhecidos como “os meninos de Apucarana” devido à pouca idade (de 15 a 20 anos) haviam organizado uma passeata na cidade após a morte do estudante Edson Luís, reunindo cerca de 3 mil pessoas (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 173-174). Mais tarde, parte dos companheiros de Narciso optou por integrar-se à ALN de Marighella, nesse período Narciso se mudou para Curitiba, participando de grupos que promoviam pichações contra a ditadura. Em 1970, ingressou na UFPR para fazer o curso de jornalismo, onde ocupou a vice-presidência do DARP (Diretório Acadêmico Rocha Pombo), sendo perseguido pela repressão e voltando a Apucarana, onde mais tarde foi preso. Sobre a constante vigilância que sofria pelo exército, Narciso relata que não sabia à época, só tendo ciência do ocorrido muito mais tarde, em uma situação inusitada:

E até aconteceu... um desses garotos, esses meninos e alguns deles eram recrutas do próprio Exército, que eram dispensados da farda, podiam até usar cabelo comprido, etc e tal, porque a sua função era nos seguir para todos os cantos. Sei disso, porque em 1994 eu fui visitar o Stênio Sales Jacob, que é um companheiro militante da época e era candidato a deputado e quando entrei na casa dele, junto ao Stênio, tinha um cidadão almoçando, um cara bigodudo, etc e tal, ele vira pra mim e diz: “Ô Narciso, como é que você vai? Rapaz, você não mudou nada”. Isso era 94 e eu falei: “Eu não te conheço, não me lembro de você”, até preocupado com a minha falta de memória, com alguém que parecia muito bem me conhecer. Ele disse: “você não me conhece e nem poderia me conhecer, eu... em 1968 era um recruta do quartel do exército de Apucarana e era um dos recrutas encarregados de seguir você pra o onde você fosse”. Este cidadão, não me lembro do nome dele agora, mas era o prefeito de Porto Amazonas e olhe que ironia do destino, cunhado do Stênio Sales Jacob que tinha sido preso político em 1968, 1969. (OLIVEIRA, 2013, s/p)³²

³² 21:59 – 23:56. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FCk1pIo-UNo&t=4344s>>. Acesso em: 9 out. 2017.

Neste trecho do relato de Narciso fica evidente a sua surpresa em saber somente naquele momento que era monitorado durante sua militância na cidade de Apucarana. A repressão sabia dos movimentos de vários indivíduos contrários ao regime, uma vez que contava com um aparato de vigilância muito bem montado, resultante da integração de várias forças civis e militares (MAGALHÃES, 1997).

Apesar de alguns focos de resistência nesta época, a ação de maior significância na luta contra a repressão se deu por meio da organização democrática, já em meados da década de 1970. Em 1974, o presidente Ernesto Geisel havia sido eleito prometendo uma abertura “lenta, gradual e segura”. Neste ano foram realizadas eleições para o Legislativo, sendo o MDB o grande vencedor, tanto para a Câmara de Deputados quanto para o Senado. Este resultado despertou a atenção do Ministro da Justiça, Armando Falcão, que afirmava haver apoio do PCB na vitória do MDB (SKIDMORE, 1988 apud BRUNELO, 2009, p. 51). Tal vitória deu subsídio para a repressão acusar o MDB de ser um partido infiltrado por indivíduos considerados subversivos (BRUNELO, 2009 p. 75).

No ano de 1975 foi deflagrada aquela que seria a maior operação de repressão no Estado, abrangendo 13 cidades, resultando na prisão de mais de 100 pessoas das quais 65 foram indiciadas. As ações se iniciaram no dia 12 de setembro e duraram aproximadamente um mês, sendo que, além de um grande número de prisões, ocorreram diversos casos de tortura. De acordo com o depoimento de vários ex-presos políticos, a maioria foi encaminhada ao quartel da praça Rui Barbosa, para a chamada Clínica Marumbi, localizada na rua Dr. Pedrosa e na sede da DOPS, na rua João Negrão.

Ildeu Manso Vieira, líder comunista e candidato a deputado pelo MDB foi preso quando estava indo para a rodoferroviária a fim de usar o telefone, pois nesta época o aparelho ainda era raro na cidade. Foi preso por agentes da Polícia Federal juntamente com seu filho de 17 anos, Ildeu Manso Vieira Junior (HELLER, 1988, p. 372). Ildeu lançou mais tarde um livro de memórias em que relata as torturas sofridas e a desilusão de ter presenciado a delação de um companheiro:

Dr. Luiz Ferreira Gonzaga e eu, na cela dos horrores, suportamos todos os tipos de humilhações e de ameaças de morte, mas mantivemos a tese da negativa de culpabilidade, não permitindo o envolvimento do presidente do MDB com o do PCB. Os “tiras” levaram de volta o advogado de Londrina e não demorou em muito a aparecer, em seu lugar, Fernando Pereira Cristino. Bem vestido, com sapatos engraxados e devidamente amarrados, de banho tomado e exibindo, no braço roliço, um relógio de ouro em vez das algemas; o dirigente do PCB me olhava com superioridade. Fazia o jogo dos agentes do DOI-CODI e me entregava, descaradamente, para meus algozes. Abria, até mesmo, os contatos mais secretos do partido, envolvendo políticos progressistas [...]. Os

torturadores, contentes em conseguir, em nosso meio, um aliado, levaram de volta Fernando Pereira Cristino e percebi, com pesar, que o “Ney”, experiente membro do CC, havia se transformado no Silvério dos Reis da nossa inconfidência. (VIEIRA, 1991, p. 23)

O militante demonstra frustração pela delação de um conhecido seu, que passava a atuar a favor do regime. Sua comparação do delator do PCB ao delator da Inconfidência Mineira mostra sua decepção com o antigo companheiro. Sabemos que muitas das delações eram feitas após inúmeras sessões de tortura. Apesar disso, Ildeu garante que não era o caso, como fica claro na transcrição de uma conversa que teria tido com seu filho: “ele não levou nenhuma porrada e está entregando até a mãe”. Ao que o pai responde: “Nem todos são covardes assim” (BRUNELO, 2009, p. 75). Ildeu Manso Vieira Júnior, então um adolescente de dezessete anos havia sido preso juntamente o pai, Ildeu Manso Vieira. Em seu depoimento, Ildeu Júnior, ressalta que esta foi sua verdadeira prova de fogo, um “rito de passagem”:

Depois de muitas voltas no centro da cidade fomos conduzidos para o que é hoje a Praça da Cidadania da Matriz, na Praça Rui Barbosa de Curitiba. Era então onde funcionava então o quartel da Polícia do Exército. Lá fomos conduzidos então a celas separadas, em mim colocaram óculos tapa-visão e no meu pai um capuz preto. E...eu fiquei sabendo que ele estava em uma cela ao lado da minha pelos seus gritos de terror, sendo torturado barbaramente por elementos do exército brasileiro que lá se encontravam e, evidentemente, que eu fiquei bastante horrorizado com isso, isso era mais ou menos nove horas da manhã. Como eu era um garoto ainda, eu conseguia fazer movimentos com a sobancelha e meus óculos baixaram e consegui ver várias pessoas, inclusive as que frequentavam a minha casa, amigos do meu pai, certamente membros do Partido Comunista Brasileiro que tinham sido presos nessa operação chamada Operação Marumbi, aqui no Paraná. Então esse foi o meu rito de passagem. Nesse dia, que durou uma eternidade... vi pessoas sendo barbaramente torturadas, afogadas no chamado “caldo da verdade”, onde elementos do exército, à paisana, todos, urinavam e defecavam e aí afundavam a cabeça dos cidadãos que eram resistentes, que não queriam expor a sua situação e nem entregar outros companheiros. E ali as acareações ocorriam na minha frente, em um salão muito amplo... e a maior tortura que eu sofri lá foi a tortura de ouvir os gritos dilacerantes do meu pai na cela ali ao lado, onde ele primeiro passou por choques elétricos, depois “telefones” que eram tapas no ouvido. Ele ficou surdo de um ouvido durante toda a vida dele e, depois que eu saí de lá, de madrugada, cheguei em casa e minha casa “tava” cheia de elementos, todos à paisana, fortemente armados com pistolas em punho. Minha família estava sofrendo em cárcere privado... meus irmãos menores do que eu, um de 15, outro de 14 e 13 cada um em um canto da sala, e estes elementos estavam levando muitos livros, cadernos da nossa família [...] e quando saíram disseram que a gente não deveria procurar nenhum recurso, nem a delegacia, nem a polícia, nenhum político, nada, que nossos passos estariam sendo seguidos, como de fato fomos seguidos durante muitos meses. Então esse foi

o meu batismo de fogo, foi então que me tornei um militante de esquerda. (MANSO JÚNIOR, 2013, s/p).³³

No relato de Ildeu Júnior, podemos perceber o sadismo dos agentes da repressão em torturar o pai na presença de seu filho, bem como a utilização de técnicas de tortura, amplamente relatadas por vários ex-presos políticos em vasta bibliografia sobre o tema. Mesmo que não tenha sofrido tortura física, a tortura psicológica deixou marcas para a vida toda, de acordo com seu depoimento. Sua rápida passagem pela prisão representou um momento de transição em sua vida, em que inicia a militância de esquerda.

Nas dependências da DOPS vários presos foram torturados, dentre eles o médico Osvaldo Alves, que, de acordo com seu relato, não era militante comunista na época, embora sediasse em sua casa, na cidade de Mandaguari, reuniões com integrantes do PCB. Osvaldo narra que sua prisão ocorreu quando voltava de uma festa. Foi sequestrado, encapuzado e algemado em Mandaguari e levado a Apucarana.

O sequestro foi às onze horas da noite. Da meia noite até as cinco horas fui submetido a vários tipos de tortura. A mais séria foi a tortura de choque... mas eu mantendo a calma, e a minha a convicção... eu não estava muito comprometido, né? O que eles queriam era que eu delatasse, fizesse a delação de nomes... e eu fechei a boca, fechei a boca e não soltei o nome de ninguém e não falei nada, e isso escandalizava eles, porque eles queriam que eu falasse... não tinha nada pra falar.... e por isso eu prolonguei, né?, o choque, a tortura. Tentaram me por veneno na boca, né? Cortar a orelha, disse “não, não vão cortar, não vão deixar marca, né?” Fiquei firme. Depois da tentativa de cortar a orelha que era só intimidação, né? Intimidação, não cortaram. (ALVES, 2013, s/p)³⁴

No depoimento de Osvaldo são ressaltadas a coragem e a resignação em não entregar os companheiros. Em outro trecho, o médico relata que ao ser trazido para Curitiba, seu companheiro tremia e chorava, mas ele se mantinha firme. Os relatos acerca da tortura são importantes para entender as táticas usadas pela repressão nesta operação, entretanto, podemos perceber o caráter seletivo da memória, enfatizando a bravura e negando qualquer medo. Osvaldo conta que ao chegar em Curitiba, a tortura foi somente psicológica, com ameaças de choque:

O cara com os olhos esbugalhados desse tamanho “já estou três dias sem dormir e eu não tô aqui pra aguentar desaforo de... de vagabundo”. bom... mas ele encerrou o assunto porque ele queria saber o paradeiro do Ildeu Manso Vieira e no corredor já tinha saído a notícia que o Ildeu já estava preso, porque

³³ 00:00 – 07:44. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JWtLRZkz7mA&t=424s>>. Acesso em: 27 set. 2017.

³⁴ 22:22 – 26:51. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ktf9TMqXC_E>. Acesso em: 29 set. 2017.

não precisava mais e eu era considerado o maior amigo do Ildeu, né? Por isso eu tinha que falar o paradeiro do Ildeu, mas o Ildeu já estava preso, então dispensaram o choque lá. (ALVES, 2013 s/p)³⁵

É interessante notar neste trecho do depoimento o grau de esgotamento do próprio agente da repressão (com os “olhos esbugalhados”) e sua alegação de que estava há três dias sem dormir e não estava lá para aguentar desaforo, ou seja, a resiliência de quem postergava a delação era vista como uma afronta. Sobre os locais onde esteve preso, seus relatos são mais imprecisos:

Eu fiquei um ano e dois meses no quartel federal da policia, né? E depois eu fui para o Regimento Coronel Dulcideo, lá no... é, lá no bairro lá...
Entrevistadora: No Boqueirão...
Osvaldo: Boqueirão, é, no Boqueirão. Depois de lá eu fui pro Ahú, fiquei com os demais presos. (ALVES, 2013 s/p)³⁶

Como se tratou de uma operação de grandes proporções, que resultou em uma série de violações aos direitos humanos, o testemunho de militares que se disponham a falar sobre o assunto, apresentando sua versão é bastante raro. Entretanto, o jornalista João Arruda, da Folha de Londrina conseguiu informações de um policial que participou da operação, contudo, como à época da reportagem, no ano de 1983 ainda se encontrava na ativa, pediu que seu nome fosse mantido em sigilo (BRUNELO, 2009 p. 70). De acordo com o relato do policial, o grupo que agiu para desbaratar o PCB agiu mais por impulso do que dentro de um trabalho organizado, sendo elaborados alguns informes imprecisos, “alguns até sem fundamento, revelando a maldade e também querer mostrar serviço, mas baseados neles muitas prisões foram feitas, obviamente para a surpresa e espanto do decorrente detido” (ARRUDA, 1983a, p. 13 apud BRUNELO, 2009, p. 71). Dentre as prisões de indivíduos que não mantinham ligação com o PCB, além da de Ildeu Manso Vieira Júnior, está a de Lauro Narciso, irmão de Antônio Narciso Pires de Oliveira, que militava no PCB, imprimindo mais de 300 cópias do jornal Voz Operária, porta-voz do partido. Apesar do engajamento político de Narciso, seu irmão nada tinha a ver com qualquer atividade política. De acordo com Narciso,

Eu fugi, já tinha minha rota de fuga, ninguém me pegaria, não teria problema. Só que eles prend...e eu conseguia manter contatos, tal, pra saber da situação, quando eu descobri que prenderam meu irmão, torturaram meu irmão a noite inteira para que ele confessasse onde eu estava, e com um recado: de que, no

³⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ktf9TMqXC_E>. Acesso em: 29 set. 2017.

³⁶ 29:53-30:23. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ktf9TMqXC_E>. Acesso em: 29 set. 2017.

dia seguinte ele saiu da prisão, com um recado de que minha família toda, meus pais seriam presos e torturados, meus irmãos também, minha esposa se eu não aparecesse. E aí, diante desta ameaça e sabendo que eles iriam cumprir esta ameaça, eles iriam prender meu pai, iam prender minha mãe, eles iriam torturá-los, eu não tinha outra saída a não ser me entregar. Eu me entreguei no dia 16 de outubro de 1975 [...]. (OLIVEIRA, 2013, s/p)³⁷

Neste trecho do depoimento de Narciso, percebemos que o recado da repressão era claro: se ele não se entregasse sua família seria torturada como seu irmão. A coerção e a ameaça contra sua família pesaram na decisão de se apresentar. Narciso relata, em outro trecho de seu depoimento, que mesmo tendo se entregado no escritório de Michel Soni, o então presidente do MDB de Apucarana, após ligar para a polícia, foi sequestrado pelos agentes da repressão e com os olhos vendados preso no quartel de Apucarana, torturado e levado a Curitiba.

Estas ações imputadas às Forças Armadas fazem parte do que a ESG chamava de “guerra psicológica”. No Manual da ESG a descrição do objetivo da guerra psicológica é a seguinte:

A guerra psicológica tem por objetivo desmoralizar o inimigo, dando-lhe uma sensação de insegurança, de impotência e, se possível, à sua posterior colaboração ativa com as autoridades legais. [...] A guerra psicológica, no âmbito da dissimulação tática a exercer sobre o inimigo, pode ter também por finalidade induzi-lo a uma falsa interpretação da atitude das forças militares, isto é, contribuir para o insucesso das suas operações militares. Será conduzida neste caso, com o objetivo de anunciar falsas operações ou de chamar a atenção para indícios relativos a operações diversionistas. (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975, p. 320)

Neste caso, a prisão de seu irmão e a ameaça de que isso ocorresse com sua família, auxiliou no êxito em prender Narciso, que teve seu moral atingido. Em relação ao desfecho da Operação Marumbi e, conseqüentemente do IPM 745, se deu da seguinte maneira: o processo finalizado no dia 06 de outubro de 1977 resultou na condenação de 16 pessoas e na absolvição de 45. Os advogados de defesa dos condenados entraram com uma ação após a aprovação da Lei da Anistia, que resultou na absolvição de todos os presos (BRUNELO, 2009 p. 134-135).

Esta foi a última grande operação da repressão no Estado do Paraná. A seguir, trataremos de locais utilizados pela repressão durante, o regime militar em Curitiba.

³⁷ 1:12:17 – 1:19:17. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FCk1pIo-UNo&t=4344s>>. Acesso em: 9 out. 2017.

1.3 ALGUNS LOCAIS UTILIZADOS PELA REPRESSÃO

Nesta seção, relacionamos alguns lugares inerentes à repressão na cidade de Curitiba. Conforme a pesquisa avançava, notamos que os locais amiúde relacionados à tortura foram completamente modificados de seu sentido original, resultando em um apagamento das marcas da ditadura pela cidade. Apenas um dos locais pesquisados se configura em uma exceção nesse sentido, conforme discutiremos mais adiante.³⁸

1.3.1 Delegacia de Ordem Política e Social

A Delegacia de Ordem Política e Social remete aos tempos do Estado Novo, de Getúlio Vargas. Foi criada para atuar na vigilância e repressão de inimigos do regime ditatorial varguista (IPÓLITO, 2016, s/p). Este órgão foi amplamente utilizado na perseguição de opositores ao regime militar (1964-1985). Em Curitiba, sua sede ficava na rua João Negrão, nº 773, na região central da cidade. Atualmente, não há qualquer identificação que remeta à sua controversa história. Suas dependências foram transformadas em um restaurante e em um martelinho de ouro.

Ao longo do o regime de exceção, foram investigados pela DOPS mais de 44 mil paranaenses. Muitos presos eram trazidos primeiramente para a sede da DOPS em Curitiba e submetidos a várias seções de tortura (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 73). Depois de passarem pelos interrogatórios, eram transferidos para quartéis espalhados pelo Estado.

A Comissão Estadual da Verdade colheu vários depoimentos de indivíduos que sofreram suplícios nas dependências da DOPS, assim como de outros que alegaram não sofrer violência física, apenas psicológica. O mais temido comandante deste órgão em Curitiba foi Ozias Algauer, exercendo o cargo de delegado no período de 1969 a 1978 (CALCIOLARI, 2006, p. 129). Seu nome é o mais citado em casos de violações de direitos humanos pelos ex-presos políticos do período.

Durante a Operação Marumbi, as dependências da DOPS foram visitadas pelo bispo auxiliar de Curitiba, dom Albano Cavalin, sendo que o delegado Ozias Algauer

³⁸ Para o leitor que tiver interesse em ver os locais de repressão organizados em um mapeamento, deixamos uma seção organizada no *site*. Para mais informações, acessar: <https://ditaduraemcuritiba.com.br/mapa-da-repressao/> acesso em 01 jul. 2018.

determinou que todos os presos fossem evacuados dos cubículos, “e um polaco gordo, de aspecto lombrosiano, disse aos policiais: ‘vamos retirar esses comunas daqui, porque o xereta do bispo está dando cobertura para esses filhos da p...’ (HELLER, 1988, p. 374-375).

Podemos notar ao longo da ditadura civil-militar uma mudança ideológica da Igreja Católica com relação ao regime. Antes da implantação da ditadura, era mais comum a presença de religiosos que, na “luta contra o comunismo”, apoiaram as Marchas da Família com Deus pela liberdade, mas após constatarem as graves violações em relação aos direitos humanos, se mostraram contrários ao regime, e/ou a favor das garantias individuais, como no caso do bispo dom Alberto Cavalin.



Figura 2: Atual fachada da antiga DOPS, 2018

Fonte: acervo do autor.



Figura 3: Requião visita antiga sede da DOPS

Fonte: *Correio de Notícias*, 12 jul. 1991, p. 6.

A figura 2 chama a atenção para o fato de que a antiga delegacia da DOPS foi totalmente descaracterizada, assim como na maioria dos casos identificados nesta pesquisa. Já na figura 3 o então governador Roberto Requião aparece visitando uma antiga cela da famigerada delegacia, sendo esta a única imagem que encontramos que mostre, ainda que de maneira bastante limitada, o interior da DOPS. No dia 12 de julho de 1991 estava sendo noticiado que Requião tornava públicos os documentos da repressão, os quais passaram a integrar o acervo do Arquivo Público do Estado, sendo o governador um dos pioneiros do país nesse sentido.

1.3.2 Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da 5ª Região Militar

O CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, da 5ª Região Militar de Curitiba foi um local de prisões e torturas de presos políticos durante a ditadura. De acordo com o relato de vários ex-presos (HELLER, 1988), este local foi utilizado pelos agentes do Exército para diversas violações de direitos humanos, embora durante a Operação Marumbi, os locais mais utilizados pela tortura tenham sido a Clínica Marumbi e o quartel da Praça Rui Barbosa.

Dentre os presos que ficaram por algum tempo no CPOR, a Comissão Estadual da Verdade cita Hiram Ramos de Oliveira, que havia sido dirigente estadual do PCB entre 1966 e 1968. De acordo com o relatório,

Hiram foi preso em 19/9/68, por dois agentes do Deops, dentro da Faculdade de Letras da UFPR. É levado para o quartel da Praça Rui Barbosa onde é interrogado, sem direito a advogado. É ameaçado com a possibilidade de sofrer torturas que o fariam “perder a saúde”. No mesmo dia, perto da meia noite, foi transferido para o CPOR. Continua sendo ameaçado. Vai para o CPOR e fica sem poder tomar banho. Ao denunciar os maus tratos e as ameaças de tortura ao comandante do CPOR, coronel Ferdinando, recebe voz de prisão por “desacato à autoridade”.

Hiram fica incomunicável durante vários dias, sem receber advogado ou parentes, especialmente sua esposa, Núbia Viegas. Ela é assediada moralmente por militares que a visitam frequentemente, sob a desculpa de vasculhar a casa. (PARANÁ, 2014, p. 507)

Conforme aponta o relatório, Hiram havia sido preso na Universidade, levado ao quartel da praça Rui Barbosa e depois transferido para o CPOR. No relatório constam

indícios de tortura psicológica nas dependências do CPOR. O suposto assédio a que sua esposa era submetida parecia ser uma prática comum, pois relatos parecidos são corriqueiros entre os depoentes.



Figura 4: Antiga sede do CPOR, em Curitiba, na década de 1970

Fonte: Pinterest. Disponível em: <<https://www.pinterest.de/pin/376824693803006864/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.



Figura 5: Atual fachada do Shopping Curitiba, antigo CPOR, 2017

Fonte: acervo do autor.

Conforme podemos analisar nas imagens 4 e 5, parte da fachada do imóvel foi preservada, entretanto, não há qualquer indício que ligue a localidade ao período repressivo. Embora não seja possível indicar com precisão a data da fotografia do quartel, o site pesquisado informa que se trata de uma imagem da década de 1970.

O CPOR foi vendido pelo Exército em 1989 e em 1996 transformado em shopping center, tendo apenas sua fachada preservada, é atualmente um lugar para compras e entretenimento. Os transeuntes passeiam tranquilamente, comem na praça de alimentação, sem saber do significado controverso de suas antigas instalações.

1.3.3 Clínica Marumbi

De todos os locais até agora identificados como utilizados para repressão pelo regime militar em Curitiba, este é o de mais difícil localização. Sabe-se que ficava nas dependências do que deveria ser o DRMS (Departamento Regional de Material de Saúde), entre as ruas Dr. Pedrosa e Brigadeiro Franco.

Os presos chegavam encapuzados neste local, que era uma instalação clandestina do DOI-CODI. O nível de sadismo dos torturadores era tamanho, que muitos deles vestiam jalecos e obrigavam os presos a chamá-los de “doutor”.

A instalação deste centro de tortura foi descoberta pelo jornalista Johnny Luiz Chemberg e revelada no Fórum de Resgate da Verdade, Memória e Justiça (LAGO et al., 2014). O jornalista cumpria serviço militar obrigatório entre 1974 e 1975 no quartel do 5º batalhão Logístico em Curitiba e segundo seu relato, levava marmitas para o local de tortura, que se situava em frente ao quartel onde servia. Chemberg relata que ali dentro havia várias celas, “mais de dez, com certeza” (LAGO et al, 2014).

Antônio Narciso Pires de Oliveira, militante estudantil à época, descreve o lugar como “uma casa do inferno”. Narciso foi preso pela Operação Marumbi em Apucarana e transferido para Curitiba. Os presos na Clínica Marumbi sabiam que estavam em um local próximo ao quartel da praça Rui Barbosa, aonde eram levados previamente (LAGO et al., 2014).

Já Ildeu Manso Vieira traz um relato perturbador presenciado naquele recinto:

Deveria ser altas horas da madrugada e não conseguia dormir, na “Clínica Marumbi”. Ao lado de minha cela existia um cubículo apertado onde truculentos torturadores massacravam uma mulher de nome Dirce Alves e uma

criança. A minha vizinha de cela, na frente de seu filho, gritava para os agentes do DOI-CODI:

- Pelo amor de Deus, acreditem em mim!

Os monstros, sem dar trégua, grunhiam:

- Vamos enfiar o cassete com pimenta na tua vagina, desgraçada!

A desconhecida gritava desesperadamente e eles a sequestravam com crueldade.

A sessão de torturas foi pela madrugada adentro e depois de umas duas horas de sofrimento ela perdeu os sentidos. Os torturadores retiraram o corpo da vítima aos berros:

- Bandida... comunista filha da p...

A criança, com sua voz rouca e sumida, gritava em desespero:

- Não mate a minha mãe... não mate a minha mãe pelo amor de Deus!

A voz do menor foi sufocada pelos torturadores e permaneci na escuta, ouvindo logo em seguida os agentes do DOI-CODI comunicando com São Paulo através do rádio. Um deles exclamou:

- Que m..., pessoal! Pegamos a mulher errada. A falsificadora de carteiras de identidade está em São Paulo.

Outro torturador ponderou:

- O chefe vai ficar p... da vida.

Outro fez uma observação:

- Logo agora que o majorzinho de b... está pegando no nosso pé. Ele vai cantar de galo e pedir nossa cabeça. (VIEIRA, 1991, p. 40)

Embora o relato a respeito de Dirce não possa ser cruzado com outras fontes, o depoimento de Ildeu Manso Vieira chama a atenção para duas coisas. A primeira é a usual truculência dos agentes da repressão no que se refere à tortura, bastante comum, conforme inúmeros relatos das Comissões da Verdade e demais depoimentos. A segunda é a disputa que estava sendo travada entre as agentes do DOI-CODI de São Paulo e Curitiba.



Figura 6: Localização aproximada da antiga Clínica Marumbi (Entre as ruas Dr. Pedrosa e Visconde de Guarapuava), 2017

Fonte: acervo do autor.

Conforme podemos observar na imagem, não há qualquer indício de que ali havia instalações utilizadas pelos militares, sendo que nesta localidade foram construídos, mais tarde, uma loja de colchões e um grande hotel.

1.3.4 Quartel do 15º Batalhão do Exército, Praça Rui Barbosa

O quartel, que ficava localizado na praça Rui Barbosa, foi amplamente utilizado para a prisão de militantes acusados de serem comunistas. Alguns sofreram torturas físicas, outros, psicológicas.

De acordo com o relato de vários depoentes na Comissão Estadual da Verdade do Paraná, este local foi bastante utilizado durante a Operação Marumbi, sendo muitas vezes a primeira parada dos presos ao chegarem à capital, antes de serem transferidos à Clínica Marumbi.

Tereza Urban, militante paranaense que deu o nome à Comissão da Verdade no Estado, relatou parte de seu suplício neste local. Segundo relatório da comissão (CEV/PR 2014, p. 6), “sofreu muito, torturas psicológicas e físicas, inimagináveis, ali na Praça Rui Barbosa, onde então funcionava um quartel militar (hoje, Rua da Cidadania). Era a central curitibana da repressão política”.

Outros casos de tortura nesta mesma localidade são relatados por estudantes presos em dezembro de 1968 em um Congresso na “Chácara do Alemão”. Este evento foi organizado pela UNE, com o objetivo de discutir as medidas unilaterais a respeito da educação superior. As pautas eram a defesa do ensino gratuito e repúdio aos acordos MEC/USAID. De acordo com o Relatório da Comissão Estadual da Verdade (2014, p. 35):

Os estudantes foram presos pela polícia do Exército e ainda durante seu transporte para o quartel da Polícia Militar foram torturados com espancamentos e ameaças graves. O local da prisão e tortura foi nas instalações da Polícia Militar então localizado na Praça Rui Barbosa na capital. Após as sessões de tortura quinze desses estudantes foram indiciados em inquérito policial militar e foram processados perante a Justiça Militar.

Os relatos de prisões e torturas infligidas por agentes do Estado neste local são bastante volumosos. O perfil de indivíduos presos varia bastante, desde estudantes até trabalhadores comuns. O ponto de convergência entre todos era a acusação de serem “subversivos”.

Durante a Operação Marumbi, este local foi usado para sessões de torturas. Ildeu Manso relata que soube onde estava somente após várias sessões de tortura, por intermédio de um colega: “Um nevoeiro envolveu a prisão e, por intermédio de Siqueira fiquei sabendo que a cela dos horrores estava localizada em um prédio do Exército, na praça Rui Barbosa, bem próximo da minha casa” (VIEIRA, 1991, p. 30).

João Alberto Einnecke descreve de forma esparsa algumas características do lugar como uma sala ampla, na qual havia mesas distribuídas pelo canto, onde ele presenciava a tortura de várias pessoas (BRUNELO, 2009, p. 103). As instalações do imóvel da praça Rui Barbosa foram cedidas à prefeitura de Curitiba no final do ano de 1975 em troca de um terreno no bairro Pinheirinho (CALCIOLARI, 2009, p. 175). O local foi transformado em terminal rodoviário urbano e hoje abriga a Rua da Cidadania Matriz.



Figura 7: Antigo quartel da Praça Rui Barbosa visto do edifício Presidente em 1968

Fonte: Curitiba Antiga. Disponível em: <<http://www.curitibaantiga.com/fotos-antigas/615/Quartel-General-e-Pra%C3%A7a-Ruy-Barbosa-Vista-do-Edif%C3%ADcio-Presidente-em-1968.html>>. Acesso em: 17 fev. 2018.



Figura 8: Atual Rua da Cidadania Matriz, onde era localizado o quartel da Praça Rui Barbosa, 2017

Fonte: acervo do autor.



Figura 9: Monumento pela Resistência e a Luta Pela Anistia No Paraná, praça Rui Barbosa, 2017

Fonte: acervo do autor.

As figuras 7 e 8 mostram uma diferença grande na estrutura do antigo quartel para a Rua da Cidadania Matriz. Entretanto, ao analisar o entorno da praça Rui Barbosa, os transeuntes se deparam com o monumento indicado na figura 9, elaborado para simbolizar

a resistência daqueles que lutaram contra a ditadura. Desta forma, esta localidade representa uma exceção no que concerne à invisibilidade das marcas da ditadura no Estado. A placa em frente ao monumento traz a seguinte inscrição:

Monumento pela Resistência e a Luta Pela Anistia No Paraná. A Praça Rui Barbosa já abrigou instalações da repressão onde homens e mulheres foram presos e torturados em razão de suas convicções políticas, mas também acolheu manifestações populares para reivindicar justiça e lutar por direitos. Neste local homenageamos aqueles que resistiram à opressão da ditadura e protagonizaram a reconquista das liberdades democráticas no Brasil. Pela verdade, memória, reparação e justiça para todos. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça. Curitiba, 16 de agosto de 2013.

A despeito de todo o mérito em se construir um monumento em homenagem àqueles que lutaram contra a ditadura e em fazer uma tentativa de se romper o silêncio a respeito destes locais, o estado de conservação da placa e do monumento é preocupante. A placa está parcialmente coberta pela grama e pela sujeira, sendo que para fazer a leitura é necessária uma limpeza prévia. Ademais, por se tratar de uma arte de forma mais abstrata, é difícil imaginar um cidadão interrompendo sua caminhada para achar algum significado na obra. A iniciativa de construção do monumento veio de uma parceria entre a Assembleia Legislativa do Paraná e o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). O projeto, noticiado pelo Blog do Esmael, em 2012, informava que seriam criados outros pontos de memória sobre a ditadura na cidade. Todavia, o projeto não avançou (MORAES, 2012).

É interessante notar a data da elaboração desta obra, pois o ano de 2013 coincidia com o andamento das Comissões da Verdade, às vésperas dos 50 anos do golpe, quando se investigava os crimes cometidos por militares no exercício do poder ditatorial no Brasil. A presidente da República era Dilma Rousseff, ex-guerrilheira e protagonista na militância (até mesmo armada) contra o regime. Na atual conjuntura em que o país atravessa, no ano de 2018, seria difícil imaginar o avanço na construção de mais monumentos como esse.

1.3.5 Presídio do Ahú

O presídio do Ahú era o local para onde os detentos eram encaminhados após passar por uma “triagem” em algum dos locais citados anteriormente. Este local suscita diferentes percepções dos presos políticos. Há relatos de indivíduos que no início do regime reclamavam das condições degradantes do local, desde a superlotação,

promiscuidade, qualidade da comida, até aqueles que, acostumados com as condições de outros aparelhos utilizados pela repressão, achavam que as condições do presídio do Ahú não eram das piores. Apesar de ainda ter sua liberdade tolhida,

a chegada ao presídio do Ahú significava a inclusão no sistema carcerário, o direito a assistência médica, a visitas de familiares aos domingos e principalmente a assessoria jurídica. Por se tratar de presos políticos, este grupo era tratado como heróis pelos presos comuns. (CALCIOLARI, 2006, p. 104)

Narciso Pires, em seu livro *Depoimentos para a História* (2014), faz uma análise favorável a Elizeu Ferraz Furquim, designado em 1975 para a diretoria geral do presídio do Ahú. O coronel Furquim se caracterizou por “um modelo pessoal de respeito aos Direitos Humanos e à justiça garantindo a visita dos advogados e dos familiares dos presos políticos” (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 45). O tratamento digno teria sido concedido tanto aos presos políticos como aos comuns. Embora haja relatos de sofrimentos no presídio, estes eram menores do que nos locais já citados. Dentre alguns eventos bastante recordados por vários ex-presos políticos, que remetem à estadia no Ahú, estão partidas de futebol com bolas de meia, ginástica e faxinas para manter o local limpo (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 7). O coronel Furquim relata suas memórias acerca de seu empenho no que tange ao pedido de transferências de presos políticos que estavam em quartéis e na sede da DOPS:

Os ambientes foram me dando o espaço e o conhecimento com as pessoas e as coisas e me permitiram fazer essa circulação, não é? Aí nós fomos chegando. O governador que era o Jaime Canet, espero que ele... não ele, hoje é um homem liberalíssimo. Ele só não foi mais porque não podia... que mandou um recado simples: “faça tudo o que você fizer, eu fico mais agradecido que que você pensa, porque eu também sou constrangido, e eu espero que você consiga leva-los à prisão e que dê a eles, pelo menos, né.. a liberdade de visitação da família... comum dos presos, né... o advogado, a visita dos advogados, o acesso e a fiscalização dos juízes que as prisões do Estado tenham acesso à fiscalização dos juízes, dos promotores, da Cruz Vermelha Internacional, da Anistia, enfim. [...] as coisas ficam às claras”. (FURQUIM, 2014, s/p)³⁹

Neste trecho de seu depoimento duas coisas chamam a atenção: o aproveitamento dos ambientes que Elizeu já conhecia, usando sua rede de contatos a seu favor e o pedido do governador, afirmando que ele também estava constrangido e que, supostamente, era a favor das prisões funcionarem dentro da legalidade jurídica, com direito a visitas e à

³⁹ 39:50 – 40:58. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LMxpIUjMupA>>. Acesso em: 30 set. 2017.

fiscalização. Ao longo do depoimento de Elizeu é perceptível a preocupação em retratar sua assistência humanitária em relação aos presos, entretanto, evita traçar uma imagem negativa a respeito dos agentes da repressão. Ao falar sobre o Secretário de Segurança, general Alcino Pereira Gonçalves: “uma pessoa também boníssima, *bom vivant*, alegre, de cavalaria, que era exatamente a minha origem, não é?” (FURQUIM, 2014 s/p)⁴⁰ Esses relatos são interessantes para mostrar a visão de um agente do Estado neste período. Sua representação acerca de figuras controversas mostra um outro lado, proporcionando distintas representações. Sobre o delegado Ozias Algauer, Elizeu comenta sobre a conversa para transferir os últimos presos políticos da DOPS para o Ahú:

O Algauer foi o último a ceder, né, realmente, mas se convenceu em função de algumas coisas que eu disse a ele. Eu disse a ele: “Algauer, você olha... você é um homem de horizonte, veja bem... a revolução tá no fim, é só você que não tá percebendo que a revolução tá no fim. Ao final você vai ficar segurando o pau da bandeira, porque a bandeira desapareceu há muito tempo. Você vai deixar essa mágoa pra você, essa mácula pra você, pra tua família, né? Teu nome vai ser amaldiçoado, por que que você vai ser este homem? Por que você tem que ser esta pessoa?” Ele disse: “Mas como que tá acabando?” “Tá acabando, você veja, olha aí e veja o universo das coisas, veja quando... quando chega este ponto, né? É porque não tem mais nada pra puxar, não tem mais povo atrás disso ... tá meia dúzia de aproveitadores em cima e os outros bobos segurando aqui em baixo, essas coisas que não tem mais sentido. E aí passou uns dias e ele me chamou. Ele já tinha saído da DOPS, daqueles dias ele saiu da DOPS e foi pra Secretaria de Segurança pra se... já prevendo qualquer coisa... e lá ele diz “olha, eu tive pensando e você tem razão. Eu vou dar meu assentimento”, que ele era um ideólogo. Da... da direita [...] era convencido, né? Mas ele, ele não deixou de raciocinar e entendeu que, que o futuro não era esse e que ele só tinha a perder e que a polícia dele só tinha a perder...

Entrevistadora: Em que ano foi isso?

Furquim: Isso deve ter sido em... 70... 75... 76? Começo de 76, por aí [...]. (FURQUIM, 2014 s/p)⁴¹

Ao longo de todo o seu depoimento, Elizeu Furquim mostra um outro lado dos agentes da repressão, ao mencionar que todos pareciam indivíduos amáveis, sendo Ozias Algauer o que mais dificultava as coisas, mas mesmo assim, sempre mantendo um diálogo. No trecho acima chama a atenção o diálogo e a percepção de Elizeu de que o regime estava perdendo apoio e Ozias Algauer estava cada vez mais isolado. Este argumento foi preponderante para a transferência dos presos políticos da DOPS para o Presídio do Ahú. Outro ponto a ser destacado, é que de acordo com Furquim, o delegado

⁴⁰ 39:16 – 30:29. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LMxpIUjMupA>>. Acesso em 30 set. 2017.

⁴¹ 39:50 – 40:58. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LMxpIUjMupA>>. Acesso em: 30 set. 2017.

da DOPS tinha toda uma ideologia de apoio irrestrito ao regime repressivo e foi fiel à sua ideologia mesmo quando seus colaboradores estavam declinando.

Conforme os relatos orais, podemos inferir que as reclamações acerca das condições degradantes do presídio se dão nos primeiros anos da implantação da ditadura até os anos de chumbo. Os relatos mais favoráveis aparecem a partir do início da distensão do regime, sobretudo após 1974. Devido ao crescimento do bairro, desde a década de 80, havia uma demanda por parte dos moradores do local para que o presídio fosse desativado, o que só ocorreu de forma definitiva em julho de 2006, quando os mais de 900 detentos do local foram remanejados para o Centro de Detenção e Ressocialização de Piraquara (GAZETA DO POVO, 2006)⁴². O prédio foi demolido em outubro de 2016, resultando em mais um apagamento das marcas da repressão na cidade (SANTANA, 2016).



Figura 10: Interior do Presídio do Ahú. 1975. Sentados, da esquerda para a direita: Ildeu Manso Vieira, Narciso Pires e Diego Afonso Gimenes. Em pé esquerda para a direita: Osíris Boscardin Pinto, Mario Siqueira e Antônio Brito Lopes.

Fonte: <<http://www.memoriastorturadas.com/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

Esta fotografia nos chama a atenção por algumas peculiaridades. Os presos estão com alguns artefatos pessoais, como máquina de escrever, violão e até uma panela de

⁴² Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/desativado-presidio-do-ahu-deve-abrigar-sede-da-justica-estadual-a4fd86hjc2pis0ppudbr27o0e>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

pressão. De acordo com o relato de Narciso e o de Elizeu Furquim, em comparação com outros locais de repressão, este era o que oferecia melhores condições aos presos políticos. Outro fator a ser ponderado, é de que este foi o único local utilizado pela repressão em que se permitiu fotografias de internos.

1.3.6 1º comando Regional de Polícia Militar

O Quartel da Polícia Militar, localizado na região central de Curitiba ainda possui as mesmas características da época da ditadura, sem alterações visíveis.

Embora tenha sido utilizado como prisão de alguns indivíduos que praticaram ações contra o regime repressivo, este local não está relacionado a denúncias de tortura, sendo que no Relatório da Comissão Estadual da Verdade, alguns ex-militantes relataram sua prisão nesta localidade. É o caso, por exemplo de Edésio Passos, formado em Direito pela UFPR e que trabalhava como jornalista pelos órgãos *Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná*. Edésio passou a exercer militância de esquerda e quando se formou em 1961 passou a advogar em defesa dos trabalhadores. Devido a sua orientação política, foi proibido de atuar após o golpe de 1964, sendo que sua esposa, Zélia Passos também foi proibida de lecionar (CEV/PR, 2014, p. 505-507).

Nos próximos anos Edésio se mudou para Minas Gerais, se engajando no grupo clandestino AP (Ação popular). Com a repressão desbaratando seu grupo, o advogado voltou a Curitiba, onde foi preso junto com sua esposa em 1971.

O militante foi transferido para Minas Gerais, onde respondia a mais um processo. Conseguiu sua mudança para Curitiba, ficando no Quartel da Polícia Militar, na Avenida Marechal Floriano Peixoto, sendo que permaneceu neste local por cerca de um 1 e 6 meses. Nesta localidade, Passos relata não ter sofrido tortura física, tendo cumprido sua pena total e solto mais tarde (CEV/PR, 2014).

Outro nome ligado à prisão no Quartel da Polícia Militar é Horácio Vitor da Costa, integrante do movimento sindical. Horácio iniciou sua trajetória sindicalista em Paranaguá, tendo mais tarde trabalhado no Banco do Brasil.

Sobre sua prisão, oriunda de suas atividades sindicais, a Comissão Estadual da Verdade (2014) traz o seguinte relato:

Foi preso em 1964, foi convidado para vir no carro de advogado, estavam com medo de prendê-lo, pois achavam que os funcionários poderiam se revoltar, foi levado para penitenciária, no dia seguinte foi transferido para o quartel da

polícia, na Marechal Floriano, mas tinha um bom tratamento, fez amizade com os soldados, pediu para um sargento levar um recado para companheiros que estavam presos em Paranaguá e o sargento levou.

Nunca se filiou a partido político, até hoje, simpatiza com os partidos de esquerda, como o PTB, ficou preso por 02 meses, quando foi libertado foi para Paranaguá.

Hoje não guarda mágoa daquele período, que foi ruim para o Brasil e para democracia, mas que hoje é outro tempo. (CEV/PR, 2014, p. 539)

Esse trecho do relatório da Comissão traz a informação de que além de não sofrer tortura física, Vitor fez amizade com alguns soldados, conseguindo alguns favores. De fato, ao longo dessa pesquisa, notamos que determinadas localidades relacionadas à repressão são mais ligadas à questão da tortura, sendo que outras, como o Quartel da Polícia Militar são relacionadas a prisões, entretanto, não são referenciadas como centros de tortura física.

Conforme relatado no tópico referente ao movimento estudantil, nesta localidade também ficaram presos os alunos da UFPR que travaram a chamada “Batalha do Politécnico”, em que cerca de 70 estudantes ficaram detidos, sendo soltos mais tarde após intensos protestos.



Figura 11: 1º comando Regional de Polícia Militar

Fonte: Polícia Militar do Paraná. Disponível em:

<<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=836>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

O Quartel fica localizado entre as avenidas Marechal Floriano Peixoto e Getúlio Vargas. Conforme inferido anteriormente, suas características arquitetônicas e funcionais foram preservadas até o presente momento. Embora no site da PM não esteja estipulada uma data para a fotografia, podemos inferir que se trata de uma imagem recente, pois as configurações do prédio são exatamente as mesmas dos dias atuais.

1.3.7 Superintendência da Polícia Federal

Outro local associado à repressão em Curitiba, embora contendo número menor de denúncias, é a antiga sede da Polícia Federal, localizada na época na Rua Ubaldino do Amaral, número 321.

Já comentamos em outro momento nesta dissertação sobre os acordos firmados entre o MEC e a USAID, todavia, um ponto ainda não abordado é a cooperação deste órgão em outras esferas, como a Segurança Nacional. De acordo com o relatório da Comissão Estadual da Verdade (2014), a atuação estadunidense foi muito além da penetração nas universidades, sendo que,

Após o golpe, caladas as forças políticas contrárias, a presença norte-americana, principalmente nos assuntos ligados à segurança nacional, o programa policial da USAID terá grande expansão. Em 1967 já havia, no Brasil, 23 assessores norte-americanos atuando em 15 Estados, além do Distrito Federal. Em Brasília atuavam junto ao Departamento de Polícia Federal, reorganizado em 1964 e transformado em uma polícia efetiva e de alcance nacional. A USAID colaborará, então, na criação de instituições tais como a Academia Nacional de Polícia, o Instituto Nacional de Identificação, o Instituto Nacional de Criminalística e o Centro de Treinamento em Comunicações. Sua ajuda implicou no aporte de recursos financeiros, treinamento de policiais e assessoramento aos chefes, e a Polícia Federal passa a ser então a “menina dos olhos” da USAID; tanto assim que, quando começam a surgir denúncias internacionais a respeito das práticas recorrentes de tortura nas polícias dos Estados brasileiros, o argumento levantado para a não interrupção da colaboração norte-americana era a de que a USAID estava envolvida com a Polícia Federal e não com as polícias dos Estados – numa tentativa de se eximir da responsabilidade de haver treinado também esses policiais e dado suporte aos seus aparatos repressores. Por outro lado, no cenário brasileiro, as Forças Armadas buscavam manter e expandir sua posição e para tanto foram também ampliando seu espaço de formação. Surgem daí algumas parcerias entre a Escola Superior de Guerra e algumas universidades. **Maria Judite Barbosa Trindade**, professora aposentada da Universidade Federal do Paraná, em seu depoimento à CEV na Audiência Pública de Curitiba (07 a 09 de outubro de 2013), afirma que a Universidade Federal do Paraná sediou vários desses cursos. Dirigidos tanto às novas forças de segurança pública, quanto aos civis de forma geral, esses cursos, segundo a professora, tinham como objetivo formar os novos cidadãos para o cenário social que se organizava. (CEV/PR, 2014, p. 483)

Como podemos notar neste trecho, a Comissão Estadual da Verdade afirma que a USAID possuía grande interesse na Segurança Nacional, atuando junto à Polícia Federal em várias ocasiões. Durante a análise de vários depoimentos ao longo deste trabalho, observamos que diversas vezes alguns agentes atuantes na resistência mencionam prisões feitas pela Polícia Federal, com algumas detenções ocorrendo em suas dependências. Para corroborar este relato, citamos aqui algumas prisões ocorridas na sede da PF: Edésio Passos, militante que lutava contra a repressão havia sido preso em outras ocasiões. Sua prisão pela Polícia Federal se deu em 1976, já no processo de abertura política. O motivo alegado na Comissão Estadual da Verdade foi a atuação em escolas cooperativas, a Oca e a Oficina, de Educação Infantil, nas quais os pais eram os responsáveis por definir uma linha pedagógica, sendo que alguns deles próprios eram professores. De maneira geral,

Estas escolas possuíam alguns pontos em comum. Elas foram fundadas por iniciativas de pessoas que desejavam construir uma escola “diferente” para educar seus filhos, pois eles estavam descontentes com as escolas daquela época, basicamente por dois motivos: em primeiro lugar porque as instituições de educação infantil eram em pequeno número e não tinham, na opinião destes pais e mães, uma proposta pedagógica consistente para proporcionar o desenvolvimento de seus filhos. Em segundo lugar, porque não queriam que suas escolas fossem submetidas aos ditames do regime instalado no Brasil após 1964. (KÜNSLE; RANZI, 2012, p. 198)

Foi justamente o modelo educacional que não se submetia aos ditames do regime o motivo pelo qual Edésio Passos passou novamente a ser perseguido pela repressão. Conforme Künsle e Ranzi (2012) entre os idealizadores destas escolas havia desde indivíduos que seguiam ideias progressistas, mas sem nenhuma militância definida até aqueles mais alinhados à esquerda, como participantes de partidos e organizações contra a ditadura.

Edésio foi acusado de praticar atividades comunistas e preso na sede da PF, na rua Ubaldino do Amaral, tendo sofrido apenas tortura psicológica, embora alguns de seus companheiros tenham sofrido tortura física (CEV/PR, 2014, p. 506).

De acordo com a comissão, a PF havia emitido uma nota afirmando que “as escolas vinham doutrinando crianças dentro de princípios marxistas, desenvolvendo lhes uma visão materialista e dialética do mundo, incutindo nelas a negação de valores como a religião, a família e a tradição história” (CEV/PR, 2014, p. 512-513). Neste episódio, além de Edésio, foram presas mais 10 pessoas: o jornalista Walmor Marcelino, o engenheiro Paulo Sá Brito, os publicitários Reinoldo e Sueli Atem, o professor Léo

Kessel, a pedagoga Silvia Magalhães e as sociólogas Bernadete Zaneti Sá Brito, Lígia Mendonça e Ana Lange e o militante Luiz Alberto Amaral Manfredini. A acusação de incitarem as crianças ao marxismo se tornou lendária e cômica, haja vista que muitas crianças eram de pré-escola.

No relato da Comissão Estadual da Verdade, há uma passagem intrigante por sua situação caricata:

Luiz Fernando Veríssimo produziu uma hilária “cartilha marxista” que estaria sendo aplicada aos meninos e meninas de Curitiba, em sua coluna do *Jornal do Brasil*, o poeta Carlos Drummond de Andrade noticiou declarações do garoto Fifico, de três anos e meio de idade, segundo as quais sua professora trocou o livro “Circo de Coelhoinhos”, do escritor Marques Rebelo, pelo “O Capital”, de Karl Marx. “Marques e Marx, tudo é a mesma coisa”, teria alegado a professora. No *Jornal do Brasil*, Carlos Eduardo Novaes em longa crônica intitulada “A subversão infantil”, informou que, nas duas pré-escolas de Curitiba, as aulas começavam com historinhas que poderiam ser “Chapeuzinho Vermelho e o Lobo Reacionário”, como “A Branca de Neve, Lacaia do Capitalismo, e os Sete Anões Explorados” ou ainda “Pluf, o fantasma do imperialismo”. A pressão foi tal que os detidos acabaram sendo soltos já a partir do terceiro dia após as prisões, uma semana depois, no domingo 26, os três últimos deixaram a cela, Manfredini, o jornalista Walmor Marcelino e o advogado Edésio Passos, Juracilda Veiga permaneceu 24 horas nas mãos dos sequestradores, sempre encapuzada, sofrendo choques elétricos e ameaças em dez longos interrogatórios. (CEV/PR, 2014, p. 546)

O relato acima, elaborado pela Comissão Estadual da Verdade mostra, como podemos analisar pelo relato acima, uma situação que chamou a atenção de escritores, pelo fato de as escolas terem sido acusadas de pregar o marxismo para crianças que ainda não tinham desenvolvido o pensamento abstrato, o que seria uma cena no mínimo curiosa de ser presenciada. O mesmo documento dá conta de torturas físicas sofridas por Juracilda Veiga, como choques elétricos.



Figura 12: Antiga sede da superintendência da Polícia Federal

Fonte: Universidade Federal do Paraná, 23 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalfufpr/noticias/ufpr-inaugura-novo-predio-na-rua-ubaldino-do-amaral/>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

A Superintendência da Polícia Federal foi transferida para um novo prédio no bairro Santa Cândida, sendo que a sede antiga atualmente é utilizada pela Universidade Federal do Paraná, cuja localização é próxima à Reitoria (MEIRELLES, 2012. De acordo com a notícia vinculada pela própria universidade em 2012, foram feitas reformas devido ao grau de degradação em que a construção se encontrava, entretanto, o projeto foi executado com base na edificação já existente, construída na década de 1960.

Após analisarmos a repressão no Estado, sobretudo na cidade de Curitiba, conseguimos notar uma grande influência da ESG na “guerra contra a subversão”. A repressão visava combater aqueles que se insurgiam contra o regime, sendo que desde estudantes até trabalhadores foram alvos de prisões e alguns indivíduos sofreram sessões de tortura. Sobre esta prática, notamos que os principais locais relacionados a severas violações aos direitos humanos foram totalmente descaracterizados. Nesse grupo, destacamos a sede da DOPS, a Clínica Marumbi e o Quartel da Praça Rui Barbosa – este sendo uma exceção por conter um monumento em homenagem às vítimas da ditadura. Algumas das outras localidades, mais relacionadas a prisões e torturas psicológicas foram

preservadas, como é o caso do Quartel da Polícia Militar, da Avenida Marechal Floriano Peixoto, apesar de obviamente não conter nenhuma identificação que relacione este local à repressão.

No próximo capítulo discutiremos o papel da resistência na luta contra a ditadura, entretanto, conforme sinalizamos na introdução, resistência e repressão se cruzam, fazendo parte do mesmo contexto. A divisão em duas esferas foi feita para uma melhor organização deste trabalho.

2. A RESISTÊNCIA

Neste capítulo, analisamos as ações daqueles que se propuseram a lutar contra o regime. Escolhemos nos concentrar em três esferas, a saber, movimento estudantil, resistência dos trabalhadores e a atuação do Partido Comunista Brasileiro. Apesar de serem três movimentos distintos, as lutas, muitas vezes, se encontram, uma vez que um agente poderia atuar em diversas esferas, como é o caso de estudantes que podiam fazer parte do PCB e atuarem no movimento estudantil. Bem como, trabalhadores que poderiam ser filiados ao partido ou apenas nutrir uma simpatia por seus ideais, ou até mesmo serem influenciados por um terceiro que possuía filiação partidária. Destarte, concluímos que muitas vezes ocorria um hibridismo com relação aos movimentos.

2.1 A RESISTÊNCIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Desde o início do regime, o movimento estudantil era seguido de perto pela repressão, logo no acervo da DOPS há uma série de pastas contendo investigações sobre os estudantes considerados subversivos.⁴³ Já no dia 1 de abril de 1964 a sede da UNE, localizada na praia do Flamengo do Rio de Janeiro foi invadida, saqueada e incendiada. O jornal *Tribuna da Imprensa* atribuiu o incêndio aos próprios membros da entidade estudantil:

O incêndio da União Nacional dos Estudantes, na praia do Flamengo, provocado no dia da Revolução, pela minoria subversiva que controlava aquela instituição, não permitiu às autoridades recolherem o impressionante fichário que ali se encontrava a respeito do processo de subversão e bolchevização do País. O fogo consumiu planos, recibos, folhetos, cartazes e outros documentos comprobatórios das notórias ligações da UNE com outras entidades, acionais e estrangeiras, a serviço da implantação de um regime totalitário. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1964, s/p)⁴⁴

Podemos notar a culpa atribuída aos próprios estudantes por parte do jornal, bem como algumas expressões típicas do imaginário da Guerra Fria, tais como “bolchevização do país”. No mesmo ano a entidade foi posta na ilegalidade, atuando, a partir deste

⁴³ DEAP DOPS Pasta n 856 cx105. Nesta pasta, disponível no Arquivo Público do Paraná, por exemplo, há vários bilhetes de informantes, bem como relatórios de assembleias e comícios realizados por estudantes.

⁴⁴ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/16252>. Acesso em: 14 set. 2017.

momento, na clandestinidade. No ano de 2010 o presidente Luís Inácio Lula da Silva, reconheceu por meio de um projeto de lei a responsabilidade por parte do Estado pelo incêndio ocorrido na sede da UNE. A entidade ainda foi indenizada com o valor de R\$30 milhões (O GLOBO, 2013, s/p)⁴⁵.

O interesse dos militares em dismantelar a entidade estudantil pode ser compreendido por sua proximidade com o governo de Jango, cuja proximidade resultou em distribuição de cargos oficiais a egressos de organizações estudantis e o acolhimento de algumas reivindicações por parte do presidente, conforme análise de Motta (2014, p. 24).

No dia 9 de abril de 1964 foi a vez da UNB (Universidade de Brasília). A invasão desta instituição resultou na prisão de alunos e professores. O jornal *Folha de São Paulo* descreveu a operação, relatando a prisão de 15 professores e dirigentes de diversos centros acadêmicos, conduzidos para o Batalhão de Guardas, onde seriam ouvidos por “suas atividades comunistas” (FOLHA DE S. PAULO, 1964, s/p)⁴⁶. A universidade ainda foi invadida diversas vezes em anos seguintes, tendo vários docentes demitidos. Riad Salamuni, ex-reitor da Universidade Federal do Paraná destaca a importância da Universidade de Brasília e seu modelo adotado antes de 1964:

No período anterior a 64, a preocupação dominante era a de promover um modelo de universidade que servisse à sociedade, que atendesse aos modelos da comunidade acadêmica e do corpo docente. Com este objetivo foi criada a Universidade de Brasília, como um modelo que deveria ser adotado e seguido em todo o país. (SALAMUNI, 1988 apud HELLER, 1988, p. 281)

Riad fez um contraponto entre o modelo tido como mais inclusivo da UNB com as reformas universitárias implantadas após 1964, que em sua opinião, trariam uma elitização do ensino. Ademais, Riad alegava que muitos profissionais competentes abdicaram do magistério, sendo perseguidos por serem suspeitos de simpatizarem com ideias de esquerda (SALAMUNI, 1988, apud HELLER, 1988, p. 284).

A UPE (União Paranaense dos Estudantes) também teve problemas com o novo regime instaurado no país. Em julho de 1964, sua sede foi invadida por agentes da DOPS, que portavam um mandado de busca e apreensão (ZAPARTE, 2011, p. 90). Este órgão também foi mais tarde colocado na ilegalidade, assim como a UNE.

⁴⁵ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

⁴⁶ Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1964/04/10/2//4423340>>. Acesso em: 14 set. 2017.

Para entender a efervescência do movimento estudantil e, principalmente, as contestações às reformas universitárias, das quais se falará mais adiante, faz-se necessário um esclarecimento acerca dos acordos assinados entre o governo brasileiro e o USAID. O objetivo deste órgão estadunidense era assessorar países subdesenvolvidos. Sua atuação se dava em diversas áreas, como a agricultura, por exemplo, mas devido ao objeto de estudo, a análise contemplará a esfera educacional. Vale lembrar que, no contexto da Guerra Fria, a América Latina, sobretudo o Brasil, consistiam em áreas de grande interesse para os Estados Unidos, nomeadamente após o triunfo da Revolução Cubana, em 1959. Trazendo a análise do aporte financeiro estadunidense para a educação brasileira, ao discorrer sobre a importância da educação na aliança entre Brasil e Estados Unidos, Motta (2014) afirma que,

Os objetivos específicos para a educação enfatizavam a modernização das instituições e a formação de grupos de estudantes e professores simpáticos aos Estados Unidos, maneira de garantir boas relações contínuas entre os dois países, já que se tratava de elites culturais importantes. Para derrotar a influência ideológica e cultural da esquerda, era necessário ganhar a batalha para a formação dos valores dos estudantes, daí a importância estratégica de treinar professores nos Estados Unidos, enviar especialistas para cá, traduzir livros americanos para uso nas escolas, estabelecer convênios entre universidades dos dois países, etc. (MOTTA, 2014, p. 114)

Conforme podemos inferir no excerto de Motta, a presença da USAID em território nacional objetivava uma intervenção direta no que diz respeito aos interesses estadunidenses na área educacional, considerada estratégica para o interesse desses. Ainda de acordo com o autor, a influência norte-americana em áreas vitais do Brasil já ocorria pelo menos dez anos antes da implantação do regime de 1964. (MOTTA, 2014, pp 118-119).

Os Estados Unidos não só ajudaram na parte financeira, como apoiaram de maneira efetiva a instauração da ditadura civil-militar no Brasil pela Operação *Brother Sam*⁴⁷. Desta forma, a intervenção estadunidense em áreas vitais do Brasil não é uma novidade. Carlos Fico argumenta que o apoio militar, político e econômico dos Estados Unidos ao golpe de 1964 e ao governo de Castelo Branco era resultante de uma complexa conjuntura política que envolvia a política estadunidense com o contexto da Guerra Fria (FICO, 2004, p. 146-147).

⁴⁷ Para mais informações acerca da Operação Brother Sam, ver: FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

A partir de 1964 houve assinatura de acordos bilaterais com o objetivo de implantar um modelo de universidade semelhante ao norte-americano, tido pelo governo brasileiro à época como um exemplo de sucesso (PINA, 2008, p. 3). O intuito das reformas universitárias era o de adequá-las às necessidades do mercado, bem como desenvolvê-las mais.

Vale destacar que, a despeito do caráter neoliberal das reformas implantadas pela ditadura, antes do golpe, havia, em linhas gerais, conforme salienta Motta (2014, p. 9), um consenso entre direita e esquerda acerca da necessidade em modernizar as Universidades e produzir mais conhecimento, todavia, ao contrário do modelo adotado pela ditadura, a esquerda desejava uma Universidade ao lado das causas socialistas. Em 1965 atendendo a um pedido do então Diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, Raymundo Moniz de Aragão, o professor Rudolph Atcon realizou um estudo das universidades brasileiras, concluindo que tais instituições deveriam ter autonomia como empresa privada para que pudessem se desenvolver (MOTA, 2014, p. 3).

O Reitor da Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda foi alçado ao cargo de Ministro da Educação do governo Castello Branco. Em novembro de 1964 Lacerda implantou a lei 4.464, que ficou conhecida como Lei Suplicy, reformulando o funcionamento das entidades estudantis, atrelando-as ao MEC e a administração das universidades, tolhendo sua autonomia. Se por um lado a lei atendia a uma antiga reivindicação estudantil, tornando obrigatório o voto para a eleição dos diretórios acadêmicos, por outro proibia os órgãos de “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”, assim como tornava inelegíveis os estudantes repetentes, dependentes ou matriculados em regime parcelado (BRASIL, 1964).

Os acordos MEC/USAID suscitaram debates acalorados e visões antagônicas. Entre os que se posicionavam contrários aos acordos estava a UNE, que via esta aproximação entre Brasil e Estados Unidos como uma proposta de cunho empresarial, que promovia a alienação dos estudantes perante as mazelas sociais. A entidade defendia uma reforma de caráter revolucionário, sendo que “os estudantes queriam uma universidade crítica, autônoma, queriam a democratização do ensino, a gratuidade de todos os níveis, vestibulares de habilitação e não de seleção e a expansão dos cursos noturnos” (PINA, 2008, p. 6). Darcy Ribeiro definia o acordo como uma forma de

“recolonização cultural”. Por outro lado, havia aqueles que defendiam os acordos, ou ideias parecidas com as propostas do MEC/USAID:

No entanto, houve também aqueles que direta ou indiretamente defendiam a intervenção norte-americana no ensino. Ao analisarmos o artigo escrito por Paul Ricouer, “Reforma e Revolução na Universidade”, as propostas que ele apresenta como necessárias para a reestruturação da universidade condizem com aquelas defendidas por Atcon e pelos assessores norte-americanos; entretanto não há um aprofundamento teórico nestas propostas como fazem a UNE e Goertzel. O que ele nos apresenta são medidas relacionadas à estrutura da universidade. Outro artigo publicado na mesma revista é o de Newton Sucupira “A reestruturação das universidades”, o qual apresenta a justificativa da reestruturação das universidades com medidas apresentadas tanto nas concepções norte-americanas quanto nas apresentadas por Paul Ricouer (PINA, 2008, p.7).

Havia, portanto, visões diferentes sobre a necessidade ou não desta aproximação entre os dois países, contudo, neste momento os protestos por parte de estudantes ainda não possuíam um caráter mais extremo, o que mudaria nos anos seguintes, em consonância com o recrudescimento da repressão.

O movimento estudantil tomou maiores proporções no Paraná a partir de 1967. A nomeação de Flávio Suplicy de Lacerda para a reitoria da Universidade Federal do Paraná provocou reações antagônicas por parte dos estudantes, contrários à criação da Lei 4.464. Em agosto do mesmo ano, a UPE realizou um congresso extraordinário, cujo objetivo era o de discutir a chamada Lei Aragão, que tinha como objetivo dissolver o patrimônio de entidades postas na ilegalidade na Lei Suplicy (ZAPARTE, 2011, p. 105). Conforme decretava a Lei Aragão:

Art. 20. Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado.
Parágrafo único. O Ministério Público Federal promoverá a dissolução das entidades e o patrimônio dos referidos órgãos será incorporado à Universidade Federal do Estado respectivo, para utilização pelo D.C.E. (BRASIL, 1967, s/p)

Em setembro de 1967, a entidade fez um novo congresso em Curitiba, no qual criticou a implantação do ensino público pago, a Lei Aragão, a Lei Suplicy e planejou-se uma série de palestras e eventos com o intuito de conscientizar os estudantes (ZAPARTE, 2011, p. 108). Neste congresso os estudantes perceberam a presença da DOPS, que já era constante em reuniões da entidade.

A UPE realizou um trabalho de orientação de estudantes que ingressariam na universidade sobre a cobrança de mensalidade que seria implantada para os calouros na

UFPR. Stênio Sales Jacob, presidente da UPE à época relata algumas estratégias adotadas:

E nós, já em final de 67, de 68 as coisas foram avançando cada vez mais. No final de 67 a universidade introduziu o ensino pago na Universidade Federal do Paraná. E veja que essa medida atingia apenas os calouros. Não haveria anuidade para os veteranos, somente para os calouros. Uma medida que eu diria, até inteligente por parte da Reitoria, porque quem conseguia chegar à universidade vinha de uma luta muito difícil, porque era uma competição muito grande, eram poucos que tinham condições de frequentar uma universidade... e o calouro, evidentemente que acabaria aceitando essa... essa cobrança de anuidade. Nós, no final de 67 iniciamos um trabalho nos cursinhos [pré] vestibulares, esclarecendo os vestibulandos quanto ao que seria essa medida de cobrança de anuidade somente para os calouros. E o que aconteceu? Já no início de 1968, na hora de proceder a matrícula dos estudantes, nós armamos uma estratégia que foi muito interessante e que praticamente neutralizamos a medida de reitoria, porque nós convencemos os calouros, praticamente 100% deles, a requer o pedido de isenção do pagamento de anuidade. Nós montamos uma bancada, na frente da secretaria de cada faculdade, chegava lá o calouro, a gente explicava, ele já assinava o requerimento e acabava solicitando a isenção e não pagando a anuidade. Mas não pensem que isso era 100%... havia alguns reacionários que diziam: “não, eu quero pagar, eu vou pagar”. Mas... faz parte do processo (JACOB, 2014 s/p)⁴⁸.

Neste fragmento do depoimento de Stênio podemos notar que a estratégia para convencer os futuros calouros a aderirem ao não pagamento de inscrição e anuidade já se iniciava em cursinhos pré-vestibulares, ou seja, além da ação efetiva, faziam uma preventiva ainda nos cursinhos. Chama a atenção também para o fato de que Stênio chama de “reacionários” aqueles que queriam cumprir a lei, por mais controversa que fosse. Não conseguimos apurar quais eram as circunstâncias em que estes calouros tomavam tal posicionamento, se por orientação dos familiares, orientação política ou mesmo por desconhecimento dos mecanismos de gratuidade anteriores à implantação da lei.

O ano de 1968, de efervescência mundial, coincide com o recrudescimento do autoritarismo e o auge da ação estudantil, no que diz respeito ao enfrentamento ao regime. No dia 28 de março daquele ano, ocorreu o assassinato do estudante Edson Luís no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. Em meio a um protesto estudantil Edson havia sido baleado pela polícia. A morte deste estudante foi bastante emblemática para o movimento estudantil, o que resultou em grandes manifestações e um novo confronto entre a PM e os estudantes no dia primeiro de abril no Rio de Janeiro (GASPARI, 2014, p. 275-277).

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=94r61FSOuOk&t=1743s>>. Acesso em: 8 out. 2017.

Em maio daquele ano foi implantado na UFPR um Curso Direito e um de Engenharia no período noturno. De acordo com Stênio, a alegação da Reitoria era a de que estes cursos se destinavam aos estudantes que trabalhavam durante o dia, entretanto, as mensalidades seriam caras, prejudicando exatamente o suposto público alvo.

Aquilo nos deixou extremamente contrariados. E nós... a nossa primeira providência foi impedir a realização do vestibular no Centro Politécnico. Ocupamos o Centro Politécnico e acabamos por impedir a realização da primeira prova do vestibular de Engenharia. Em seguida, eles marcaram uma nova data para a realização do vestibular. Esta data, coincidentemente, seria no segundo domingo de maio de 68 e... dia das mães... e nós ainda assim tentamos criar uma mobilização para continuar a impedir a realização do vestibular. Foi quando aconteceu a famosa “batalha do Centro Politécnico” que acabou sendo conhecida no mundo inteiro pela famosa foto do doutor Zequinha com o estilingue.⁴⁹ [...] Nesse dia estávamos em cerca de 300, 400 estudantes e confrontamos com a polícia durante umas quatro horas. Desse grupo de estudantes, cerca de 70 foram detidos, inclusive eu, e... fomos levados ao quartel da Polícia Militar ali na Marechal Floriano... e acabou acontecendo um fenômeno interessante por ser um domingo, não é? Não havia condições de grandes mobilizações, mas de maneira quase que espontânea, lá pelas 3, 4 horas da tarde se concentraram em frente ao quartel da Polícia Militar um volume gigantesco de estudantes, quase 3 mil estudantes exigindo que fôssemos libertados. O que acabou acontecendo às 7 horas da noite foi uma ameaça de que ali pra frente não haveria mais tolerância em relação à manifestação dos estudantes e que a polícia agiria de forma agressiva em cada situação que surgisse a partir dali. (JACOB, 2014, s/p)⁵⁰

Logo após a soltura dos estudantes, estes se reuniram em assembleia no DCE da Universidade Federal do Paraná e após uma votação deliberaram por ocupar a reitoria no dia seguinte. Nesta ocupação ocorreu o célebre episódio da derrubada do busto do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda (HELLER, 1988, p. 296). Stênio Sales Jacob ponderou que no dia anterior à ocupação da Reitoria havia sido chamado para um encontro na casa do governador Paulo Pimentel e este havia proposto uma alternativa aos estudantes em relação à cobrança de mensalidades: “Estivemos lá na residência do governador e ele se dispôs a pagar a anuidade dos calouros todos e também colocar um avião à disposição para que pudéssemos ir à Brasília para discutir com o Ministério da Educação a questão do ensino pago” (JACOB, 2014 s/p)⁵¹. A despeito da atitude do governador em propor uma solução, os estudantes deliberaram por prosseguir com a ocupação. A Polícia Militar foi acionada e os estudantes utilizavam os veículos oficiais que passavam e eram parados

⁴⁹ A foto de Zequinha a que Jacob se refere será analisada posteriormente, quando daremos maior ênfase na chamada “Batalha do Politécnico”, ao listarmos os locais inerentes à resistência à ditadura.

⁵⁰ 12:04 – 14:42.

⁵¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=94r61FSOuOk&t=1743s>>. Acesso em: 8 out. 2017.

por eles como barreira de proteção (HELLER, 1988, p. 296). Jacob relata que, temendo um confronto direto, telefonou ao governador que se dispôs a recebê-lo no palácio. Após algum tempo de espera, os estudantes foram avisados que suas reivindicações seriam atendidas, como uma proposta para acabar com a cobrança de mensalidades. O jornal *Diário da Tarde* divulgou uma matéria sobre o ocorrido intitulada “Crise estudantil chega ao fim com a mediação das autoridades”. O periódico relatava que o Secretário de Segurança e Professor da UFPR, Munhoz de Mello considerava as reivindicações dos estudantes como legítimas. Na mesma publicação o reitor Flávio Suplicy de Lacerda informava que desconhecia o acordo dos estudantes com o governador e exigia a instauração de um Inquérito Policial Militar (IPM) para averiguar os danos ao patrimônio (DIÁRIO DA TARDE, 1968)⁵². De acordo com o relato de Jacob, o único ato de dano ao patrimônio foi a retirada do busto do reitor. E, ainda conforme o seu relato, o governador se mostrava disposto ao diálogo, ao passo que as palavras do reitor mostram uma maior resistência a ceder às reivindicações do movimento estudantil. As mensalidades não foram implantadas, o que configura uma vitória por parte dos estudantes.

A maior ação repressiva do regime relativa ao movimento estudantil até então se desencadeou no XXX Congresso da UNE, realizado no interior de São Paulo em outubro de 1968, resultando na prisão de mais de 700 estudantes. O jornal *O Estado de São Paulo* noticiou a ação militar no congresso estudantil:

A detenção de 720 estudantes numa fazenda perto de Ibiúna, efetuada pela manhã, desarticulou a cúpula da ex-UNE, e lançou um início de pânico no setor estudantil de esquerda. [...] A polícia afirma ter apreendido farto material subversivo. Uma caixa de bombas, cujo tipo ninguém soube explicitar qual fosse, também foi trazida para São Paulo. Apesar de os estudantes não terem oposto a menor resistência à ação policial, acredita-se que haja armas enterradas no local onde estavam acampados (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1968, s/p).

O fragmento acima mostra a notícia vinculando os estudantes à esquerda e à subversão. Mesmo não tendo sido encontradas armas, afirma-se acreditar que estas estavam enterradas no chão. De acordo com o jornal, a polícia sabia com bastante antecedência da realização do congresso.

A continuidade deste se deu no dia 17 de dezembro - 4 dias após a promulgação do AI-5 – em Curitiba, em um sítio que ficou conhecido como “Chácara do Alemão”, localizado no bairro Boqueirão. A ação da Polícia Militar foi rápida, sendo que os

⁵² Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/117620>>. Acesso em: 21 set. 2017.

militares se deslocaram em caminhões frigoríficos, em uma mobilização que contou com mais de 400 policiais, resultando na prisão de 42 estudantes, dos quais 15 foram condenados à prisão (FÓRUM DA VERDADE UFPR, 2014, s/p).

Recentemente, em 2014 a Comissão Estadual da Verdade Tereza Urban, mostrou uma versão favorável aos estudantes, denunciando os excessos praticados pelo Estado. De acordo com o relatório,

Os estudantes foram presos pela polícia do Exército e ainda durante seu transporte para o quartel da Polícia Militar foram torturados com espancamentos e ameaças graves. O local da prisão e tortura foi nas instalações da Polícia Militar então localizado na Praça Rui Barbosa na capital. Após as sessões de tortura quinze desses estudantes foram indiciados em inquérito policial militar e foram processados perante a Justiça Militar. As torturas causaram gravíssimos danos físicos e psicológicos a estes jovens e alguns ficaram com sequelas permanentes. Além disso, alguns cumpriram penas superiores a um ano e tiveram suas vidas estudantis e profissionais interrompidas e profundamente prejudicadas. (CEV/PR, 2014, s/p)

Comparando a versão da imprensa e a dos militares com a do relatório da Comissão Estadual da Verdade, nota-se uma mudança de paradigma, proporcionada por uma alteração na conjuntura política brasileira, iniciada após a abertura democrática e consolidada nos últimos anos, proporcionando as disputas pela memória, o que de acordo com Pollack,

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes das redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1988, p. 3)

Esta citação de Pollack vem ao encontro do caso dos estudantes e demais indivíduos que enfrentaram a repressão. No momento que a sociedade atravessava, principalmente devido à promulgação do AI-5 havia poucas alternativas de manifestações sobre os excessos do regime. Durante a vigência deste ato até o início da abertura “lenta, gradual e segura”, houve um desbaratamento do movimento estudantil, sendo que os mais ligados à esquerda passaram a participar de ações armadas (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 127).

A reestruturação do movimento estudantil como corpo organizado começou a tomar forma na segunda metade da década de 1970, quando uma demanda maior da sociedade civil pela volta da democracia se fez mais presente. Nesse sentido, uma

personagem central desta época foi Marlene Zanin, que enfatiza determinados desdobramentos políticos desta época:

Eu morava na Casa da Estudante Universitária e também ali conheci várias pessoas que tiveram ou tinham envolvimento político. E eu lembro que fui chamada a participar de alguns movimentos... chamada por pessoas, por colegas do curso nos corredores da Universidade Federal do Paraná. Eles chamavam a gente e perguntavam se a gente queria participar, ia ter um movimento, uma palestra... depois que eu fiquei interessada, comecei a participar, é que eu fui conhecer líderes ligados a partidos clandestinos que tinham a sua atuação dentro do movimento estudantil. Então, eram líderes que tinham sido já... alguns presos, alguns acabaram sendo demitidos e...enfim, o movimento estudantil recomeçava na universidade através destas pessoas e eu fui atuar politicamente no MR-8⁵³ e fiz parte da primeira diretoria do DCE da Federal depois que ele tinha sido fechado. Ele foi fechado em 68 e reconstruído em 77. Nessa época fervilhava o movimento pela anistia e nós participávamos de reuniões... era difícil um movimento aberto, mas entrei também para alguns movimentos de mulheres, pela anistia, não é? E quando veio a anistia a gente já estava alinhado politicamente pela redemocratização, discutíamos não só a anistia, mas discutíamos como que nosso país voltaria aos trilhos da democracia. (ZANNIN, ano, s/p)⁵⁴

Conforme podemos inferir em seu depoimento, Marlene Zannini participou de um movimento amplo, com aspirações que iam desde movimentos pelas mulheres até discussões sobre a anistia no país. Outra preocupação do movimento estudantil era sobre o processo de redemocratização, que levaria mais alguns anos para se concretizar.

2.2 A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES

A fim de trazer uma maior precisão acerca das lutas dos trabalhadores durante a ditadura civil-militar, faz-se necessário um recuo para o período anterior ao regime para uma melhor compreensão sobre as lutas sociais no Brasil neste íterim.

Durante o período que ficou conhecido como “República Populista” no Brasil (1945-1964), o mundo vivia um período pós Segunda Guerra Mundial, com a emergência da Guerra Fria. Neste período de bipolaridade, alguns presidentes se destacam no que concerne aos direitos trabalhistas e políticas intervencionistas. Após o suicídio de Vargas, Juscelino Kubitschek implementou em seu governo algumas medidas que geravam descontentamento por parte de alguns setores da sociedade:

⁵³ MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Nasceu de uma dissidência do PCB, com uma orientação mais voltada a guerrilhas, em um processo dissociado das massas. O nome faz referência à data de assassinado de Ernesto “Che” Guevara, ocorrido em 8 de outubro de 1967 na Bolívia. (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 83-97).

⁵⁴ 03:57 - 05:59. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yyabXrIFfx0>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

No hibridismo do programa de metas de JK, era como se fossem incorporados – e excluídos –, ao mesmo tempo, reivindicações e interesses das forças políticas que se digladiavam na cena política brasileira. As oposições liberais celebravam as associações com os capitais internacionais, mas continuavam a combater o Estado intervencionista e a aliança com os sindicatos urbanos. Já as esquerdas e os trabalhadores criticavam o entreguismo do governo, desprezando os índices de crescimento logo que se tornou claro que a inflação comia os salários das camadas populares. Além disso, preferiam a reforma agrária à construção de Brasília (REIS FILHO, 2014, p. 27).

A despeito do descontentamento das esquerdas e dos trabalhadores, havia liberdade de organização sindical e de manifestações de trabalhadores em seu governo. Seu sucessor, Jânio Quadros adotou uma forma de governo dita independente, desagradando setores à esquerda e à direita: “A Política Externa Independente (PEI) irritava os conservadores sem angariar o apoio das esquerdas, desconfiadas inclusive porque Jânio não hesitava em mandar reprimir os movimentos sociais que se esboçavam” (REIS FILHO, 2014, p. 29). A política pouco ortodoxa de Jânio o isolou cada vez mais, culminando em sua renúncia em 25 de agosto de 1961. A polarização política no país tomou conta com a posse de seu vice, João Goulart, considerado herdeiro do trabalhismo de Vargas. Apesar de parte do poder do chefe do Executivo ser tolhida com o regime parlamentarista implantado em seu governo no Brasil, o governo de Jango era visto por muitos setores como um “Oásis de liberdade” (HELLER, 1988, p. 103) em relação a manifestações sociais. Esta mesma liberdade de diferentes tipos de reivindicações, com demandas que iam de posseiros a estudantes e oficiais graduados das forças armadas, contribuiu para a polarização e radicalização de ideias.

Conforme a análise de Reis Filho, “Havia uma grande cacofonia, na qual se explicitavam variadas propostas. Mas o sentido apontava para uma radicalização crescente (REIS FILHO, 2014, p. 33)”.

Nesta onda de radicalização Jango pendeu para as esquerdas e iniciou um plano de reformas de base, anunciadas em um comício em 13 de março de 1964 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, contando com mais de 350 mil pessoas das esquerdas (REIS FILHO, 2014, p. 40). Neste comício Jango anunciou a assinatura de alguns decretos, como a expropriação de pequenas refinarias particulares e um processo de reforma agrária com desapropriações de terras ao longo de eixos rododferroviários. Consequentemente, a reação veio no dia 19 de março do mesmo ano, com a primeira Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, unindo setores mais conservadores e com uma participação de cerca de 500 mil pessoas segundo os organizadores (REIS FILHO, 2014, p. 41). O crescente e

complexo processo de radicalização política culminou, em menos de duas semanas depois, com a implantação da ditadura civil-militar no Brasil.

Tão logo foi implantado o novo regime, os trabalhadores e organizações sindicais sentiram seus efeitos. A ditadura agiu de maneira rápida, colocando sindicatos sob intervenção, destituindo diretorias e efetivando uma série de prisões de importantes lideranças por todo o país (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 132).

Alcidino Bittencourt Pereira, formado em direito pela UFPR, atuou no teatro engajado, organizando junto com Edésio Passos e Walmor Marcelino o Teatro Popular de Curitiba, encenando para os trabalhadores peças e esquetes que dialogavam com a vida destes (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 162). À época da implantação do novo regime, Alcidino trabalhava no Sindicato dos Metalúrgicos de Cubatão, litoral paulista. De acordo com seu relato, houve uma tentativa de organizar os trabalhadores contrários ao golpe:

Quando os inícios do golpe militar estavam bastante claros, sobretudo nas vésperas do golpe de primeiro de abril, eu tive a preocupação de manter o contato com os trabalhadores, sobretudo na orla marítima, convidando os trabalhadores e concitando-os a irem para os sindicatos, porque era necessário não tê-los dispersos para que nós pudéssemos organizar qualquer ação de resistência, era necessário tê-los reunidos nos sindicatos. E no dia primeiro...na noite da véspera do dia primeiro de abril eu fui para o sindicato com meu carro, sozinho, concitando os trabalhadores e ao chegar no sindicato dos metalúrgicos em Cubatão, eu já encontrei-me com o pessoal da polícia do DOPS, da polícia política que me convidou para uma entrevista com o delegado do DOPS, que me convocava para uma reunião... Já fui levado numa condição de convidado, mas sem condições de recusar o convite, já sabendo do que se tratava. Ao chegar, fui recebido pelo delegado do DOPS, que levantava o braço exaltado, dizendo que nós tentávamos expulsar Deus da nossa pátria... aquilo ali eu não entendia bem o que ele estava querendo dizer com aquela... com aquilo que me pareceu um delírio. Uma pessoa sem dormir, exaltadíssima. Enfim... tentamos um diálogo infrutífero porque não havia condições e eu fui levado para a sede do DOPS, aonde me colocaram num porão já com centenas de presos de vários sindicatos, inclusive alguns presos de municípios vizinhos, líderes sindicais, camponeses e comecei então a ter ideia da... do tamanho da tragédia que se abatia sobre o movimento sindical do país. (PEREIRA, 2014 s/p)⁵⁵

No relato ele chama a atenção a rapidez com que as forças do governo agiram. Os trabalhadores não conseguiram oferecer resistência. Alcidino teria sido preso com outros trabalhadores, inclusive com camponeses, que não possuíam necessariamente organização sindical. Após vários dias na carceragem da DOPS, Alcidino foi transferido para a sede da Polícia Marítima, descrita por ele como “tradicionalmente conhecida como

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=08K58RGZo4s>>. Acesso em: 22 set. 2017.

violenta, como arbitrária, um antro inclusive de torturas” (PEREIRA, 2014 s/p)⁵⁶. O jornal *Correio de Manhã* noticiou a transferência de Alcidino para o navio *Raul Soares* em sua edição de 29 de abril de 1964:

Enquanto isso será iniciada, hoje, a transferência dos presos políticos civis e militares para o navio “Raul Soares”, que se encontra propositadamente encalhado no estuário do Porto de Santos. [...] A reportagem apurou ainda, que, na chamada “sala livre” do 4º andar do Presídio de Santos estão detidas as seguintes pessoas: Jornalista Nassin Mahmud, engenheiro Pedro Guedes, Médico Maurício Fang, advogados Antônio Ribeiro Filho, Alcidino Bittencourt Pereira e Carlos Orliz [...] (CORREIO DA MANHÃ, 1964, s/p)⁵⁷

Alcidino relata que o confinamento no navio era total, tendo contato somente com o pessoal que entregava bandejas nas refeições. Seu isolamento foi de oito meses em uma prisão sem processo formal. A respeito da tortura, o ex-presos político informou que sofreu apenas tortura psicológica, ao contrário de alguns colegas seus (PEREIRA, 2014)⁵⁸. Com o auxílio do jurista Sobral Pinto, Alcidino foi libertado e partiu para o exílio no Uruguai e no Chile. Em 1967 foi para a França, intensificando seus estudos em Planejamento Urbano. Voltou ao Brasil com a Lei da Anistia e em 1981 foi convidado para presidir o IPPUC pelo então prefeito Maurício Fruet (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 162).

Situação semelhante viveu Victor Horácio de Souza Costa. Sua trajetória no movimento sindical foi longa, sendo que no ano de 1959 foi eleito presidente sindical dos bancários estaduais de Paranaguá. À época da deflagração do golpe de 1964 estava presidindo o Fórum Sindical de Debates do Litoral Paranaense em Paranaguá, sendo preso e tendo o sindicato colocado na ilegalidade. O líder sindical foi preso por dois meses (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 162). O jornal *Diário Do Paraná* em editorial de 7 de maio de 1964, divulgou o nome de presos que estavam no Quartel da Polícia Militar, por sua condição de bacharéis. Victor, que era bacharel em Direito, ficou nesta corporação juntamente com o bancário Fernando Tristão Fernandes. O periódico relatava que os outros 63 estavam no presídio do Ahú (DIÁRIO DO PARANÁ, 1964, s/p).⁵⁹

A fragmentação das esquerdas, agravada após a implantação da ditadura civil-militar trouxe reflexos para o movimento sindical. O PCB até então exercia hegemonia no sindicalismo nacional, porém ao optar pela resistência democrática encontrou

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=08K58RGZo4s>>. Acesso em: 22 set. 2017.

⁵⁷ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/51061>. Acesso em: 22 set. 2017.

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=08K58RGZo4s>>. Acesso em: 22 set. 2017.

⁵⁹ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/49230>>. Acesso em: 22 set. 2017.

oposição daqueles que exigiam uma atitude mais contundente (SANTANA, 2008, p. 286).

Apesar da repressão inicial, no período que antecedeu o AI-5, os trabalhadores conseguiram se rearticular e retomar seus sindicatos. No ano de 1968, sobretudo, mantiveram intensa mobilização por meio de greves e manifestações. Neste ano, bancários de diversas orientações políticas participaram das mobilizações nacionais de sua categoria, que resultaram na deflagração de uma greve na cidade de Curitiba, dentre outras. Na cidade de Maringá, operários da Norpa Industrial iniciaram um movimento grevista, que, embora almejasse a adesão de outras empresas e categorias, não logrou sucesso neste sentido (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 133).

Com o crescimento da repressão mediante a outorga do AI-5, as organizações sindicais e manifestações trabalhistas sofreram novo revés. José dos Reis Garcia, antigo militante do PCB e atuante no Sindicato dos Bancários foi preso já no dia 1 de abril e prestou esclarecimentos a respeito de sua proximidade com Amauri Silva, que havia sido Ministro do Trabalho de João Goulart, entretanto, foi liberado em seguida. No ano de 1966 José passou a integrar o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) – dissidência do PCB e continuou a militar no sindicato. Foi preso em 14 de abril de 1969 em seu trabalho, no Banco do Brasil na Praça Tiradentes em Curitiba, sendo levado para a delegacia da Polícia Federal na rua Carlos Cavalcanti e depois transferido para o presídio do Ahú. José conta que no momento de sua prisão possuía grande acervo de documentos do PCB em casa, o que só não foi encontrado devido à rápida ação do antigo dirigente estadual do PCB, Wilson Previdi:

Eu gostaria de deixar registrado aqui que a pessoa que eu mais respeito, até no meu processo de vida se chama Wilson Previdi [...] eu me emociono cada vez que eu lembro do Wilson. Porque ao ser preso... eu fui preso no Banco do Brasil, ele soube poucos minutos depois, porque ele também trabalhava no banco... ele saiu do banco, correndo o risco de ser preso, foi na minha casa e limpou a minha casa, aqui na Praça Tiradentes. Ajudou minha mulher a se evadir de lá e tirou tudo que tinha de documentação do partidão, né? E quando eles bateram lá depois não tinha mais nada. O Wilson Previdi correu esse risco, e mais: eu fui preso, a minha mulher teve que morar em favela, na rua Fernando Amaro, número 62. Naquele tempo era favela, com os meus filhos, né? Porque não tinha mais recurso, não tinha mais o salário do banco, que só voltou a ser pago como... como auxílio-reclusão no final do ano, não é? E o Wilson Previdi fez a arrecadação entre companheiros, tal, levava comida pra elas, levava

mantimentos, me mandava recados sempre na cadeia, me dando cobertura, né? E eu já não era mais do PCB, eu era do PCBR. (GARCIA, 2014 s/p)⁶⁰

José foi solto em setembro de 1972 e ingressou na luta armada, sendo comandante do setor de operações do PCBR, participando de assaltos a bancos, que as organizações de esquerda chamavam de “expropriações”. Militou no partido até 1988, sendo um dos fundadores do PT (Partido dos Trabalhadores). Sobre este período que esteve preso, entre 1969 e 1972, José relatou sofrer torturas física e psicológica:

Bem, os torturadores... um torturador... dois torturadores na Polícia Federal, Né? Que foi pendurado em Pau-de Arara, afogamento, choque elétrico, foi na Polícia Federal, que eles passaram... acho que passei uns catorze dias lá, foi... foi de pau... depois eu era retirado constantemente do Ahú. Eles me levavam para um quartel, me levavam para a polícia do exército sempre. Na polícia do Exército esse safado desse tremendo bandido, não um militar... ele ameaçou torturar meu filho no colo da minha mulher. Meu filho tinha um ano de idade, né? [...]Perseguiam a minha mulher e a minha irmã até dentro da catedral ali na... aqui na praça... aqui na catedral, elas estavam rezando lá uma vez e eles chegaram e chegaram atrás e “é, reza, porque ele não vai sair vivo de lá não”, entendeu? (GARCIA, 2014, s/p)⁶¹

De acordo com seu relato, nos primeiros meses não havia direito a um advogado, porque oficialmente ele era considerado um desaparecido, sendo que uma das consequências de não haver um processo formal contra si, foi a demora em mais de dez meses para que sua família conseguisse receber o auxílio-reclusão. Assim que sua prisão foi oficializada, foi demitido pelo Banco do Brasil. Como outros ex-presos políticos, José cita os esforços do advogado René Ariel Dotti e de Edésio Passos no sentido de conseguir representá-los e de lutar por seus direitos, como no caso da demissão pelo banco.

Ainda com relação ao movimento sindical dos bancários, o já citado Wilson Previdi teve forte atuação no movimento sindical dos bancários, sobretudo na cidade de Assaí, cuja participação em diversos movimentos grevistas tornaram sua permanência na cidade insustentável (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 323-324). Já casado e com filhos passou a trabalhar em Curitiba, continuando a militância no PCB, que exercia há tempos. Previdi não chegou a ser preso, militando na clandestinidade e ajudando outros companheiros, como o caso supracitado de José dos Reis Garcia. Sobre o episódio da prisão de José e a destruição de documentos comprometedores, Wilson relembra:

⁶⁰ 10:35-12:04. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q5-bF9u5s-Q>>. Acesso em: 25 set. 2017

⁶¹ 44:51 46:15.

Eu saí correndo do banco e fui na casa dele e falei com a mulher dele: “olha, teu marido foi preso, me dá toda a papelada dele aqui”. Ela me entregou todos os papéis e eu vi o mapa. Vi o mapa... e vi todos aqueles papéis porque eu olhava para ver o que que era... queimei todos no banheiro... aquele fumaceira no banheiro. Daí eu disse pra ela “me empresta o ventilador aí”. Então eu abri a janela do banheiro assim e liguei o ventilador e foi embora a fumaça (risos)...e queimei toda a papelada. A polícia, três, quatro horas depois chegou lá pra revistar a casa dele, não encontrou um documento, não encontrou um papel. (PREVIDI, 2014, s/p)⁶²

Wilson não especifica de qual mapa ele se refere no relato. Suas memórias vão ao encontro com o relato de seu companheiro preso, entretanto, em alguns trechos de seu relato há algumas incertezas quanto a datas específicas. O ex- militante do PCB passou incólume pela Operação Marumbi, que desbaratou a incipiente rearticulação do partido em 1975. A partir do final de 1969 e com o aumento da repressão a opção pela luta armada por parte de alguns líderes trabalhistas se fez mais presente.

Durante a pesquisa para esta dissertação tivemos uma grande dificuldade em encontrar fontes que nos levassem a manifestações de massa durante os “anos de chumbo” (1969-1974). Ao invés de movimentos gregários de resistência democrática, notamos a radicalização de parte da esquerda como consequência do recrudescimento da repressão. Conforme pondera Daniel Aarão Reis Filho,

No estado de exceção determinado pelo AI-5, com as margens de liberdade e de críticas políticas reduzidas a zero, era como se estivessem realizando as previsões catastróficas da *utopia do impasse*. O advento do tudo ou nada. Ou, como se dizia entre os revolucionários, socialismo ou barbárie, sem nuances ou meios-termos. Assim, entre 1969 e 1972, desdobraram-se ações de guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos; ataques de surpresas a quartéis ou a postos policiais; propaganda armada. (REIS FILHO, 2014, p. 74)

De fato, os depoimentos analisados até aqui se coadunam com a visão de Reis Filho, uma vez que encontramos vários relatos de indivíduos que após verem sua liberdade de manifestação tolhida pelo AI-5 ingressaram na luta armada ou optaram pela vida na clandestinidade. Todavia, no Paraná tais manifestações mais incisivas foram escassas, sendo que geralmente, os militantes que optaram por essa via foram direcionados por suas organizações a locais de maior articulação de grupos guerrilheiros, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo.

As manifestações democráticas em todo o país voltaram a ser mais frequentes somente na segunda metade da década de 1970, em consonância com a abertura “lenta,

⁶² 51:56 – 52:55. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qJMeSbo8_dQ>. Acesso em: 25 set. 2017

gradual e segura”. Com relação à volta das manifestações populares, podemos inferir que a conjuntura política brasileira mudou, dentre outros fatores, devido às eleições de 1974, cuja vitória do MDB nas eleições legislativas - embora tenha levado a reações de repressão por parte dos militares, como a já citada Operação Marumbi, em 1975 – garantiu certa legitimidade aos emedebistas no sentido de contestar o regime e ensaiar manifestações que tomariam fôlego nos próximos anos (REIS FILHO, 2014). Tais atos não ficaram restritos a partidos políticos, uma vez que aos poucos as greves e demais protestos voltaram a se tornar frequentes.

A ressaca pós milagre econômico foi sentida nesta época, com a inflação alcançando patamares elevados, fator que contribuiu para as manifestações de trabalhadores.

Neste ínterim, uma grande greve se deu em Curitiba no ano de 1979, sendo realizada por trabalhadores da construção civil,⁶³ tendo como protagonista deste episódio Antônio Ferreira de Santana, que exerceu importante liderança neste movimento.

Sua trajetória pode ser considerada um exemplo de superação. Aos 19 anos ainda não sabia ler e escrever, tendo mais tarde feito o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização).⁶⁴ Aos 70 anos conseguiu o diploma de bacharel em direito e aos 76 foi aprovado no concorrido exame da OAB (Ordem dos advogados do Brasil).⁶⁵

Antônio foi uma das lideranças na greve dos operários da construção civil de 1979, sendo que sua imersão no movimento se deu de uma forma um tanto inusitada. Suas opiniões sempre contundentes em relação aos direitos trabalhistas ajudaram-no a uma aproximação de quadros importantes do MDB como Roberto Requião e Edésio Passos, que atuavam na defesa dos direitos dos trabalhadores. Em seu depoimento em vídeo, Antônio relata que ele e seus colegas atuavam junto de mais ou menos doze diferentes categorias de trabalhadores.

⁶³ O movimento grevista dessa época foi bastante amplo, sendo assim, seria inviável para esta dissertação ampliar demasiadamente o assunto. Dessa forma, escolhemos discorrer sobre a paralização dos trabalhadores da construção civil - ainda pouco estudada - por sua característica *sui generis*, ao ter se iniciado de maneira mais espontânea do que outros, cujos sindicatos eram mais fortalecidos e por ter tido um protagonismo feminino, muitas vezes impensável para esta categoria em específico.

⁶⁴ Movimento de alfabetização criado por meio da Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967 com a meta de alfabetizar 11,4 milhões de brasileiros adultos até 1971, com resultados controversos. Para saber mais, ver: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

⁶⁵ Para mais informações, ver: NUCADA, Luisa. Aos 76 anos, carpinteiro passa no exame da OAB. **Gazeta do Povo**, 5 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/aos-76-anos-carpinteiro-passa-no-exame-da-oab-7c54cxf2ckqjylezoh2fz77h0>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

Com relação à greve supracitada, especificamente, seu relato traz algumas informações interessantes:

E a gente...a gente tinha orientação dos advogados trabalhistas, o Geraldo Correia Vaz, o Edésio Passos, e o Cláudio Ribeiro, o Salvador... eu não me lembro do nome de todos... Aí eles propuseram que todo dia quando a gente saísse do trabalho, tinha uma escala para cada um ir no seu sindicato, e ficar sabendo... ficar por lá “sapeando”, para ver... o que pelo menos... e aí eu estava escalado, no dia em que terminou a greve dos metalúrgicos⁶⁶, eu fui no sindicato da construção civil, que era na Praça Zacarias, nos andares 5, 6 e 7. E quando eu cheguei lá o sindicato estava cheio de mulher, que eram as mulheres que trabalhavam na cidadela. Naquele tempo não era raro que mulheres trabalhassem na construção civil, hoje já tem muitas trabalhando... aí, o 6º andar era um espaço, assim, onde o sindicato fazia reunião. E aí foram convidadas as mulheres para descer, e o presidente do sindicato foi conversar com elas. [...] era um rapaz assim... estudante da igreja, esqueci a palavra agora... e era um rapaz assim, boa gente e tal, mas muito, assim, teleguiado pelo delegado do trabalho, naquela época era o General Adalberto Massa. E as mulheres... falaram que elas tinham trabalhado muitas horas extras, já 3 ou 4 meses, e que a empresa não pagava. Aí o presidente do sindicato propôs que elas fizessem uma ação coletiva. Aí uma das mulheres perguntou quanto tempo levava essa ação, aí ele falou “olha, a gente não tem muita base, mas uns dois anos”... e aí as mulheres não gostaram e “ratearam” um pouco, mas tiveram que aceitar. Aí quando elas desceram do prédio eu desci junto e convidei elas a subirem junto a umas calçadas que tinha ali na [Praça] Zacarias e falei “eu quero conversar com vocês, por favor, venham aqui... eu quero falar”... aí eu disse “olha, vocês tem um jeito de fazer alguma coisa, façam uma greve, faz, se junta lá amanhã e não deixa os homens para trabalhar... insultem eles e tal... aí eu vim embora pensando: “isso não vai acontecer, eu fiz a minha parte” . Não é que as mulheres seguiram o que eu falei e no dia seguinte não deixaram os homens entrar, dizendo “não, vocês vão entrar aí, veste a minha saia, não sei o quê” e soltaram os caras... os caras viraram em umas feras... eu sei que quando foi no dia seguinte umas 11 horas da manhã já tinha muitas obras paradas e aí a gente teve que entrar na greve também e foi parando a cidade inteira. No dia seguinte estavam todas as obras paradas, no centro e nos bairros. (SANTANA, 2014, s/p)⁶⁷

Este trecho do depoimento de Antônio tem algumas peculiaridades que merecem atenção. Primeiro, a presença de mulheres que trabalhavam na empresa Cidadela e que estavam insatisfeitas no que concerne ao não pagamento de horas extras. O sindicalista não imaginava que elas seguiriam seu conselho, o que acabou surpreendendo-o. Embora sua orientação às trabalhadoras tenha sido importante, destaca-se a força mostrada por elas, desde comparecer ao sindicato até de iniciar uma greve, inclusive impedindo os homens de trabalhar. Outra questão a ser mencionada é a de que o delegado do trabalho

⁶⁶ Antônio cita anteriormente em seu depoimento esta greve dos metalúrgicos como sendo uma greve de nove dias, que não teria atingido seus objetivos (reposição salarial) devido à baixa adesão, perdendo a força após 9 dias de manifestações.

⁶⁷ 21:20-26:53. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wXO9YcU3vJ8&t=2311s>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

era um General do Exército, ou seja, um representante do *status quo*, que dificilmente seguiria uma direção de atender às reivindicações trabalhistas. Os jornais noticiaram a greve, bem como mencionaram algumas das demandas dos grevistas. O *Diário da Tarde* noticiou o movimento em sua capa do dia 21 de novembro de 1979, conforme pode ser visto na imagem abaixo:



Figura 13: Capa do Jornal *Diário da Tarde* noticiando a greve dos trabalhadores da construção civil.

Fonte: *Diário da Tarde*, 21 nov. 1979. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/800074/144933>>. Acesso em: 21 mar. 2018

Como podemos notar, o periódico enfatiza as prisões e supostas complicações, ou seja, desvia o foco das reivindicações trabalhistas para os transtornos. Abaixo da foto, há uma inscrição dizendo “Quatro prisões foram efetuadas ontem à tarde, no segundo dia de greve dos pedreiros e serventes que querem 80% de aumento. Mais de 8.000 grevistas tomaram o centro da cidade, obrigando o fechamento de bancos antes do horário. O tráfego também sofreu prejuízos e várias ruas foram interditadas. (Páginas 2 e 6)”. Ou seja, segundo o *Diário do Paraná*, a greve causou perturbações que afetaram todo o centro da cidade. A única reivindicação noticiada é a de aumento de 80% nos salários, sem qualquer menção de que se trataria de corrigir a defasagem oriunda da inflação, que

atingiu 41 % em 1978 e 77% em 1979. Aliás, somente entre janeiro e outubro desse ano houve mais de 400 graves no país (SKIDMORE, 1988, p. 361).

Infelizmente, os jornais não fizeram qualquer menção das mulheres que iniciaram a greve. Como Antônio conversou rapidamente com as trabalhadoras, não manteve contato com as mesmas, desta forma, não conseguimos os nomes destas protagonistas de um episódio tão importante da história desta greve.

2.3 A RESISTÊNCIA NO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO: RECUSA À LUTA ARMADA

Um dos mais tradicionais partidos de orientação esquerdista, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) foi fundado no Brasil ainda na Primeira República em 1922, passando a maior parte do tempo na ilegalidade, exercendo grande influência na sindicalização de trabalhadores e em campanhas de cunho nacionalista, como “O Petróleo é Nosso” (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 89).

Grande parte dos depoimentos de militantes que atuaram contra a ditadura civil-militar mostra que muitos daqueles que não faziam parte do “partidão”, haviam passado por esta agremiação anteriormente ou tinham contato com membros remanescentes. A maior parte das organizações de esquerda derivou do PCB. Antes do golpe de 1964 o “partidão” era a principal organização de esquerda do Paraná (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014).

Entre os anos de 1945 e 1964 o partido passou por uma série de cisões - das quais se formaram diversas novas organizações -, reorientações ideológicas e por certo revisionismo, prevalecendo uma orientação que defendia a via democrática em detrimento da luta armada (que, se não estava totalmente descartada, pelo menos não era a primeira opção), pois

Os comunistas descobriram no país amplas possibilidades de desenvolvimento; no lugar de classes dominantes coesas e insensíveis às reivindicações populares, perceberam divisões e brechas entre as elites – o que permitia imaginar a hipótese de atrair um setor dominante, a burguesia nacional para a Frente Única. Em consequência, o recurso à força cedeu espaço às lutas eleitorais, à valorização das instituições políticas existentes, ao caminho pacífico para as transformações da sociedade brasileira. (REIS FILHO, 1989, p. 23).

Com relação ao governo de João Goulart, o partido adotou, a priori, uma estratégia de oposição ao governo devido ao modelo parlamentarista implantado. Restabelecido o presidencialismo em 1963, o partido aproximou-se do presidente e das promessas de reformas de base, sempre mostrando uma postura crítica às ambiguidades de Jango.⁶⁸ Após o comício de 13 de março de 1964 e do anúncio de algumas reformas de base, o partido acreditava que o governo de coalizão era possível, entretanto, o golpe de 1º de abril frustrou o plano dos comunistas, que foram pegos de surpresa.

Há uma discrepância sobre a atuação do PCB entre a diretriz adotada pelo partido e a visão da DOPS. No informe nº 64 E2/95 (DEAP apud BRUNELO, 2009, s/p)⁶⁹ expedido pelo comandante da 5ª Região Militar (RM) Álvares Tavares Carmo, ao Secretário de Segurança do Paraná em 13 de abril de 1965 havia a informação obtida de um agente infiltrado no partido de um movimento contrarrevolucionário organizado por militantes do partido, cujo objetivo era o de desferir um atentado contra o Comandante do III Exército. Esta narrativa contrasta com a direção pacifista adotada pelo partido, que inclusive, custou a saída de muitos quadros históricos (REIS FILHO, 2014, p. 47-48). Cabe ressaltar também que grande parte de informações obtidas pela DOPS se dava com de sessões de tortura, o que muitas vezes resultavam em informações incorretas. Vários integrantes do partido que discordavam da resistência democrática procuraram organizações de cunho revolucionário e que pregavam abertamente a luta armada como alternativa para o enfrentamento ao regime. O jornal “Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados” lançou uma matéria no dia 2 de abril de 1966 falando das divergências entre o PCB de Prestes e o PC do B, de orientação maoísta:

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) tem tradicionalmente mantido ligação mui estreita com Moscou. Seu líder, Luís Carlos Prestes, manteve o partido constantemente nesta posição. No entanto, existem grandes diferenças de ideologia e de tática entre o PCB e o partido comunista dissidente em nossa pátria. Os líderes do partido dissidente mantêm que os “comunistas revisionistas” estão dominando o PCB, e que Prestes e seus acompanhantes, pecam pelo “desvio à direita”. O grupo de Prestes, por sua vez, acusa os dissidentes de “divisionistas” e de “anti-partidos”. Os dissidentes afirmam que combatem o revisionismo e fomentam a luta de classes como meio único de terminar com o domínio da classe governante no Brasil; opõem-se ainda, e decididamente, a qualquer colaboração com elementos “burgueses” e criticam

⁶⁸ Ibidem, p. 27-33.

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica34.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

Kruschev quando no governo, de revisionista, cuja doutrina de coexistência pacífica é contrária à de Marx e a de Lênin. (URAN, 1966, s/p).⁷⁰

O fragmento acima, assinado por Francisco Uran demonstra que a reportagem falava sobre uma dissidência no PCB, acusado de revisionismo e de acomodação, ao recusar a luta armada como via de resistência ao regime.

A despeito da orientação do partido em adotar uma política pacifista, suas atividades continuaram a existir, no intuito de resistir ao regime. Em 28 de novembro de 1967 o mesmo jornal noticiou que um grupo de oficiais do exército liderados pelo general Clóvis Bandeira Brasil e pelo coronel Ferdinando de Carvalho desbaratou o comitê central do PCB no Estado (DIÁRIO DO PARANÁ, 1967, s/p)⁷¹. Em dezembro do mesmo ano foi instaurado um IPM envolvendo 27 militantes, dos quais 16 foram absolvidos e 11 condenados a um ano e quatro meses de reclusão (DEAP apud OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 91).

A já citada Operação Marumbi, deflagrada em 1975 desestruturou o partido, que só começaria a se reorganizar em 1978, com alunos de arquitetura da UFPR.

Dos militantes do partido da época da abertura, destaca-se Luiz Carlos da Rocha, filho do líder sindical e militante do PCB Expedito da Rocha. Luiz Carlos, conhecido como “Rochinha”, começou a militância ainda em Paranavaí por influência de seu pai. Veio para Curitiba em 1979. Sobre a opção do partido em não utilizar a luta armada, Rochinha faz a seguinte consideração:

Isso foi uma decisão que o partido tomou historicamente lá atrás, logo depois do golpe, de fazer a resistência à ditadura pela via institucional, né? Utilizar os mecanismos institucionais para combater o regime militar, e... portanto, se afastando da guerrilha e da luta armada. Isso foi uma decisão, que se mostrou correta, que se mostrou correta, que se mostrou acertada do partido, tanto que no final, todos os setores que haviam saído pra fazer guerrilha, luta armada acabaram indo militar no leito do MDB, não é? A guerrilha foi derrotada e quem sobreviveu acabou optando por... por essa via. (DA ROCHA, 2014, s/p).⁷²

O depoimento de Rochinha mostra a defesa da tática adotada pelo PCB de luta via institucional, entretanto, sua visão é a de quem participou de um momento posterior à divisão do partido, já no final da ditadura civil-militar, portanto, já a uma distância segura do calor dos acontecimentos. De fato, grande parte das esquerdas se filiaram ao MDB,

⁷⁰ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/57573>>. Acesso em: 27 set. 2017.

⁷¹ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/65306>>. Acesso em: 27 set. 2017.

⁷² 13:00 - 13:47. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N6GBKuMLWs8&t=2252s>>. Acesso em: 27 set. 2017.

alguns permaneceram no partido e outros voltaram ao PCB quando esse foi legalizado em 1985, como foi o caso de Rochinha. Durante o final dos anos 1970 sua função no partido foi a de organizar as células no interior do Estado.

A seguir, discutimos sobre locais marcantes no tocante à resistência ao regime.

2.4. ALGUNS LOCAIS DE RESISTÊNCIA

Após explanarmos sobre a resistência contra o regime, mostramos alguns locais que foram marcantes no que concerne à luta daqueles que se opunham à ditadura. Conforme veremos a seguir, muitos deles estão ligados ao movimento estudantil, bastante atuante neste período, sendo mais tarde desbaratado pela AI-5 e o consequente recrudesimento da repressão. Estes locais são simbólicos, por representarem uma luta muitas vezes desigual, resultando em confrontos que ora galgavam uma vitória (como é o caso da ocupação da UFPR), ora resultavam em uma série de prisões (como é o caso do comício da UNE na *Chácara do Alemão*).⁷³

2.4.1 Centro Politécnico – Universidade Federal do Paraná

A chamada “Batalha do Politécnico” ocorreu antes da ocupação da Reitoria da UFPR, sendo que ambas as manifestações tinham um ponto em comum, a saber, o repúdio à implantação do ensino pago nas universidades públicas, política implantada pelo Ministro Flávio Suplicy de Lacerda.

A estratégia utilizada pelos estudantes foi de ocupação e resistência, sendo que um confronto com a Polícia Militar parecia próximo. Sobre a manifestação no Centro Politécnico, José Lopes Ferreira, o “Doutor Zequinha” relata:

E como foi isso? Marcou-se o vestibular, não é? E que seria feito durante o dia para esse curso pago de engenharia... e já vinha em uma negociação, a gente manifestando contra, a Reitoria firme, a Universidade firme para fazer o concurso... tinha a sua frente Flávio Suplicy de Lacerda, reacionário, conservador, um homem de direita e que sustentava essa posição. Por outro lado era o governo de Paulo Pimentel e que a gente tinha contato, e que discutia e que dizia “não, estava errado” e tal... tinha um acesso de colocação, do ponto de vista de mostrar as nossas reivindicações e que eram corretas, então tinha um diálogo com a composição política da época, e que era interessante, que era muito bom e isso ajudou muito. E fomos para lá, fomos para lá. Chegando

⁷³ Assim como sinalizamos a respeito dos locais de repressão, também organizamos em nosso site um mapeamento dos locais de resistência. Para mais informações, acessar: <<https://ditaduraemcuritiba.com.br/mapa-da-resistencia/>> Acesso em 01 jul. 2018.

lá estava a Polícia Militar, lá com seus cavalos, outros à pé com seu espadachim para dar umas porradas... e começou então, a gente foi para cima, não dava para ficar assistindo. Então se organizava e ia para cima, para ir criar confusão e tentar chegar ao lugar do vestibular, mas aí “o pau comeu”... aí a coisa foi gradativamente correndo, vai pra lá, vai pra cá, os caras vêm pra cima, dá uma espadada em um, dói... mas a gente já tinha uma experiência de defesa que era estilingue e bola de gude, porque era a única coisa que a gente podia ter. Não podia ter bomba, não podia ter nada e a gente também... também tinha esse sentido. A gente não usava os coquetéis de molotov e era bola de gude, então o que a gente fazia? Eles estavam de cavalo, você joga bola de gude, o cavalo [faz gesto de escorregar], não é? Eles usam a ferradura se não machuca. Pisa, escorrega, caía cavalo, caía guarda, caía polícia, caía tudo... então era uma forma... então a gente fazia isso, já tinha feito antes na manifestação, nas ruas, nas passeatas e fizemos lá também. (LOPES, 2014, s/p).⁷⁴

Nesse trecho do depoimento de Zequinha, podemos notar que, a despeito de não concordar com as posições do Reitor e Ministro da Educação, tido como “conservador” e “reacionário”, o relacionamento do Governador Paulo Pimentel com os estudantes era razoavelmente bom, desta forma a visão de Zequinha está alinhada com a de Stênio Sales Jacob, que em depoimento anteriormente analisado nesta dissertação relata a disposição de Pimentel para resolver o impasse dos estudantes de forma pacífica.

Outro ponto pertinente de análise é que de acordo com Zequinha, a tática de utilizar estilingue com bolas de gude fazia parte de uma estratégia já utilizada anteriormente em manifestações. Ao explicar este fato, sua expressão facial assume um tom jocoso que parece levá-lo novamente àqueles dias, como se o estudante de medicina estivesse vivendo esta experiência. Esse acontecimento ficou solidificado na memória de Zequinha, provavelmente pela relevância em sua vida, mas também por ter sido reproduzido pela famosa foto de jornal, que legou o Prêmio Esso ao jornalista Edson Jansen. Sobre determinados elementos que ficam fixados na memória, Pollak (1992) traz uma análise que dialoga com o assunto:

Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual- mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente - houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinados números de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora

⁷⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3PcApukNnsI>>. Acesso em: abr. 2018.

outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala. (POLLAK, 1992, p. 201)

Esse momento da vida de Zequinha ficou eternizado, não só pela manchete jornalística e pela importância deste evento para o movimento estudantil, mas também por sempre ser um ponto de destaque quando se relata a “Batalha do Politécnico”.



Figura 14: O Estudante José Ferreira Lopes enfrenta a cavalaria da Polícia com um estilingue. Imagem de Edison Jansem

Fonte: *Gazeta do Povo*, 30 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/ney-braga-conspirou-contrajango-em-1964-diz-general-da-reserva-bi6flt5r0m3bjz8bqjxymha>>. Acesso em: 19 set. 2017.



Figura 15: Centro Politécnico na atualidade. Imagem aérea de Jhonys Oliveira

Fonte: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IM2CiU8iRY4>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

A figura 14 ficou bastante icônica no que se refere à resistência do movimento estudantil, talvez pela carga simbólica que carregou: policiais fortemente armados em confronto com um estudante armado de um simples estilingue. Para alguém com menor intimidade acerca do assunto a imagem pode simbolizar a repressão com sua truculência enfrentando um jovem cidadão defendendo seus ideais, com uma arma que representa um indivíduo ainda no processo de amadurecimento. Entretanto, com o depoimento de Zequinha podemos inferir que a ação havia sido planejada, de modo que os estudantes lutaram com as armas que podiam, traçando uma estratégia de enfrentamento bastante criativa.

Na figura 15, em uma imagem aérea, podemos ver o câmpus do Centro Politécnico da UFPR na atualidade. Podemos notar que na imagem de Zequinha, o confronto se dá em uma área descampada, mas fica difícil saber em qual parte do atual campus o ato ocorreu, uma vez que a estrutura se modificou ao longo dos anos, até mesmo de seu entorno.

2.4.2 Reitoria da UFPR

A resistência de grande parte dos estudantes da Universidade Federal do Paraná às medidas entendidas como arbitrárias, implantadas principalmente pelo seu Reitor e Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, foi, conforme analisado anteriormente, bastante incisiva.

O campus da Reitoria, localizado na região central de Curitiba, entre as ruas XV de Novembro, Dr. Faivre, Amintas de Barros e General Carneiro foi palco de diversos episódios de atos de repúdio à ditadura, sendo o mais memorável, a ocupação do local em 14 de maio de 1968 com a derrubada do busto do Reitor em ato de protesto, que conforme explanado anteriormente, fazia parte da movimentação estudantil contra a implementação do ensino pago na Universidade.

Os estudantes que haviam sido presos pela manifestação no Centro Politécnico perceberam que a Polícia Militar concentrava suas forças neste câmpus, sendo assim,

Stênio Sales Jacob relata que a Reitoria estaria livre para uma ocupação, cujas manobras iniciaram tão logo ocorreu a soltura dos estudantes (HELLER, 1988, p. 296).

Sobre a ocupação e a atitude dos discentes, temos distintas visões. Stênio Sales Jacob argumenta que a ocupação se deu de forma pacífica, sendo que após as negociações com o Governador Paulo Pimentel terem surtido efeito,

Colocamos todas as coisas no lugar, nenhum objeto na Reitoria foi mexido, não se tocou em nada, não se permitiu que fosse feito qualquer tipo de vandalismo... o único ato, que foi assim, extremamente marcante, significativo, foi a chamada derrubada do busto do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda. Que era o maior representante naquele momento, junto à ditadura, contra a educação desse país. Porque o Reitor que era ministro, que assinou o acordo MEC/USAID e que estava tentando implementar no Paraná o acordo MEC/USAID. (JACOB, 2014 s/p)⁷⁵

A visão de Stênio contrasta com a do jornal *Diário da Tarde*, sendo que este periódico noticiava o fim dos conflitos da seguinte maneira:

Armados para a violência

Cerca de 1500 estudantes depois de terem refutado as propostas do Governador do Estado para resolver o problema se dirigiram para a Reitoria às 7h30m. usando automóveis oficiais, paralelepípedos, extraídos da própria rua, arame e tábuas, isolaram todo o quarteirão constituindo a barreira. [...] Depois de terem depredado o busto do Reitor e quebrado as placas que se encontravam no pátio dos edifícios, chegou o desembargador Munhoz de Mello, que em todos os momentos da crise estudantil serviu de mediador entre estudantes e autoridades.

Contradição

“Não precisa violência, nossa arma é a consciência”, eis o que se podia ler num dos cartazes estudantis. Em contraste tinham ao seu lado estilingues, bolas de gude, roldas, foguetes, pedras retiradas da calçada, lascas de madeira e pedaços de ferro. Os pneus dos veículos oficiais esvaziados. (DIÁRIO DATARDE, 1958, s/p)⁷⁶

A despeito das diferentes versões acerca do desfecho do conflito, os ocupantes conseguiram com que a cobrança de mensalidades fosse cancelada, desta forma o movimento foi vitorioso em seu objetivo, entretanto, com a implantação do AI-5 no final deste mesmo ano, os estudantes sofreram um revés que desarticulou reivindicações de massa pelos próximos anos.

⁷⁵ 23:05 - 23:55.

⁷⁶ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/117620>>. Acesso em: 3 fev. 2018.



Figura 16: Flávio Suplicy de Lacerda (acima, à direita). Na imagem de baixo, estudantes arrastam o busto de Suplicy pelo pátio da Reitoria durante a ocupação

Fonte: DEAP/DOPS. Pasta 2308 cx 259.

A imagem acima, contida em uma pasta da DOPS no Arquivo Público do Estado mostra os estudantes arrastando o busto do Reitor e Ministro da Educação durante a ocupação do prédio da Reitoria. Este episódio já havia sido relatado por meio dos depoimentos já analisados nesta dissertação. A pasta da DOPS que contém esta fotografia impressiona pela quantidade de documentação arquivada. São 434 páginas dedicadas à UNE e ao movimento estudantil em geral, inclusive com vários panfletos de comícios clandestinos e diversos materiais de divulgação dos estudantes. Analisando esse grande acervo podemos inferir que a DOPS acompanhava de perto as movimentações estudantis, muitas vezes conseguindo se antecipar a determinados eventos, como veremos a seguir.

O busto de Suplicy foi novamente alvo de controvérsia em um novo protesto no dia de 1 de abril de 2014, no aniversário de 50 anos do golpe, no câmpus da Reitoria. Os estudantes derrubaram a imagem em um ato de “descomemoração” à ditadura. A ação foi protagonizada pelo grupo Levante Popular da Juventude, sendo que mais tarde arrastaram o busto pela Rua XV de Novembro como em 1968 (GARCIA; BRUGNOLO, 2014, s/p).⁷⁷

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/estudantes-repetem-68-e-arrastam-busto-de-ex-reitor-pela-ruas-de-curitiba-8eqeh4b5ooga5xdpmlfri787i>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

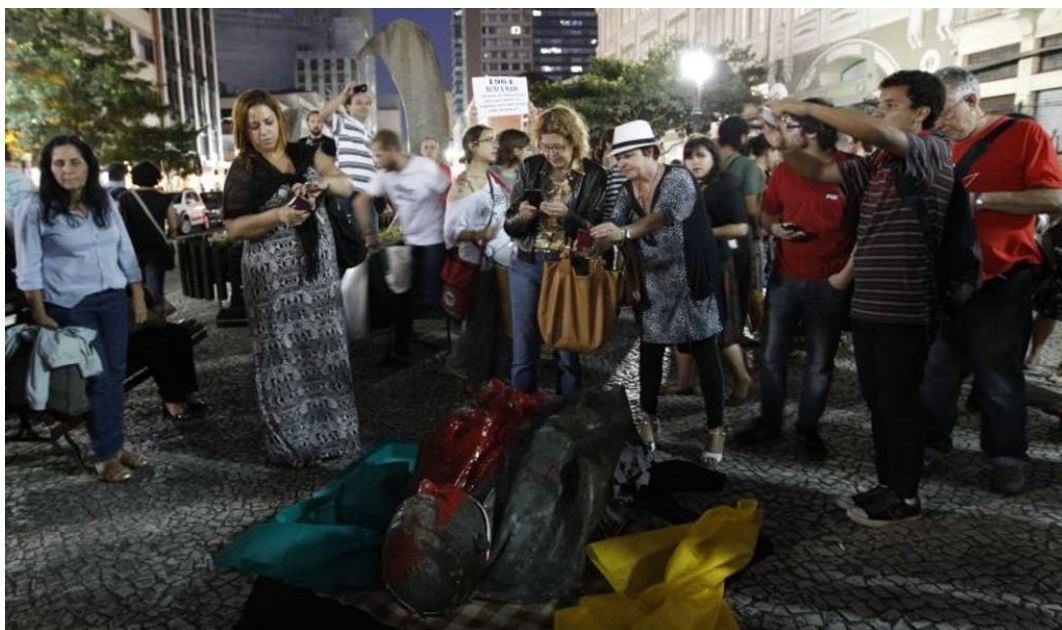


Figura 17 - Estudantes derrubam o busto de Suplicy no ato de “descomemoração” ao golpe de 1964

Fonte: *Gazeta do Povo*. 1 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/estudantes-repetem-68-e-arrastam-busto-de-ex-reitor-pela-ruas-de-curitiba-8eqeh4b5ooga5xdpmlfri787i>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

A UFPR se pronunciou sobre o ocorrido por meio do seguinte comunicado:

Nota Oficial sobre busto do Reitor Flavio Suplicy de Lacerda

A Reitoria da UFPR lamenta o episódio da retirada do busto em bronze do Reitor Flavio Suplicy de Lacerda de seu pedestal nos jardins do complexo da reitoria e as subsequentes agressões e pichações realizadas por um grupo de manifestantes.

Seria possível compreender tal ato no contexto do aniversário de 50 anos do Golpe de 1964, ocorrido neste dia 1º de Abril. Procuraram repetir assim o mesmo gesto das manifestações de protesto ocorridas em 1968 neste mesmo local. Porém vivemos um contexto completamente diferente, com o pleno funcionamento de todas as nossas instituições, tendo cada cidadão exercício completo de suas liberdades democráticas.

Por isso mesmo queremos manifestar nossa posição contrária a qualquer ato que traga danos ao patrimônio público, principalmente a um conjunto arquitetônico tombado pelo patrimônio histórico, do qual somos fiéis depositários como dirigentes da UFPR.

Cabe refletirmos sobre os alegados motivos para tal condenação. Não podemos apagar a história, nem tampouco reescrevê-la. O reitor Flavio Suplicy de Lacerda foi um dos líderes do intenso esforço que resultou na federalização da Universidade do Paraná, contribuindo assim para que tivéssemos a primeira universidade pública e gratuita de nosso Estado. Durante sua gestão houve um grande salto em nossa infraestrutura, com a reforma do Prédio Histórico da Santos Andrade, a construção do Complexo da Reitoria (Edifício Dom Pedro I, Edifício Dom Pedro II, Teatro da Reitoria e Edifício da Reitoria) além da Biblioteca Central, Casa da Estudante Universitária de Curitiba, do Hospital de Clínicas e do Complexo do Centro Politécnico. Foi exatamente para

expressar a gratidão por este trabalho que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras mandou confeccionar este busto em bronze, instalando-o nos jardins logo abaixo de seu novo prédio, em 1958.

Como muitos brasileiros, o reitor Suplicy apoiou o Golpe Civil Militar. Foi nomeado Ministro da Educação do primeiro governo militar do General Castelo Branco, permanecendo no cargo entre 15 de abril de 1964 até 10 de janeiro de 1966. Por mais controversas que tenham sido suas ações e intenções durante esta passagem pelo governo federal, não nos cabe permitir ataques ao nosso patrimônio histórico, muito menos a memória de um dos nossos professores que exerceu o cargo de Reitor por dois períodos, totalizando quase 19 anos como dirigente máximo de nossa instituição.

Tomaremos providências imediatas no sentido de contarmos com a atuação da Comissão da Verdade da UFPR para que recuperemos este importante artefato e possamos recoloca-lo no lugar que lhe foi destinado pela nossa comunidade há mais de 56 anos.

Que as futuras gerações possam visitar cada um de nossos campi livremente, conhecer nossa trajetória histórica com todas as lutas e contradições, avaliando a biografia de todos os homens e mulheres que ajudaram a escrever esta saga maravilhosa, dentro do seu contexto temporal, julgando com seu próprio pensamento a contribuição de cada um, colocando no devido lugar a todos nós. E preservando nossa memória, verdade e justiça!

Curitiba, 02 de abril de 2014.

Prof. Dr. Zaki Akel Sobrinho

Reitor da UFPR (SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UFPR, 2014, s/p)⁷⁸

A posição adotada pelo Reitor da Universidade por meio do comunicado, demonstra uma posição mais moderada, repudiando o ataque ao patrimônio público, reconhecendo o apoio de Flávio Suplicy de Lacerda ao regime ditatorial, todavia frisando sua participação de quase duas décadas à frente do comando da instituição.

O impasse para o busto de Suplicy começou a ser resolvido em 2017, quando a Superintendência de Comunicação Social da Universidade informou que o COUN (Conselho Universitário) aprovou por unanimidade a proposta da professora Doutora Vera Karam de Chueri, integrante da Comissão Estadual da Verdade e diretora do setor de ciências jurídicas, de criação de um museu e percurso histórico com quatro marcos, sendo o primeiro o Edifício José Munhoz de Mello, que abrigava a antiga sede da Polícia Federal, o segundo o busto de Suplicy em seu local original, em frente ao prédio da Reitoria. O terceiro marco será o Edifício D. Pedro II, que fica ao lado do prédio da reitoria, com a instalação de um marco, lembrando o protesto estudantil de 1968. Já o quarto será a construção de um busto em homenagem ao advogado e ex-professor da Universidade, José Rodrigues Vieira Netto, a ser colocado na Praça Santos Andrade. José

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portallufpr/noticias/nota-oficial-sobre-busto-do-reitor-flavio-suplicy-de-lacerda/>> Acesso em: 11 mai. 2018.

foi cassado durante a ditadura (SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UFPR, 2017, s/p).⁷⁹

O comunicado realizado pela Superintendência de Comunicação Social da Universidade foi emitido no dia 25 de maio de 2017, entretanto em maio de 2018 nenhuma das ações foi concluída, tampouco o busto do reitor recolocado no local, como podemos analisar na imagem a seguir:



Figura 18 - Monumento em que estava o busto de Flávio Suplicy de Lacerda, 5 mai. 2018⁸⁰

Fonte: Acervo do autor

Conforme podemos analisar na figura 18 a controversa honraria ainda não voltou a seu lugar de origem, sendo que este permanecendo vazio, apenas com a placa que o identifica.

2.4.3 Chácara do Alemão

Conforme já previamente analisado, o movimento estudantil foi um dos pilares no que concerne à luta contra a ditadura civil-militar no país. No Estado do Paraná não foi

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/coun-aprova-por-unanimidade-parecer-que-cria-museu-do-percurso-e-soluciona-por-meio-de-consenso-construido-pela-reitoria-da-ufpr-impassa-sobre-busto-do-ex-reitor-flavio-de-lacerda/>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

⁸⁰ Inscrição da placa: Ao Reitor magnífico Flávio Suplicy de Lacerda. Homenagem da faculdade de Filosofia pela construção de sua sede. MCMLVIII.

diferente, sendo o ano de 1968 um dos mais marcantes, resultando em uma série de confrontos entre os discentes e as forças da repressão.

A Chácara do Alemão, localizada no bairro Boqueirão, em Curitiba (FERNANDES, 2016, s/p),⁸¹ foi um local que representou de forma incontestável, porém efêmera, a força do movimento estudantil, mesmo na clandestinidade. Nesta localidade, estudantes se reuniram com o intuito de continuar as discussões interrompidas em Ibiúna.

O congresso da UNE na Chácara do Alemão ocorreu 65 dias após o de Ibiúna e 4 dias após a promulgação do AI-5, sendo que a ação policial foi imediata, interrompendo o comício ainda em seus momentos iniciais.

Vitório Sorotiuk havia sido eleito presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da Universidade Federal do Paraná em 1968 e participou do congresso em Curitiba. De acordo com seu relato, ao sair da Praça Rui Barbosa com um colega em direção ao evento, já havia percebido que estavam sendo seguidos:

O dia da organização desse congresso, quando eu saí aqui da Praça Rui Barbosa, eu estava com a prisão preventiva decretada, eu disse para quem estava indo comigo, que era o Mauro Goulart, que é falecido já... Eu disse “Mauro, a hora em que nós saímos uma pessoa baixou o jornal, nós estamos sendo vigiados”, né? E chegamos ao local do encontro,[...], eu tinha pedido para um pessoal, eu disse “eu acho que tenho que ir embora, tem que me levar daqui”... estávamos discutindo com a direção de como sair dali, que não... achava que ia cair aquilo ali [...] porque eu disse, “não, uma pessoa baixou o jornal aonde eu peguei o ônibus e tudo... isso aqui aberto e todo mundo vindo pra cá, nós vamos ser presos”. Eu estava com outro olhar... estava aguçado porque eu estava com prisão preventiva decretada (SOROTIUK, 2014, s/p)⁸²

É interessante notar que Vitório estava alerta quanto à possibilidade de estar sendo seguido, sendo que um gesto aparentemente corriqueiro, como um indivíduo abaixando um jornal tenha sido o estopim para confirmar suas suspeitas.

⁸¹ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/memorias-esparsas-da-chacara-do-alemao-a9ovivra757lryxy4fr2zt7i5>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

⁸² 01:17; 24 – 01: 18:37. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fTGYbNxD4Bg>>. Acesso em: 22 jan. 2018.



Figura 19: Estudantes presos na Chácara do Alemão⁸³

Fonte: *Diário da Tarde*, 18 dez. 1968. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/118875>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Durante a pesquisa para esta dissertação não foram encontradas imagens que mostrassem a chácara de um ângulo maior, uma vez que as fotografias disponíveis são de jornais que mostravam somente o momento da prisão dos estudantes. A figura acima mostra os estudantes sendo conduzidos com as mãos sob a cabeça por um grande aparato de policiais armados. A fotografia acima, do *Diário da Tarde*, foi acompanhada de uma reportagem que informava que os órgãos de segurança já sabiam com antecedência da realização do evento:

Em nota oficial distribuída ontem à noite, a delegacia regional do DPF diz que a ação preparatória do conclave estudantil clandestino contrário à legislação vigente vinha sendo acompanhada pelos setores de informação e segurança. As autoridades souberam, com antecedência, que Curitiba havia sido escolhida como local propício à instalação dos trabalhos interrompidos em Ibiúna, desenvolvendo-se então intensa atividade que culminou com a ampla rede estendida que colheu de surpresa os estudantes, deixando estupefatos os seus organizadores e todos os elementos - mesmo estranhos ao movimento estudantil - que pretendiam desencadear clima de intranquilidade em todo o país. No local, uma chácara alugada a um elemento de origem alemã ainda não identificado, foi apreendida vasta documentação que já se encontra em poder da Polícia Federal. Entre os documentos foi encontrada toda a planificação de

⁸³ Inscrição abaixo da imagem: Numa ação conjugada de organismos de segurança estaduais e federais foi desbaratada ontem a continuação do congresso da ex-UNE. Quarenta e dois estudantes estão presos.

todo o movimento estudantil até o próximo ano além da tese doutrinária sobre a ex-UNE. (DIÁRIO DA TARDE, 1968, s/p).⁸⁴

No fragmento acima, publicado pelo *Diário da Tarde*, podemos notar dois elementos interessantes: o fato de a própria reportagem informar que os órgãos de repressão já sabiam antecipadamente da realização do evento em Curitiba, coaduna com o relato de Vitório Sorotiuk; outro fator a ser analisado é a posição do jornal na cobertura do evento, argumentando que os estudantes pretendiam “desencadear um clima de intranquilidade no país”. A posição do periódico denota certo alinhamento ideológico com as autoridades responsáveis pelas prisões, entretanto, é importante ressaltar que a reportagem é do dia 18 de dezembro, logo após a promulgação do AI-5, portanto, a censura e vigilância já estavam vigentes sobre a imprensa.

Um fragmento do jornal *Diário do Paraná*, é bastante emblemático:

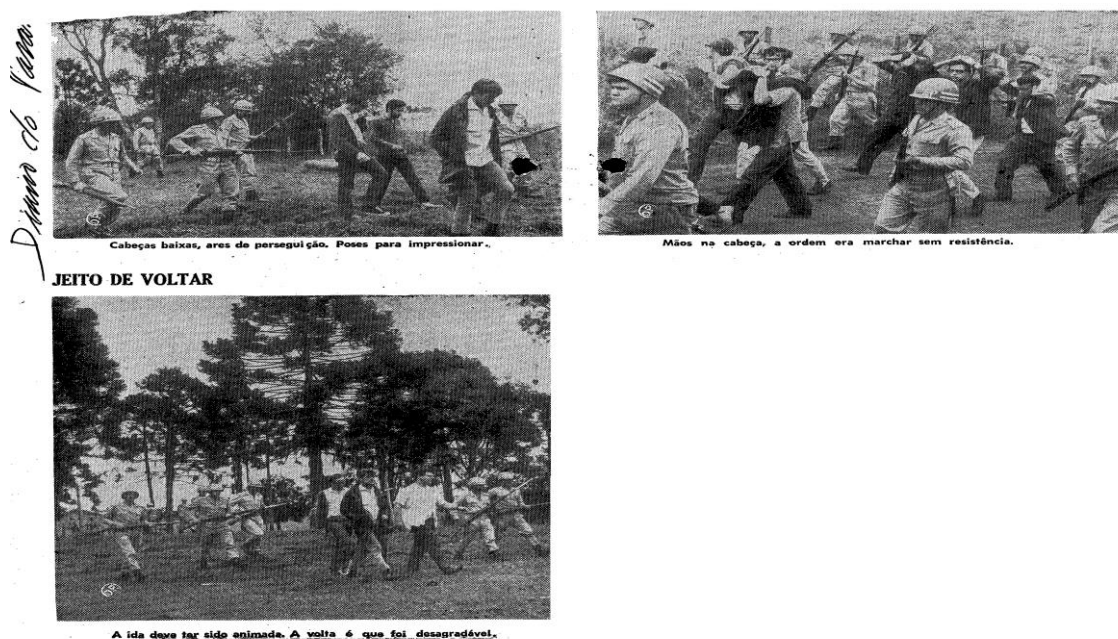


Figura 20: Estudantes presos na chácara do Alemão (2)

Fonte: *Diário do Paraná*, DEAP, DOPS. Pasta 2313. Cx 260.

Os comentários nas imagens mostram uma posição no mínimo antagônica do *Diário do Paraná* em relação à manifestação estudantil. Na primeira acima à esquerda, por exemplo, a frase “cabeças baixas, ares de perseguição. Poses para impressionar”, há

⁸⁴ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/118875>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

uma insinuação de que os estudantes estavam dissimulando para parecerem vítimas. Na segunda imagem abaixo à esquerda o periódico comenta em tom de galhofa: “A ida deve ter sido animada. A volta é que foi desagradável”.

Dos estudantes presos no evento, 15 continuaram detidos, enquanto outros foram libertados. Dentre os presos estava Judite Barboza Trindade, estudante do curso de História da UFPR, cuja militância já era exercida desde os tempos de estudante secundarista em sua cidade natal, Maringá. No advento da prisão Judite era caloura de seu curso. Sobre esta circunstância, Judite relata que,

Num primeiro momento eu tive a nítida impressão de que seria imediatamente solta como das vezes anteriores, não percebia a gravidade das circunstâncias. No segundo dia da prisão, já no final do primeiro dia, quando nós estávamos sendo qualificados e ouvidos pela Polícia Federal, pela Polícia Militar é que “caiu a ficha”. Não era a mesma coisa. Desta vez certamente haveria um desdobramento mais rigoroso, né? E foi o que aconteceu. Dos 45, 46 presos, eles soltaram todos e deixaram 15 para serem submetidos ao processo mais rigoroso. No segundo dia esta impressão de que a coisa era mais séria, ela se confirma, porque nós fomos apresentados pela imprensa. [...] e na apresentação à imprensa fica muito claro como estávamos sendo tratados: éramos estudantes subversivos ou estudantes em reunião subversiva, o que estava sobejamente proibido pelo ato 5 (AI-5). (TRINDADE, 2014, s/p)⁸⁵

O depoimento de Judite se coaduna com o fragmento de jornal que analisamos anteriormente. A matéria redigida no jornal *Diário do Paraná* mostra de forma irônica o desbaratado congresso na Chácara do Alemão. Interessante ponderar que Judite, *a priori*, acreditava que sua soltura seria imediata, o que não se confirmou, pois a estudante foi condenada a 4 anos de prisão, tendo sua pena reduzida para um ano de detenção. (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 250).

No ano de 2016, o jornalista José Carlos Fernandes, da *Gazeta do Povo*, entrevistou Eleonora Fast, então com 87 anos, sobre o comício da UNE de 1968. Suas memórias acerca do evento trazem uma história no mínimo curiosa: seu pai, que havia alugado a chácara para o conclave estudantil, tinha verdadeira ojeriza por tudo que lembrasse comunismo, uma vez que eram descendentes de alemães menonitas que estavam na Ucrânia na época da Revolução Russa e migraram deste país devido às políticas repressivas de Stálin.

⁸⁵ 08:32 – 10:15. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=F-TKlkWwm8s>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

Uma vez instalados no bairro Boqueirão, o pai de Eleonora passou a criar gado e vender leite, mas após desentendimentos com fiscais da prefeitura, a produção passou a diminuir. Desta forma, Jacob Neufeld passou a alugar e, mais tarde, arrendar a chácara.

O Congresso dos estudantes nasceu disfarçado de churrasco (HELLER, 1988, p. 310), por isso Jacob não desconfiava do que se tratava. Após as prisões, o dono da chácara precisou prestar vários depoimentos no quartel do Boqueirão, para esclarecimentos.

A chácara foi loteada no final da década de 1970, sendo, que mais tarde o processo de urbanização da região alterou sua configuração, sendo que sua localização ficava às margens da Rua Maestro Carlos Frank, próxima à Escola Municipal Leonor Castellano (FERNANDES, 2016, s/p).⁸⁶



Figura 21: Imagem de satélite com a localização da antiga “Chácara do Alemão”, 2018

Fonte: Google Maps. Disponível em: <

[https://www.google.com.br/maps/place/Escola+Ensino+Fundamental+Leonor+Castellano/@-](https://www.google.com.br/maps/place/Escola+Ensino+Fundamental+Leonor+Castellano/@-25.5206054,-49.239211,345m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x94dcfa56a32d9f11:0x39c583cf06b87cca!4b1!8m2!3d-25.520037!4d-49.238439?hl=pt-BR&authuser=0)

[25.5206054,-](https://www.google.com.br/maps/place/Escola+Ensino+Fundamental+Leonor+Castellano/@-25.5206054,-49.239211,345m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x94dcfa56a32d9f11:0x39c583cf06b87cca!4b1!8m2!3d-25.520037!4d-49.238439?hl=pt-BR&authuser=0)

[49.239211,345m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x94dcfa56a32d9f11:0x39c583cf06b87cca!4b1!8m2!3d-](https://www.google.com.br/maps/place/Escola+Ensino+Fundamental+Leonor+Castellano/@-25.5206054,-49.239211,345m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x94dcfa56a32d9f11:0x39c583cf06b87cca!4b1!8m2!3d-25.520037!4d-49.238439?hl=pt-BR&authuser=0)

[25.520037!4d-49.238439?hl=pt-BR&authuser=0](https://www.google.com.br/maps/place/Escola+Ensino+Fundamental+Leonor+Castellano/@-25.5206054,-49.239211,345m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x94dcfa56a32d9f11:0x39c583cf06b87cca!4b1!8m2!3d-25.520037!4d-49.238439?hl=pt-BR&authuser=0) >. Acesso em: 12 mai. 2018.

⁸⁶ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/memorias-esparsas-da-chacara-do-alemao-a9ovivra757lryxy4fr2zt7i5>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

Na imagem de satélite podemos notar o avançado processo de urbanização sobre a região, desconfigurando o que seria o local em que o Congresso da UNE se reuniu em 1968. A chácara, conforme comentamos e podemos constatar por meio da imagem, não existe mais.

2.4.4 Edifício Santa Maria/Praça Zacarias

Tanto o edifício Santa Maria, em que o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil estava localizado quanto a Praça Zacarias podem ser considerados como locais de resistência. O primeiro, por estar ligado a trabalhadores que procuravam seus direitos em uma época de arrocho salarial e inflação galopante, como já previamente dissertado no exemplo citado das operárias que haviam tentado uma negociação para resolver o impasse das horas extras que não haviam recebido.

Já com relação à Praça Zacarias, os primeiros movimentos da greve foram em seu entorno, mais precisamente em frente ao edifício Santa Maria, sendo os grevistas transferidos mais tarde para a praça do Atlético Paranaense, no bairro Rebouças.

O jornal *Diário da Tarde* (cuja capa foi analisada anteriormente) publicou a seguinte manchete acerca da manifestação da Praça Zacarias:

Quatro prisões durante a greve dos pedreiros

Com quatro prisões, a realização de uma concentração de mais de dois mil pedreiros e serventes, e confrontos com a polícia, a greve dos 3.600 operários da construção civil de Curitiba foi marcada ontem ainda (2º dia), pelo fechamento antecipado de casas bancárias, como é o caso do Banco do Brasil que cerrou as portas às 15 horas pelas confusões do trânsito, e por confrontos com a polícia, que por sua vez terminaram em cassetadas.

A paralização ontem, de 27 obras de grandes empresas, tais como a Cidadela, a Habitação, Nova Era, Vaticano, Sacamori, Independência, Pazzini e outras, motivou os operários [a] reunirem-se numa grande concentração, na Praça Zacarias, defronte ao edifício Santa Maria onde funciona o sindicato. Nesse local eles ficaram à espera da resposta à reivindicação salarial de 80 por cento feita aos patrões. E, os patrões mantinham-se reunidos na Delegacia Regional do Trabalho, a fim de encontrarem uma solução ao impasse da exigência considerada “altíssima” pela classe patronal.

Depois de dispersados na Praça Osório foram enviados à praça do Atlético, onde deveriam finalmente, receber, às 18 horas, a resposta esperada. Porém, antes de partirem, ocorreu um tumulto, quando uma lata lançada ao ar, caiu sobre a cabeça do comandante das operações policiais, Eloi França. Logo a seguir, um operário foi preso.

Na praça do Atlético eles foram novamente dispersados pela polícia, pois na DRT nenhuma resposta fora definida, transferindo-se a reunião para às 8 horas de hoje, e a resposta para às 11 horas, naquela praça.

Decepcionados, serventes e pedreiros dirigiram-se ao centro da cidade onde um forte policiamento resguardava os ambientes. Mesmo assim, eles entraram em confronto com a PM, na Rua Ermelino de Leão, onde três outros operários foram presos, recebendo cacetadas.

A dificuldade de chegar a um acordo na intermediação da DRT, prende-se ao aumento que os operários tiveram em 1º de novembro (os serventes passaram a ganhar Cr\$ 2.989,00), e ao aumento dos pedreiros, previsto para o dia 1º de dezembro, quando eles passarão a ganhar Cr\$ 4.140,00⁸⁷. (DIÁRIO DA TARDE, 1979, p. 2)⁸⁸

Conforme relata o jornal, os trabalhadores não tiveram sua reivindicação atendida naquele dia, sendo que mais tarde houve confronto com a PM. Na mesma edição, o periódico afirma que a Praça Zacarias estava com um forte contingente policial, com mais de duzentos homens para garantir a segurança do local.



Figura 22: Trabalhadores da construção civil e policiais na Praça Zacarias durante a greve de 1979

Fonte: *Diário da Tarde*, 4 nov. 1979, p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/800074/144938>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

⁸⁷ Para fins de comparação, o salário mínimo em 1979 teve dois aumentos, sendo que em maio seu valor passou de para 1.570,00 para Cr\$ 2.268,00. Já no mês de novembro o novo valor foi de Cr\$2.932,80. Fonte: <<http://www.oabsp.org.br/subs/saoluizdoparaiteinga/noticias/valores-do-salario-minimo-nacional-desde-sua>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

⁸⁸ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/800074/144938>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

É imperativo frisar que separar uma manifestação especificamente contra a ditadura de movimentos que criticavam a conjuntura econômica e/ou social da época nem sempre é possível, uma vez que determinados problemas estão correlacionados ao refluxo do regime, como a crise econômica da segunda metade da década de 1970, que ajudou na eclosão de movimentos trabalhistas exigindo reposição salarial e, conseqüentemente o fim da ditadura.

Durante o período do chamado “milagre econômico”, um misto de repressão oriunda do AI-5 (e orientação política de Garrastazu Médici) com bons resultados da economia colaborou na diminuição de greves e movimentos massivos. Já nos governos seguintes, o processo de abertura política, desgaste do regime, situação econômica desfavorável e insatisfação popular contribuíram para que o povo voltasse às ruas com novas demandas, dentre elas a abertura democrática.



Figura 23: Praça Zacarias na atualidade, 2018

Fonte: Acervo do autor.

A figura 23 mostra a Praça Zacarias na atualidade, sendo que o edifício Santa Maria é o prédio localizado à esquerda da imagem. O Sindicato dos Trabalhadores da

Construção Civil de Curitiba não se encontra mais nesta localidade, sendo que o atual endereço fica na Rua Trajano Reis, 538, no centro da capital.

2.4.5 Rua XV de Novembro – Centro de Curitiba

No momento em que o fim do regime de exceção parecia cada vez mais tangível, uma série de manifestações exigindo o fim da ditadura tomava proporções cada vez maiores.

Neste sentido, com relação a locais emblemáticos de resistência ao regime, a Rua XV de Novembro, localizada na região central de Curitiba, foi marcante no pioneiro comício pelas Diretas Já, realizado no dia 12 de janeiro de 1984 (OLINDA, 2009, s/p)⁸⁹. A organização do evento ficou a cargo de Álvaro Dias (OLIVEIRA; SAHD; CALCIOLARI, 2014, p. 166), então presidente do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), com apenas doze dias de preparação. Dias contou com a ajuda de Ulysses Guimarães para convocar a população. O então peemedebista trouxe Osmar Santos para fazer o trabalho de locutor do comício, além de mobilizar diversas lideranças políticas, bem como intelectuais e artistas, para a causa. De acordo com o relato de Álvaro Dias, o governador do Paraná à época, José Richa, não acreditava muito na capacidade de mobilização do comício:

Aí eu fui até o hotel Del Rey, peguei o telefone, liguei para ele e disse: “Richa, a sua Polícia Militar diz que tem 60 mil pessoas no comício. Tá bom para você?” [Risos]. Ele falou, “O quê? Tem 60 mil pessoas?” Ele falou, “O quê? Você está mentindo?” Eu disse, “não, tem 60 mil pessoas, pode vir”. [...] Ele foi e até veio de gravata para o comício. Subiu ao palanque e viu que era uma multidão. (DIAS, 2014, s/p)⁹⁰

Mensurar o número de participantes é tarefa árdua, pois os relatos variam bastante. O jornal *Gazeta do Povo* (OLINDA, 2009, s/p)⁹¹ argumenta que o número varia de 10 a 60 mil pessoas. Independente da questão numérica, o comício foi de suma importância,

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/curitiba-foi-pioneira-na-campanha-bdzz1yc2vvn0dlfk33y08r4e>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

⁹⁰ 27:25 - 27:56. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mawe3-PDsBQ>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

⁹¹ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/curitiba-foi-pioneira-na-campanha-bdzz1yc2vvn0dlfk33y08r4e>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

pois após esta manifestação, surgiram diversas outras no país, exigindo a volta da democracia e eleições diretas.



Figura 24: Comício pelas Diretas Já na Boca Maldita em Curitiba, 12 jan. 1984

Fonte: *Gazeta do Povo*, 24 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/curitiba-foi-pioneira-na-campanha-bdzz1yc2vvn0dlfk33y08r4e>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

Analisando a figura 24, podemos notar que, de fato, havia uma multidão reunida, desde a Boca Maldita, até uma grande extensão da Rua XV de Novembro. A despeito de faltar uma precisão no número de manifestantes, o fato é que a grande quantidade de pessoas foi surpreendente para um evento organizado em poucos dias.

Sobre a importância da campanha de Curitiba para o crescimento do movimento no restante do país, Dias argumenta que

A partir daí a campanha das Diretas deslanchou. Eu creio que foi fundamental esse comício de Curitiba....Se ele tivesse fracassado, não sei se teríamos o mesmo embalo a seguir. Talvez demorássemos um pouco para estimular mesmo a participação. Mas depois vieram os outros artistas, os outros políticos, aí... O Lula veio depois, aqui em Curitiba ele não esteve... a partir da praça da Sé. Enfim, aí jogadores de futebol como o Sócrates [...] Aí a imprensa passou a dar uma cobertura maior, né... até o primeiro comício não era essa cobertura, por isso nós tivemos que fazer uma inserção paga, um chamamento,

aí foi inclusive na Globo também, um chamamento que eu acho que ajudou bastante a mobilizar a população. (DIAS, 2014, s/p)⁹²

De acordo com seu ponto de vista, o primeiro comício pelas Diretas Já em Curitiba foi preponderante para as próximas manifestações, sendo que inclusive nesta a mídia só cedeu espaço após a inclusão de um pronunciamento pago na televisão.



Figura 25: A Boca Maldita na atualidade, 2018

Fonte: acervo do autor.

A figura 25 mostra a Boca Maldita em maio de 2018. O local, assim como uma grande extensão da Rua XV de Novembro continua sendo palco de diversas manifestações, das mais variadas matizes.

Ao longo deste capítulo, explanamos a resistência à ditadura, bem como os locais que marcaram a luta contra a repressão. Apesar de o maior partido de esquerda, o PCB, ter optado pela via pacífica em detrimento da luta armada, acabou sendo perseguido pelo regime repressivo quando obteve maioria na eleição de 1974, sendo alvo, no Estado do Paraná, na Operação Marumbi. Apesar disso, outros movimentos fizeram questão de lutar contra o regime, como os estudantes, sobretudo no ano de 1968, protagonizando episódios memoráveis, como a “batalha do Politécnico”, a ocupação na Reitoria da UFPR, resultando em uma vitória, pois a partir daquele episódio a implantação do ensino pago nas Universidades foi cancelado, e o frustrado Comício da UNE, na “Chácara do

⁹² 20:00 – 30:07.

Alemão”. Como vários movimentos ao longo da história, os estudantes sofreram reveses e conquistaram vitória, mas deixaram seu legado registrado para a posteridade.

Sabemos que o AI-5 e o consequente recrudesimento da repressão inviabilizaram manifestações de massa, sendo que esta época (1968-1974) é marcada pelo aumento da luta armada e de focos guerrilheiros por várias partes do país, resultando em um grande número de prisões e mortes.

A partir de 1975, uma série de fatores levou à queda do regime, tais como a crise econômica, permeada por uma inflação galopante e defasagem dos salários, o início da abertura “lenta gradual e segura” com Ernesto Geisel, com a Lei da Anistia e revogação do AI-5, as inúmeras greves que sacudiram o país, bem como a reorganização dos movimentos de massa que exigiam o fim do regime e a volta da democracia.

3. SITE “DITADURA EM CURITIBA”: APONTAMENTOS E REFERENCIAIS

Neste capítulo, discutiremos o processo de elaboração do site *Ditadura em Curitiba*, bem como alguns referenciais para sua elaboração. Pretendemos também mostrar a contribuição deste portal para a História Local, ao relacionar elementos que podem ser utilizados para pesquisa e demais atividades escolares.

Todavia, nesta primeira seção do capítulo, explanaremos brevemente a maneira como a ditadura civil-militar é abordada no ensino de História, para que possamos apontar um avanço que esperamos trazer para esta temática.

3.1 ENSINO DE HISTÓRIA E DITADURA CIVIL-MILITAR

Partindo de um estudo acerca de diferentes abordagens adotadas no ensino de História ao longo dos anos, com base em livros didáticos escolares utilizados durante o período de 1970 a 2000, Pereira e Pereira (2011) ressaltam que os materiais das décadas de 1970 e 1980 apontam as crises econômicas e a suposta inabilidade de Jango como causas das origens do golpe (PEREIRA; PEREIRA, 2011). Já nos anos posteriores estas origens não aparecem, dando lugar para outras novas razões, a saber: os choques entre a esquerda e a direita, os eventos de março de 1964, como o comício de Jango em que eram anunciadas reformas estruturais no país, o que revoltou a classe empresarial, a política desenvolvimentista da década de 50 e a crise, que havia começado ainda com a renúncia de Jânio Quadros (PEREIRA; PEREIRA, 2011, p. 201).

Por um lado, é possível afirmar que, em comum, estes livros analisados pelos autores apresentavam uma ideia de inexorabilidade do golpe, sendo uma consequência lógica das ações de um presidente fraco, sendo que “as diversas possibilidades ‘perdidas’ pelos ‘atores’ entre 1961-1964, as discontinuidades, ‘as alternativas disponíveis em conjunturas críticas durante a presidência de Goulart’ não são mencionadas por nenhum dos 60 livros analisados” (PEREIRA; PEREIRA, 2011, p. 209). Ou seja, apesar das diferenças entre as obras examinadas, o ponto em comum é uma certa simplificação em relação à multiplicidade de fatores que levaram à implantação do regime.⁹³

Por outro lado, Bezerra (BEZERRA, 2017) analisou dois livros didáticos de épocas diferentes, mas que possuíam a mesma temática: o livro *História do Brasil*, dos autores

⁹³ Embora o foco de nossa discussão não seja análise de livros didáticos, mencionamos aqui apenas para mensurar as abordagens acerca da temática que estamos discutindo no âmbito educacional.

Francisco de Assis Silva e Pedro Ivo Bastos, 1ª edição, publicada do ano de 1976, fazendo um contraponto com a obra *História Global* de Gilberto Cotrim, publicado em 2016. Bezerra pondera que a primeira obra retratava os governos de Castello Branco e Costa e Silva, utilizando termos como “revolução” para retratar o golpe e a expressão “terrorismo” para designar aqueles que optavam pela luta armada. Já na segunda obra, a autora nota que, além de uma análise mais crítica sobre o autoritarismo, há também destaque para a participação civil na implantação do regime, mostrando uma maior pluralidade.

Esta visão mais abrangente que permeia o Ensino de História dos últimos anos não pode ser desvinculada dos avanços da produção acadêmica. Silva (SILVA, 2009, p. 23-36) defende que os docentes devem se relacionar com a produção erudita de forma crítica, chegando a novas conclusões, bem como, analisa que a produção acadêmica mais recente sobre a ditadura civil-militar precisa chegar ainda mais ao ambiente escolar e na sociedade em geral, pois as relações entre Historiografia e a Memória Social ainda se encontram limitadas, dando espaço para obras que carecem de rigor analítico e ainda sustentam visões no mínimo controversas, como é o caso do sucesso da série *As Ilusões Armadas*, de Elio Gaspari (SILVA, 2009, p. 34-35).

Um exemplo interessante a ser citado no que concerne tanto a uma aproximação entre o universo acadêmico e o ambiente escolar quanto a inserção da História Local, se deu com o Grupo de Estudos Ensino de História (GEEH) da Universidade Federal do Paraná, em um trabalho desenvolvido em 2009 pela professora Nadia Gaiofatto Gonçalves (2011), no qual participaram graduandos de História e professores da educação básica, fazendo um intercâmbio entre o conhecimento produzido na Universidade e a prática docente escolar, por meio de discussões de textos acadêmicos na Universidade e do desenvolvimento empírico de material didático no ambiente escolar. Neste trabalho, o tema escolhido foi exatamente a ditadura civil-militar no Paraná, sendo que os participantes coletaram fontes em locais como a Biblioteca Pública e no Arquivo Público do Estado, para serem utilizados no desenvolvimento do projeto. E, ao trabalhar diversos documentos contemplando diferentes pontos de vista, o grupo mostrou distintos olhares e possibilidades acerca da temática selecionada, contribuindo para um aprendizado significativo. Com o intuito de promover a discussão dos dados coletados e dos distintos posicionamentos em seu grupo de estudos, Gonçalves aponta alguns pressupostos que dialogam com nossa intenção ao elaborar esta dissertação:

- 1) de que há clareza, por parte do professor, sobre não haver uma verdade absoluta a respeito dos eventos e fatos históricos, mas versões possíveis, não necessariamente excludentes entre si. Embora esse primeiro pressuposto pareça óbvio, é comum haver dificuldade em enunciar e trabalhar essa concepção de História, permeando os conteúdos em sala de aula;
- 2) de que documentos são registros parciais, limitados, de olhares possíveis a respeito de práticas e eventos históricos;
- 3) de que as fontes possíveis para a História abrangem, além de registros oficiais, objetos, registros orais, produções escritas não formais, iconografia, enfim, quaisquer vestígios a respeito do fato ou tema a ser problematizado e explicado/compreendido historicamente;
- 4) de que o ensino de História deve efetivamente superar radicalismos, desde o conteúdo pelo conteúdo, às habilidades e competências, ou ainda à militância. A compreensão aqui é de que desenvolver habilidades e competências é fundamental, mas que somente isso, sem conhecimento do conteúdo específico, é um aprendizado limitado; e a formação crítica não pode ser equivocadamente confundida com militância ou fundamentalismo, quando não se ensina a pensar, mas o que pensar;
- 5) de que a problematização e compreensão da História pode ser mais interessante ao estudante se mais próxima dele. Essa proposição pode ser um ponto de partida profícuo para o ensino de História, por várias razões, entre as quais: explora-se a historicidade e o contexto mais próximos do tema, com relações que vão muito além do local, mas que também o consideram, e o aluno pode compreender-se como agente histórico, que constrói, modifica ou mantém práticas e compreensões do mundo;
- 6) de que o processo de construção do conhecimento histórico deve ser gradativamente construído no ensino fundamental e médio como um todo, e que é viável inclusive como forma de superação do dilema quantidade (de conteúdo) versus qualidade de aprofundamento, problematização e construção desse aprendizado. (GONÇALVES, 2011, p. 940)

Os itens elencados acima dialogam com nossa visão do que seria um ensino de História baseado em uma visão reflexiva, respeitando a autonomia discente e contribuindo para a construção do conhecimento histórico em sala de aula.

Portanto, tanto nossa dissertação quanto o site desenvolvido objetivam trabalhar com o enfoque da História Local justamente para dar ênfase às relações entre pessoas comuns no enfrentamento ao regime, mostrando a multiplicidade de agentes imbricados no processo de construção da realidade histórica. Ademais, ao trazer tal temática para a especificidade local, pretendemos contribuir para uma reflexão pedagógica na qual o aluno perceba que faz parte do processo histórico, desmitificando a ideia de uma História que não se relaciona com o seu cotidiano. Logo, com os roteiros de locais relevantes ao estudo da ditadura civil-militar em Curitiba, abre-se a possibilidade de explorar sua cidade e dialogar sobre as diversas funções que estes lugares tiveram ao longo do tempo, ressaltando que a realidade foi construída não de maneira natural ou inexorável, e sim por meio de um processo de ações de múltiplos agentes.

3.2 A IMPORTÂNCIA DAS TICS NO ENSINO DE HISTÓRIA E A CONSTRUÇÃO DO SITE DITADURA EM CURITIBA

As TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) têm feito parte do cotidiano de um grande contingente de pessoas, nas mais variáveis esferas: utilizamo-nos delas desde tarefas básicas do cotidiano até mesmo para assuntos profissionais. Um exemplo concreto é a própria dissertação de mestrado que desenvolvemos, uma vez que grande parte dos artigos utilizados foram pesquisados na internet. Dessa forma, a inserção das TICs na educação é uma realidade cada vez mais presente, e de certa forma, inevitável. Conforme pondera Vani Moreira Tenski,

A linguagem digital, expressa em múltiplas TICs, impõe mudanças radicais nas formas de acesso a à informação, à cultura e ao entretenimento. O poder da linguagem digital, baseado no acesso a computadores e todos os seus periféricos, à internet, aos jogos eletrônicos, etc., com todas as possibilidades de convergência e sinergia entre as mais variadas aplicações dessas mídias, influencia cada vez mais a constituição de conhecimentos, valores e atitudes. Cria-se uma nova cultura e uma outra realidade informacional. (KENSKI, 2007, p. 33)

Todavia, em relação ao ensino de História, a utilização das TICs pode ser uma faca de dois gumes, pois é fato corriqueiro alunos fazerem suas pesquisas na internet e não verificarem a veracidade das informações coletadas, resultando, muitas vezes em trabalhos de qualidade duvidosa, quando não cópias diretas.

O site *Ditadura em Curitiba* foi criado para auxiliar nesta difícil tarefa, uma vez que o conteúdo disponibilizado traz o rigor histórico com linguagem acessível e indicações de extensa bibliografia. Além destas vantagens, colocamos à disposição do internauta fontes primárias, como pastas temáticas da DOPS para que todos possam acessá-las e analisar seu conteúdo. Dentre os benefícios de se utilizar essas novas tecnologias, a professora Verena Alberti enfatiza que “a vantagem das TICs está, justamente, no fato de tornarem possível disponibilizar um grande volume de documentos, em diferentes formatos, como textos, filmes, arquivos de áudio e imagens – possibilidade que um livro impresso não comporta” (ALBERTI, 2012, p. 66).

Fazemos questão de mencionar uma grande influência na construção do site *Ditadura em Curitiba*. Ao realizar pesquisas para procurar a melhor maneira de construir nosso portal, encontramos inspiração no portal *Passados Presentes*, no qual é abordada a escravidão, resistência e cultura afro-brasileira. A plataforma está disponível no endereço: <http://passadospresentes.com.br>, e foi desenvolvida pelas historiadoras Hebe Mattos,

Martha Abreu e Keila Grinberg. Este projeto chama a atenção por ser acessível ao público geral, unindo linguagem inteligível a vários públicos sem perder o rigor historiográfico. Nele, o internauta pode acessar locais de memória da escravidão em todo o Brasil, além de encontrar informações relativas a patrimônio imaterial da cultura afro-brasileira.

Apenas como exemplo, no portal *Passados presentes*, ao clicarmos em um ponto selecionado no mapa, somos redirecionados a uma seção que traz informações sobre o local escolhido, como nas imagens abaixo:

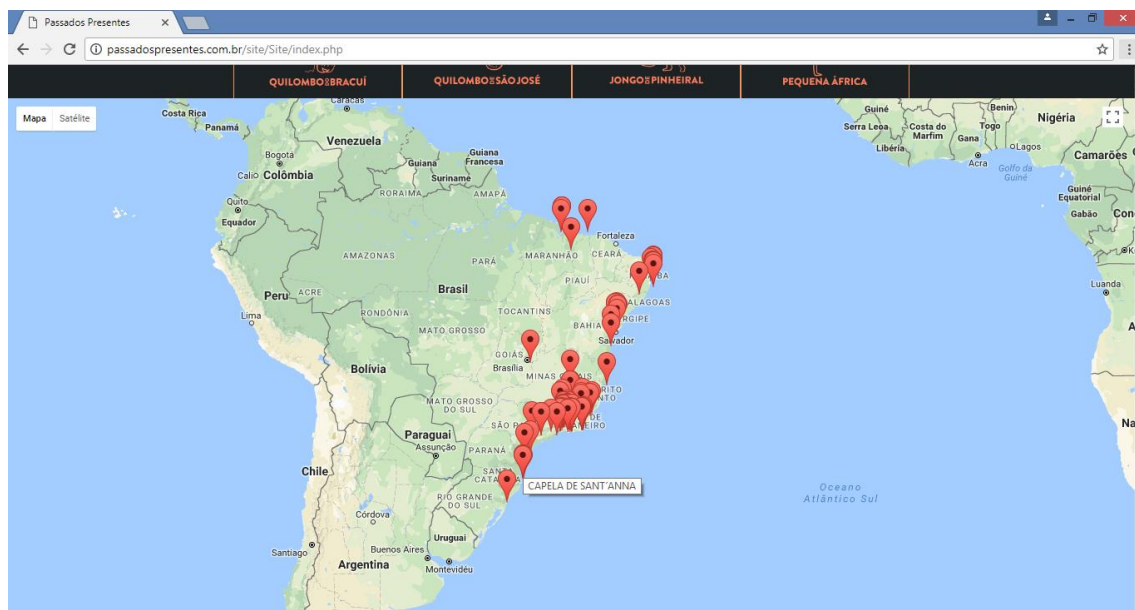


Figura 26: Mapeamento dos locais de memória da escravidão no Brasil

Fonte: Disponível em: <<http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>>. Acesso em: 25 out. 2017.

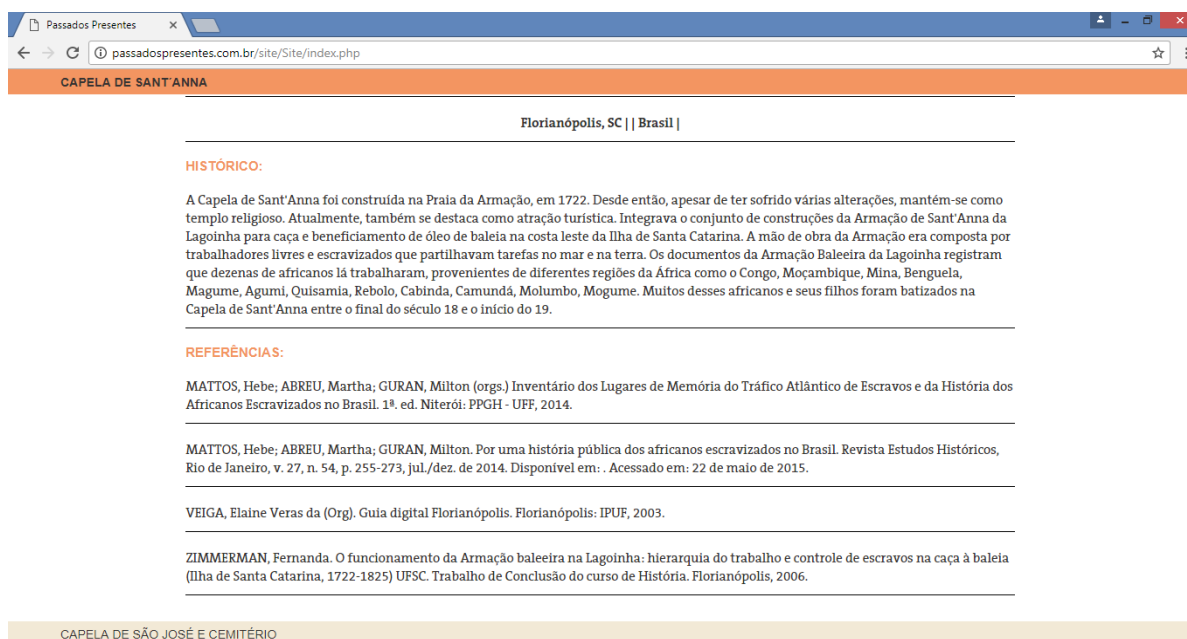


Figura 27: Informações do local escolhido

Fonte: Disponível em: <<http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>>. Acesso em: 25 out. 2017.

Desta forma, para quem possui interesse em aprofundar as leituras acerca de determinado tema, pode acessar a bibliografia disponível no final de cada sessão. Em nosso material, além de indicarmos as referências com o mesmo rigor, disponibilizamos uma lista com bibliografia complementar para quem possuir interesse.

Escolhemos o modelo digital em detrimento de um material a ser impresso por possuir a vantagem de poder sempre ser alimentado com novas informações que sejam pertinentes, assim podemos aperfeiçoar cada vez mais o *site*.

Em nosso site disponibilizamos os seguintes elementos que podem atuar no sentido de trazer um avanço nos estudos sobre a ditadura em Curitiba: a) locais de repressão; b) locais de resistência; c) roteiros históricos; d) pastas temáticas da DOPS; e) vídeos; f) para saber mais. Adiante, vamos expor com maiores detalhes cada item presente em nosso portal, bem como a função de cada um.

A seguir, apresentamos o *site Ditadura em Curitiba*.



Figura 28: Página inicial do site *Ditadura em Curitiba*

Fonte: Disponível em: <www.ditaduraemcuritiba.com.br>. Acesso em: 17 fev. 2018.

A imagem acima mostra a página inicial do *site*, sendo que colocamos uma imagem com jornais e revistas com notícias inerentes ao período repressivo, de modo que esta é a primeira imagem que o internauta tem contato ao entrar no endereço. Abaixo da imagem, deixamos uma mensagem introdutória, informando o leitor da intenção de nosso projeto. Segue uma transcrição da mensagem:

O Projeto

A ditadura civil-militar (1964-1985) é um tema amplamente discutido no ensino de História no Brasil, todavia, com ênfase no eixo Rio-São Paulo e esporadicamente englobando a Guerrilha do Araguaia. O Estado do Paraná, portanto, não costuma estar entre as localidades relacionadas ao período repressivo no Brasil. Esta lacuna foi o ponto de partida para o desenvolvimento deste projeto, cujo intuito é discutir as memórias acerca da ditadura no Paraná e sobretudo na cidade de Curitiba, a partir de um mapeamento dos principais locais que representam a repressão e a resistência neste conturbado período de nossa história.

A intenção de desenvolver este site surgiu durante o mestrado profissional em Ensino de História (Profhistória), na Universidade Federal do Paraná. Após várias reflexões oriundas de discussões com professores e colegas, constatamos a necessidade de destacar uma parte importante de nossa História Local, tão pouco trabalhada no Estado. Acreditamos que ao aproximar as pessoas de sua localidade por meio da História, podemos tornar seu aprendizado mais profícuo e interessante.

Por meio deste projeto, professores, alunos e demais interessados podem acessar informações e trabalhar com fontes primárias, como pastas temáticas da DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) e vídeos de depoimentos de indivíduos que lutaram contra o regime, bem como jornais da época.

Luiz Gabriel da Silva

Graduado em História pela PUCPR (2012)

Especialista em História e Geografia do Paraná pelas Faculdades Itcne de Cascavel (2017)

Mestrando no programa Profhistória pela Universidade Federal do Paraná.

Ao clicar na segunda aba do menu, a seção é relacionada aos locais utilizados pela repressão, sendo que colocamos informações acerca destes lugares, bem como referências em notas de rodapé, para que o leitor possa saber a fonte das informações disponibilizadas:



Figura 29: Menu de seleção dos locais inerentes à repressão

Fonte: Disponível em: <www.ditaduraemcuritiba.com.br>. Acesso em: 17 fev. 2018.

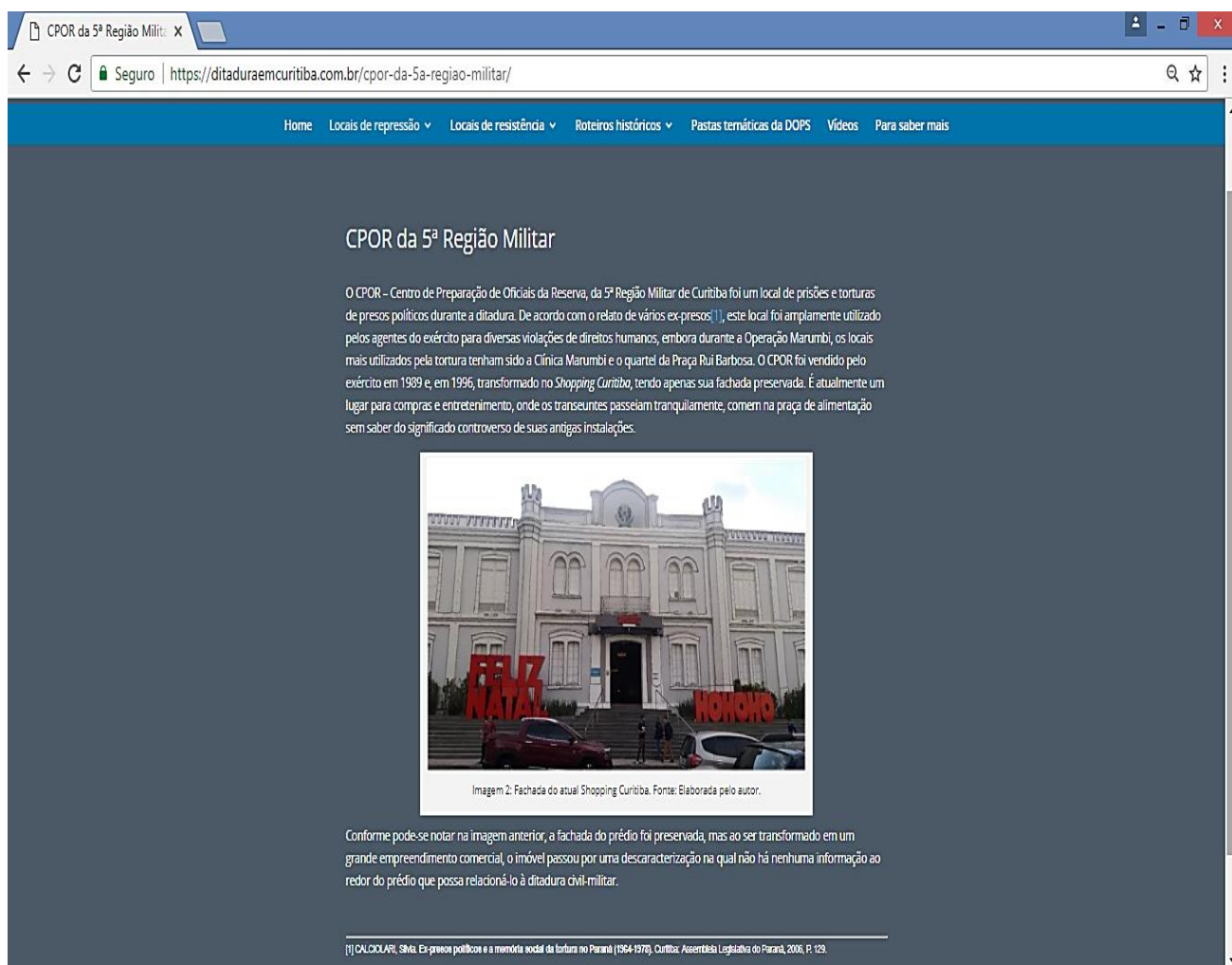


Figura 30: Indicação do CPOR dentro do menu de locais utilizados pela repressão

Fonte: Disponível em: <<https://ditaduraemcuritiba.com.br/cpor-da-5a-regiao-militar/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

A figura 29 mostra o menu dos locais utilizados pela repressão, já na figura 30 mostramos um exemplo retirado do site, sendo o C.P.O.R. (já sinalizado no primeiro capítulo dessa dissertação), com um texto sobre o local, bem como uma fotografia de seu estado atual e as referências em nota de rodapé. Na próxima seção, o internauta pode acessar os locais de resistência, como no exemplo abaixo:



Figura 31: Menu dos locais ligados à resistência

Fonte: Disponível em: <www.ditaduraemcuritiba.com.br>. Acesso em: 17 fev. 2018.



Figura 32: A *Chácara do Alemão* como local de resistência

Fonte: Disponível em: <www.ditaduraemcuritiba.com.br>. Acesso em: 17 fev. 2018.

Na figura 31 mostramos o menu inerente aos locais de resistência. Já na figura 32 utilizamos como exemplo a “Chácara do Alemão”, que conforme citado no primeiro capítulo foi um importante local em relação ao movimento estudantil, utilizado em um congresso clandestino da UNE. Na próxima imagem mostramos o mapeamento destes locais.

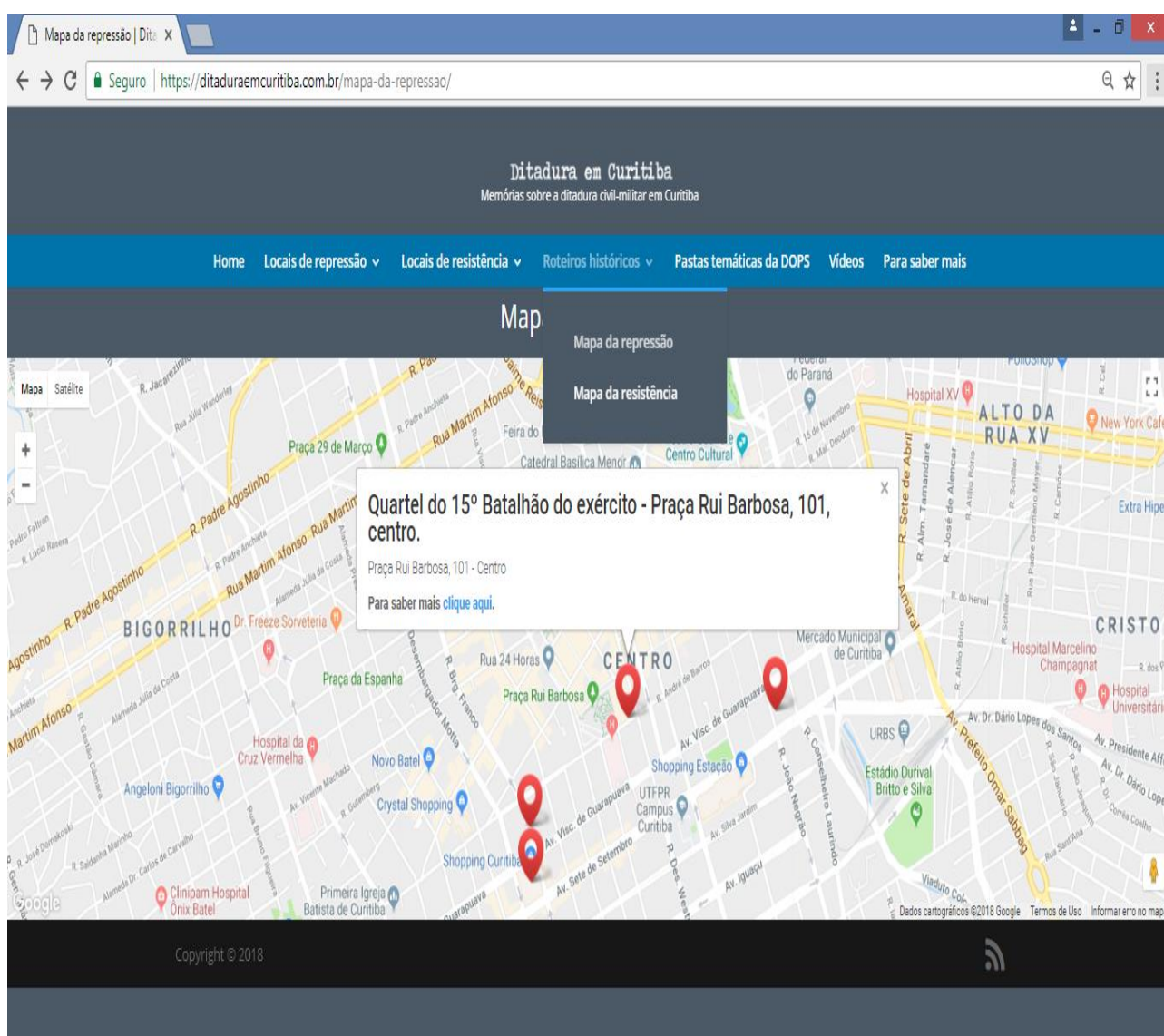


Figura 33: Locais de repressão sinalizados no menu roteiros históricos

Fonte: Disponível em: <<https://ditaduraemcuritiba.com.br/mapa-da-repressao/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

Na imagem acima, podemos ver os pontos sinalizados dos locais inerentes à repressão em Curitiba. Ao dar um *zoom* no mapa, o leitor pode ver os nomes das ruas, sendo que ao clicar nos pontos em vermelho, é redirecionado ao local selecionado, com uma descrição do mesmo.

Por meio desta seção do menu, o internauta pode traçar um roteiro para conhecer pessoalmente essas localidades, pois muitas delas estão inseridas no centro de Curitiba. Sugerimos que professores que possuam a disponibilidade para tal, levem seus alunos para uma aula de campo.

Circe Bittencourt chama a atenção para três aspectos que englobam o estudo de locais a serem visitados: “O aprofundamento de conteúdos (conceitos e informações de cada uma das disciplinas envolvidas), a socialização dos alunos e sua formação intelectual (observação, comparação, analogias)” (BITTENCOURT, 2004, p. 281). Portanto, a observação de determinados locais históricos “possibilita que os alunos, a partir das séries iniciais, sejam introduzidos no método de investigação histórica e desenvolvam o tão desejado ‘pensamento crítico’” (BITTENCOURT, 2004, p. 281). Embora a intenção não seja trabalhar com as séries iniciais, o conceito de investigação histórica se aplica também às turmas com as quais pretendemos trabalhar, a saber 9º ano de Ensino Fundamental II e 3º ano do Ensino Médio.

Caso não seja possível uma visita *in loco*, a própria análise do *site* proporciona um conhecimento acerca destes locais. Ao selecionar o mapa da resistência, o procedimento é o mesmo. Abaixo, mostramos a seção de pastas temáticas da DOPS:



Figura 34: Pastas temáticas da DOPS

Fonte: Disponível em: <<https://ditaduraemcuritiba.com.br/pastas-tematicas-da-dops/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

Deixamos nesta parte uma mensagem àqueles que acessarem o site:

Pastas temáticas da DOPS

Esta seção foi desenvolvida com o intuito de possibilitar acesso a uma pequena parte do acervo da DOPS, sobretudo na época da ditadura. Através desta documentação, você pode ter acesso a fontes primárias, estudando e analisando parte do acervo documental da repressão. Para acesso a mais pastas, sugerimos que você contate o Arquivo Público do Estado do Paraná, através do telefone (41) 3352-2299 ou do site <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Para se ter uma ideia da longevidade desta instituição, a DOPS monitorou indivíduos de 1937 a 1989. São mais de 92 metros lineares de documentação, mais tarde digitalizada, totalizando 37 mil pastas individuais e 2.143 pastas temáticas (imprensa, imigração, movimentos estudantis, partidos políticos, entre outros). Meus primeiros contatos com estas pastas se deram no ano de 2011, quando fiz parte do quadro de estagiários do Arquivo Público.

Boa investigação!

Luiz Gabriel da Silva

As pastas estão disponíveis para *download*, uma vez que se tratam de documentos de domínio público. Procuramos instigar aqueles que possuem interesse em trabalhar com estas fontes que entrem em contato com o Arquivo Público do Paraná, desta forma, tanto nessa seção quanto na próxima a ser comentada, procuramos despertar a autonomia dos professores e alunos, uma vez que o site foi construído visando o ensino e pesquisa de História, sobretudo a local, embora não seja restrito ao âmbito estudantil.

Na imagem a seguir, disponibilizamos os vídeos do projeto Depoimentos para a História, da DH PAZ.

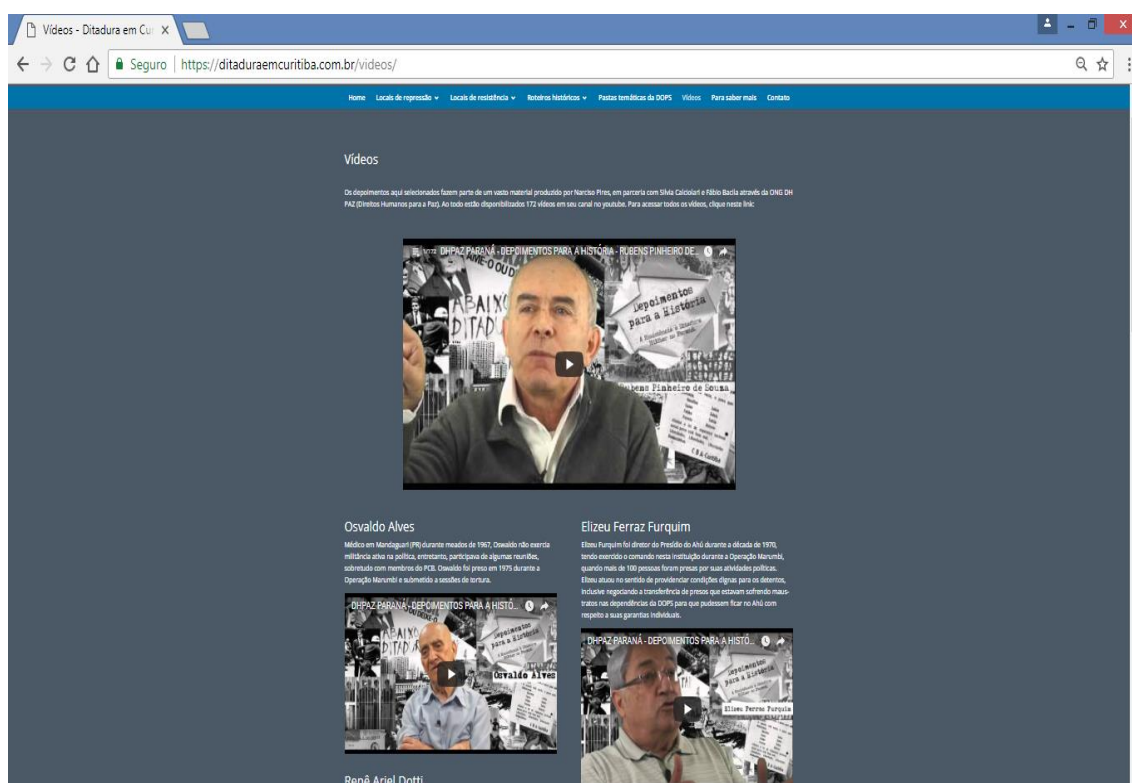


Figura 35: Vídeos do projeto Depoimentos para a História

Fonte: Disponível em: <<https://ditaduraemcuritiba.com.br/videos/>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

Na figura 35 mostramos a seção em que disponibilizamos os 172 vídeos do projeto *Depoimentos para a História*. Ao clicar no primeiro vídeo, internauta é direcionado para a página do youtube da ONG DH Paz, tendo acesso a todos os vídeos. Além desse *link*, mais abaixo em nosso *site*, destacamos os depoimentos utilizados nesta dissertação.

Na próxima imagem, mostramos a indicação de várias leituras e *sites*.

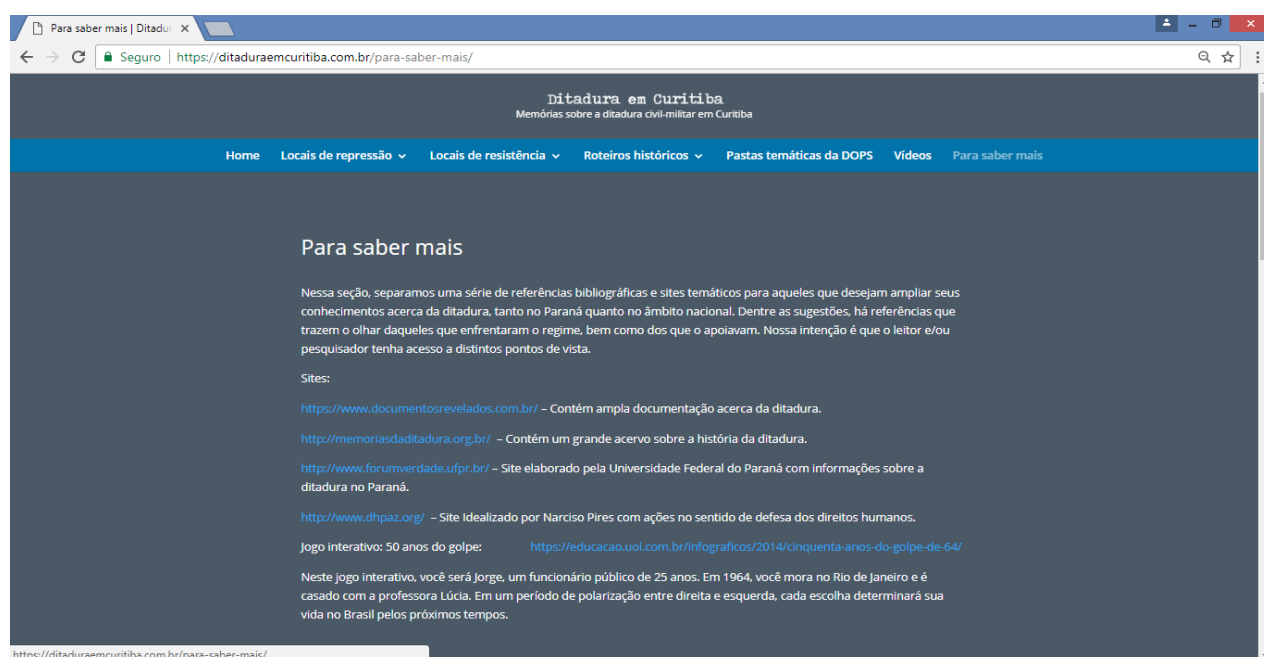


Figura 36: Indicação de *sites* para pesquisa

Fonte: Disponível em: <<https://ditaduraemcuritiba.com.br/para-saber-mais/>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

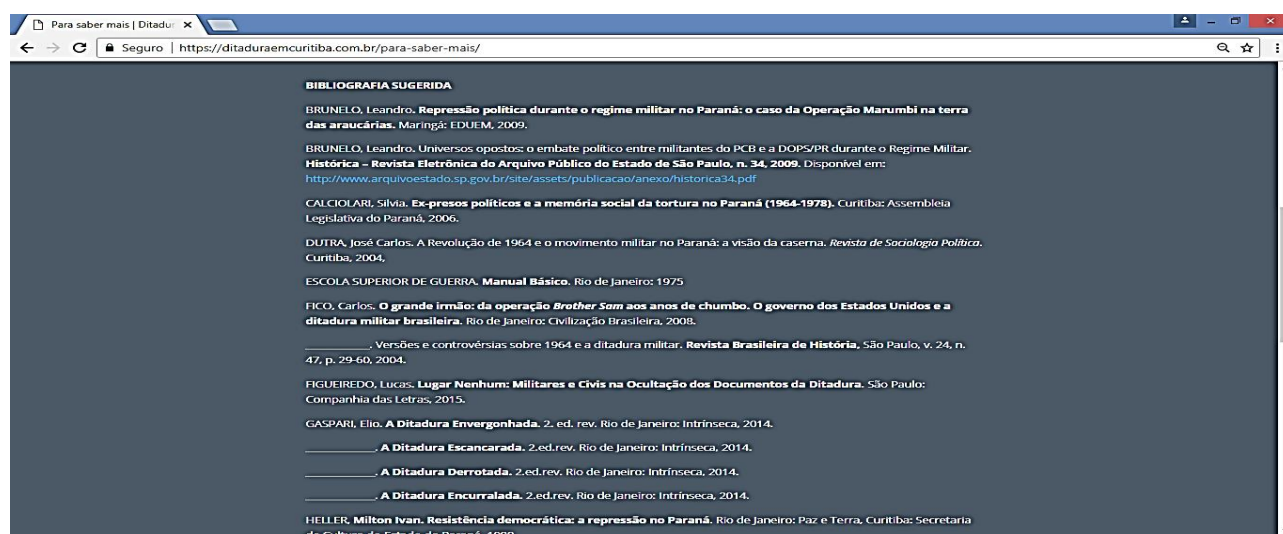


Figura 37: Bibliografia sugerida

Fonte: Disponível em: <<https://ditaduraemcuritiba.com.br/para-saber-mais/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

Nas duas imagens acima, mostramos a última seção do site, com indicações de sites temáticos relacionados ao tema e com uma bibliografia para atividades de pesquisa, firmando nosso compromisso em incentivar a autonomia discente.

Acreditamos que tanto esta dissertação quanto o site *Ditadura em Curitiba* trazem uma gama de elementos que contribuem na divulgação de um pedaço da História do Paraná e sobretudo, a de Curitiba.

Após dissertarmos sobre a repressão e a resistência, procuramos neste último capítulo trazer apontamentos e referenciais, mostrando o processo de construção do *site*, trazendo elementos que possam ser utilizados no ensino de História, enfatizando o período da ditadura civil-militar, sobretudo em Curitiba, com o objetivo de aproximar os estudantes de seu objeto de análise, tornando-o mais palpável e interessante. Com esta ideia, esperamos auxiliar em um projeto que, esperamos, cresça e faça parte da realidade da educação de uma forma mais geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrermos uma longa estrada no desenvolvimento da referida pesquisa, é chegada a hora de fazermos algumas reflexões acerca do que foi construído até aqui. Podemos afirmar que a pesquisa não se encerra com a entrega da presente dissertação, ao contrário: ao concluir esta etapa esperamos abrir múltiplas possibilidades de exploração e pesquisa sobre o assunto abordado, a partir das reflexões e referências reunidas neste estudo.

Ao iniciar esta pesquisa, ao menos dois fatores nos motivaram a seguir a temática da ditadura civil-militar em Curitiba. O primeiro foi o fato de tentarmos entender um assunto tão complexo sempre presente na esfera nacional e tão pouco lembrado na esfera regional. O segundo fator foi a intenção de contribuir para o aprimoramento do ensino de História Local nas escolas do Estado, para tanto, elaboramos o site *Ditadura em Curitiba*, no qual reunimos inúmeras fontes acerca do tema, bem como um roteiro histórico que pode ser utilizado de diversas maneiras por professores, alunos e demais interessados.

Um problema que pensávamos ter *a priori* estava relacionado à quantidade de bibliografia disponível, sobretudo com relação à ditadura especificamente no Paraná. Ao longo da pesquisa percebemos que, sobretudo nos últimos anos, a academia se preocupou com esta temática, desta forma, a quantidade de artigos, dissertações e teses encontradas para pautar o presente estudo foi satisfatória. Todavia, ainda carecemos de obras que atraiam um público mais geral. Nem mesmo nos livros didáticos encontramos capítulos que contemplem a História Local, mesmo constando nos PCN's a orientação do desenvolvimento desta temática no ambiente escolar.

Ao abordar a ditadura civil-militar em Curitiba, sobretudo pelo viés da memória, percebemos que se tratava de algo complexo, uma vez que diferentes pontos de vista trazem inúmeras possibilidades de interpretação. A atuação de Ney Braga no início do regime, por exemplo, se deu de forma bastante ambígua, com seu apoio ao regime se consolidando, apesar de mostrar uma posição mais nebulosa nos primeiros momentos do golpe.

Ao selecionar os depoimentos gravados em vídeo pelo projeto DHPAZ, tentamos trazer para a análise dissertativa aqueles que mais tinham proximidade do assunto abordado, entretanto, sabemos que ao fazer estas escolhas, deixamos uma imensa quantidade de preciosas fontes de lado, por isso inserimos a relação de todos os 172

depoimentos no site *Ditadura em Curitiba*. O projeto da ONG supracitada, contudo, não conseguiu o depoimento de algumas pessoas importantíssimas, pelo fato de algumas já terem falecido, como o caso de Tereza Urban, jornalista que atuou contra o regime no Estado. Acreditamos que a divulgação deste projeto de vídeo possa trazer mais pesquisadores para a análise destas fontes, que fazem parte de um riquíssimo material a ser estudado. É espantoso perceber que cada depoimento, após mais de 5 anos disponível na plataforma *youtube* possui no máximo algumas centenas de visualizações. Podemos perceber que Narciso Pires, ao elaborar este projeto, sabia da importância dessa empreitada, colocando nele o título de *Depoimentos para a História*.

Com relação aos depoimentos selecionados neste trabalho, foi interessante notar que grande parte dos testemunhos optaram pelo caminho de uma não vitimização, pois apesar de muitos mencionarem sessões de tortura, não agem como indivíduos inocentes, presos por motivos que desconheciam. Ao contrário, grande parte mostra total consciência de uma iminente prisão por suas atividades políticas, além de alguns depoentes terem relatado que sofreram apenas tortura psicológica. Muitos dos ex-militantes mantiveram uma rede de contatos após a redemocratização, contribuindo, possivelmente, para a construção do que Maurice Halbwachs chama de “memória coletiva”.

Os trabalhos de Milton Ivan Heller e Silvia Calciolari abriram um caminho bastante fértil no que diz respeito ao estudo da ditadura no Estado do Paraná. O primeiro lançou seu livro logo após o processo de redemocratização, em 1988, com uma série de depoimentos de agentes atuantes no período. A segunda, lançou em sua dissertação de mestrado uma análise sociológica sobre os indivíduos que foram indenizados pela lei 11.255/95, pioneira nesse sentido no Brasil. Ambos os trabalhos são referência recorrente em trabalhos com este tema.

Indicaremos a seguir algumas possibilidades de pesquisa, não contempladas nesta dissertação, por não fazerem diretamente parte de nosso objeto de pesquisa, mas que podem revelar caminhos férteis para futuros pesquisadores. Logo no início deste trabalho explicamos as razões em utilizarmos o termo “ditadura civil-militar”, enfatizando que nos parece ser um termo mais adequado para um regime complexo, cuja participação civil foi essencial, tanto para a implementação quanto para o funcionamento de boa parte de seus 21 anos de domínio sobre o país. Um exemplo da participação civil na época da tomada de poder é o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), órgão de viés conservador fundado no início da década de 1960 por empresários, advogados, oficiais das forças

armadas e tecnocratas, tornando-se à época do governo Jango uma força hercúlea, cuja participação intelectual no golpe de 1964 foi importante (SKIDMORE, 1988, p. 30). Outro fator civil atuante foram as já citadas “marchas da família”, que lutavam contra o “inimigo vermelho”, lembrando que o evento em Curitiba possuía características peculiares que o diferenciava dos demais que ocorreram no país.

Recentemente, reportagens dão conta de empresas que atuaram em auxílio da repressão, denunciando funcionários que possuíam ideias de esquerda. Apenas para citar um exemplo, no final de 2017 a empresa Volkswagen emitiu um parecer no qual admite sua participação na ditadura, uma vez que a companhia permitiu não só a prisão, mas a tortura de funcionários, bem como se beneficiou com o enfraquecimento de benefícios trabalhistas.⁹⁴ Já comentamos anteriormente a nota emitida pelo jornal *O Globo* fazendo uma espécie de *mea culpa* por ter apoiado a então chamada “Revolução de 1964” tão logo o regime se instaurou.

Quando fizemos o levantamento dos locais relacionados à repressão, indicamos alguns que não estavam relacionados em pesquisas anteriores, como a Superintendência da Polícia Federal. Por meio dos depoimentos analisados, notamos que apesar de haver grande número de locais inerentes à repressão, o relato de torturas é mais frequente em três localidades: A sede da DOPS, o Quartel da Praça Rui Barbosa e a Clínica Marumbi – esta última, sobretudo, na época da operação homônima.

Com relação aos locais de resistência, a Praça Zacarias e o Edifício Santa Maria ainda não haviam sido relacionados, ao menos nos trabalhos que tivemos contato. Todavia, as possibilidades são múltiplas e embora tenhamos tomado conhecimento de outras localidades, não pudemos relacioná-las nesta pesquisa, sobretudo pela carência de fontes. Sabemos, por exemplo, que era comum a reunião de militantes em casas alugadas, os chamados “aparelhos”. Entretanto, devido ao fato de muitos destes locais não existirem mais e de depoentes não lembrarem com exatidão a localização, sua catalogação fica comprometida. O mesmo se dá com alguns lugares de repressão. À medida em que conseguirmos mais informações, disponibilizaremos no *site* que criamos.

As greves em Curitiba no final da década de 1970 são um campo fértil para novas pesquisas. Há uma grande variedade de jornais que tratam delas, bem como os depoimentos de vários agentes deste período gravados no projeto *Depoimentos Para a*

⁹⁴ Para mais informações, ver: BEDINELLI, Talita, Volkswagen admite laços com a ditadura militar, mas falha ao não detalhar participação, diz pesquisador. *El País*, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/15/politica/1513361742_096853.html>. Acesso em: 10 abr. 2018.

História. Citar todas as greves neste trabalho seria impossível e até fugiria do escopo deste trabalho, devido à grande quantidade dessas manifestações. Sua análise renderia outra dissertação ou até mesmo uma tese.

Com relação ao ensino de História, as possibilidades de pesquisa inerentes ao tema são múltiplas. Nesta dissertação, escolhemos a elaboração do *site* como forma de aproximação do aluno com o objeto de estudo, inserindo fontes primárias, tanto documentais quando audiovisuais, bem como contemplando uma relação de locais de repressão e resistência. Os roteiros podem ser utilizados tanto em sala de aula como em uma aula de campo, permitindo uma maior interação dos alunos com o meio. Todavia, há muitas outras formas de se inserir esta temática em sala de aula, seja trabalhando com jornais da época, discursos proferidos, fotografias, trechos de depoimentos, coletas de depoimentos de parentes de alunos que viveram esta época, etc.

Fizemos todos os esforços para mesclar o rigor que exige uma pesquisa acadêmica de História com uma ferramenta que pudesse ser acessada por um público amplo, procurando atender diversas matizes. Desta forma, o site irá agregar todos os tópicos já citados, inclusive esta dissertação. Esperamos ter contribuído para a desconstrução do estigma de que o Paraná não possui tanta relevância histórica quanto os Estados considerados principais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Ora, temos uma história riquíssima e que merece ser analisada e perpassada para as futuras gerações. A mudança deste paradigma começa na academia, mas se consolida na sala de aula.

Não foi possível fazer uma análise do Projeto Político-Pedagógico do colégio onde trabalho,⁹⁵ uma vez que neste momento este documento está sendo modificado, pois após várias reflexões com a coordenação e diretoria desta instituição, foi decidida a implementação de novas diretrizes, dentre elas a inserção de História Local, o que considero uma vitória pessoal.

⁹⁵ Levando para a primeira pessoa do singular por se tratar de minha realidade especificamente.

FONTES

DEAP/ DOPS/PR. Pasta 797, cx 94.

DEAP/ DOPS. Pasta n 856, cx 105

DEAP/DOPS. Pasta 2308, cx 259.

DEAP, DOPS. Pasta 2313. Cx 260.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: 1975.

ALVES, Osvaldo. **DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ktf9TMqXC_E>. Acesso em: 29 set. 2017.

DA ROCHA, Luís Carlos. **DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N6GBKuMLWs8&t=2252s>>. Acesso em: 27 set. 2017.

DIAS, Álvaro. **Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mawe3-PDsBQ>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

DOTTI, Renê Ariel. **DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WfaM79GY054&pbjreload=10>>. Acesso em: 8 out. 2017.

FURQUIM, Elizeu Ferraz. **DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LMxpIUjMupA>>. Acesso em: 30 set. 2017.

GARCIA, José dos Reis. **DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q5-bF9u5s-Q>>. Acesso em: 25 set. 2017.

JACOB, Stênio Sales. **DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=94r61FSOuOk&t=1743s>>. Acesso em: 8 out. 2017.

JÚNIOR, Ildeu Manso Veira. **DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JWtLRZkz7mA&t=424s>>. Acesso em: 27 set. 2017.

LOPES, José Ferreira. **DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3PcApukNnsI>>. Acesso em: abr. 2018.

MENDES, José Carlos. **DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gLw-VOU7ZgY>>. Acesso em: 9 out. 2017.

OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires. **DH PAZ – Depoimentos para a história (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FCk1pIo-UNo&t=4344s>>. Acesso em: 9 out. 2017.

PEREIRA, Alcidino Bittencourt. **DHPAZ – Depoimentos para a história (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=08K58RGZo4s>>. Acesso em: 22 set. 2017.

PREVIDI, Wilson. **DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qJMeSbo8_dQ>. Acesso em: 25 set. 2017.

SANTANA, Antônio Pereira de. **DH PAZ - Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wXO9YcU3vJ8&t=2311s>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

SOROTIUK, Vitório. **DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fTGYbNxD4Bg>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

TRINDADE, Judite Barbosa. **DHPAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F-TKlkWwm8s>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

ZANNIN, Marlene. Depoimentos para a História. **DH PAZ – Depoimentos para a História (vídeo)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yyabXrIFfx0>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ

CORREIO DA MANHÃ, 2. Navio vai receber detidos em santos. 9 abr. 1964. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/089842_07/51061>. Acesso em 16 jan 2017.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à Brasileira**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0503200908.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

JORNAL GAZETA DO POVO

DEDA, Rhodrigo. Ney Braga conspirou contra Jango em 1964, diz general da reserva. **Gazeta do Povo**. 30 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/ney-braga-conspirou-contrajango-em-1964-diz-general-da-reserva-bi6flt5r0rn3bjz8bjxymha>>. Acesso em: 11 set. 2017.

FERNANDES, José Carlos. Memórias esparsas da “Chácara do Alemão”. **Gazeta do Povo**, 30 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/memorias-esparsas-da-chacara-do-alemao-a9ovivra757lryxy4fr2zt7i5>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

GARCIA, Euclides Lucas; BRUGNOLO Brunno. Estudantes repetem 68 e arrastam busto de ex-reitor pelas ruas de Curitiba. **Gazeta do Povo**, 1 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/estudantes-repetem-68-e-arrastam-busto-de-ex-reitor-pela-ruas-de-curitiba-8eqeh4b5ooga5xdpmlfri787i>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

GAZETA DO POVO. 5 abr. 2016. **Aos 76 anos, carpinteiro passa no exame da OAB**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/aos-76-anos-carpinteiro-passa-no-exame-da-oab-7c54cxf2ckqjylezoh2fz77h0>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

GAZETA DO POVO. 24 jan. 2009. **Curitiba foi pioneira na campanha**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/curitiba-foi-pioneira-na-campanha-bdzz1yc2vvn0dlfkh33y08r4e>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

GAZETA DO POVO. **Desativado, presídio do Ahu deve abrigar sede da justiça estadual**. 14 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e>>

cidadania/desativado-presidio-do-ahu-deve-abrigar-sede-da-justica-estadual-a4fd86hjc2pis0ppudbr27o0e>. Acesso em: 11 jun. 2017.

GAZETA DO POVO. 1 abr. 2014. **Estudantes repetem 68 e arrastam busto de ex-reitor pelas ruas de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/estudantes-repetem-68-e-arrastam-busto-de-ex-reitor-pela-ruas-de-curitiba-8eqeh4b5ooga5xdpmlfri787i>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

GAZETA DO POVO. **Ney Braga conspirou contra Jango em 1964**. 30 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/ney-braga-conspirou-contrajango-em-1964-diz-general-da-reserva-bi6flt5r0rn3bjz8bqjxymha>>. Acesso em: 19 set. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IM2CiU8iRY4>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

NUCADA, Luisa. Aos 76 anos, carpinteiro passa no exame da OAB. **Gazeta do Povo**, 5 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/aos-76-anos-carpinteiro-passa-no-exame-da-oab-7c54cxf2ckqjylezoh2fz77h0>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

JORNAL DIÁRIO DA TARDE

DIÁRIO DA TARDE. **CPI do massacre foi instalada ontem**. 13 ago. 1964. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/106172>>. Acesso em: 2 out. 2017.

DIÁRIO DA TARDE. **Crise estudantil chega ao fim com a mediação das autoridades**. Curitiba, 15 mai. 1968. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/117620>>. Acesso em: 21 set. 2017.

DIÁRIO DA TARDE. **Trinta Mil Pessoas Protestaram Contra Encampação Colegiais**. 25 mar. 1964. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/105259>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

DIÁRIO DA TARDE. 8 mai. 1968. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/117581>>. Acesso em: 4 out. 2017.

DIÁRIO DA TARDE. **Preso chefe a rebelião dos Posseiros.** 11 de agosto de 1964. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/106145>>. Acesso em: 2 out. 2017.

DIÁRIO DA TARDE. **Muita confusão no 2º dia da greve dos trabalhadores da construção civil.** 4 nov. 1979, p. 6. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/800074/144938>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

JORNAL DIÁRIO DO PARANÁ: ÓRGÃO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS

DIÁRIO DO PARANÁ. A Prova da subversão (I) - que preparavam os comunistas. **Órgão dos Diários Associados.** Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/65306>>. Acesso em: 27 set. 2017.

DIÁRIO DO PARANÁ. Polícia divulga o nome de todos os presos políticos. **Órgão dos Diários Associados.** 7 mai. 1964. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/49230>>. Acesso em: 22 set. 2017.

URAN, Francisco. O comunismo no Brasil – A influência da China Vermelha. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados.** 2 abr. 1966. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/761672/57573>>. Acesso em: 27 set. 2017.

JORNAL EL PAÍS

BEDINELLI, Talita, Volkswagen admite laços com a ditadura militar, mas falha ao não detalhar participação, diz pesquisador. **El País**, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/15/politica/1513361742_096853.html>. Acesso em: 10 abr. 2018.

JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA

TRIBUNA DA IMPRENSA. **A democratização universitária.** 5 mai. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/154083_02/16252>. Acesso em: 14 set. 2017.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Presa ex-cúpula da UNE.** 13 out. 1968. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19681013-28685-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 21 set. 2017.

JORNAL O GLOBO

O GLOBO. **Apoio do golpe de 64 foi um erro.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

JORNAL O POVO

O POVO. **Manifestação pede intervenção militar.** 16 nov. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2017/11/manifestacao-pede-intervencao-militar.html>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

JORNAL ÚLTIMA HORA

ÚLTIMA HORA. **Fracassou passeata dos privilegiados.** 25 mar. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830348/19426>>. Acesso em: 28 mar. 2018

PÁGINAS DA INTERNET

ARQUIVOS DA DITADURA. Disponível em: <http://arquivosdaditadura.com.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

_____. Disponível em: <http://arquivosdaditadura.com.br/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

BNDIGITAL. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

CURITIBA ANTIGA. **Quartel General e praça Ruy Barbosa, vista de Edifício Presidente em 1968.** Disponível em: <http://www.curitibaantiga.com/fotos-antigas/615/Quartel-General-e-Pra%C3%A7a-Ruy-Barbosa-Vista-do-Edif%C3%ADcio-Presidente-em-1968.html>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

DITADURA EM CURITIBA. Disponível em: <https://ditaduraemcuritiba.com.br/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

_____. **CPOR da 5ª Região Militar.** Disponível em: <https://ditaduraemcuritiba.com.br/cpor-da-5a-regiao-militar/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

_____. **Mapa da repressão.** Disponível em: <https://ditaduraemcuritiba.com.br/mapa-da-repressao/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

_____. **Pastas temáticas da DOPS.** Disponível em: <<https://ditaduraemcuritiba.com.br/pastas-tematicas-da-dops/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

_____. **Vídeos.** Disponível em: <<https://ditaduraemcuritiba.com.br/videos/>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

_____. **Para saber mais.** Disponível em: <<https://ditaduraemcuritiba.com.br/para-saber-mais/>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Movimento Brasileiro de Alfabetização Mobral.** Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Escola+Ensino+Fundamental+Leonor+Castellano/@-25.5206054,-49.239211,345m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x94dcfa56a32d9f11:0x39c583cf06b87cca!4b1!8m2!3d-25.520037!4d-49.238439?hl=pt-BR&authuser=0>> Acesso em: 12 mai. 2018.

MEMÓRIAS TORTURADAS. Disponível em: <<http://www.memoriastorturadas.com/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

OASP. **Valores do salário mínimo nacional desde sua instituição até os dias de hoje.** Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/subs/saoluizdoparaitega/noticias/valores-do-salario-minimo-nacional-desde-sua>>. Acesso em: 31 out. 2017.

PASSADOS PRESENTES. Disponível em: <<http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>>. Acesso em: 25 out. 2017.

_____. Disponível em: <<http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>>. Acesso em: 25 out. 2017.

PINTEREST. Disponível em: <<https://www.pinterest.de/pin/376824693803006864/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=836>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

LAGO et al. O apogeu e o declínio dos aparelhos clandestinos da repressão. TAB UOL. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/mapa-da-morte-3/#embed-1>> Acesso em 23 mai. 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **UFPR inaugura novo prédio na rua Ubaldino do Amaral.** Disponível em: <<http://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/ufpr-inaugura-novo-predio-na-rua-ubaldino-do-amaral/>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais. **Revista História**. Hoje, v. 1, n. 1, p. 61-88, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

BRASIL. **Ato Institucional nº. 1, 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Planalto, Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 2 nov. 2017.

BRASIL. **Ato Institucional nº. 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Planalto, Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em 02 nov. 2017.

BRASIL, **Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Planalto, Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em 02 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967**. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Planalto, Brasília, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0228.htm>. Acesso em 23 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Planalto, Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4464.htm>. Acesso em 23 set. 2017

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na terra das araucárias**. Maringá: EDUEM, 2009.

BRUNELO, Leandro. Universos opostos: o embate político entre militantes do PCB e a DOPS/PR durante o Regime Militar. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 34, 2009. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica34.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

CALCIOLARI, Silvia. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 2002.

CODATO, Adriano Nervo; DE OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

DUTRA, José Carlos. A Revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 2004,

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação *Brother Sam* aos anos de chumbo**. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum: Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à Prática Educativa. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **A Ditadura Escancarada**. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GAVIÃO, Leandro; PAIVA, Henrique. As estruturas políticas e o impeachment. **Le Monde Diplomatique**. 6 dez. 2016. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/estruturas-politicas-e-o-impeachment/>>. Acesso em: 29 fev. 2018.

GONÇALVES, Nadia G; GONÇALVES, Sandro A. **Pierre Bourdieu**: educação para além da reprodução. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GONÇALVES, Nadia Gaioffato. Produção de material didático para o ensino de História: uma experiência de formação. **Rev. Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 933-949, set./dez. 2011.

HALBWACKS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática**: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles. **Memórias de 1964 no Paraná**. Imprensa oficial. Curitiba, 2000.

IPÓLITO, Verônica Karina. DOPS, PCB e o mito da conspiração comunista no Paraná (1945-1953). In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – 26 a 29 de junho de 2016, ANPUH, UFPR. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1467250015_ARQUIVO_Texto_ANPUHCURITIBA2016_Veronica.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. 2. ed. Campinas, Papirus, 2007.

KÜNZLE, Maria Rosa Chaves; RANZI, Serlei Maria Fischer. “Memória militante”: a visão dos idealizadores das escolas alternativas em Curitiba (1966-1986) acerca da noção de “Liberdade e limites” no âmbito da escola. In: GONÇALVES, Nadia G; RANZI, Serlei

M. F. (Org.). **Educação na ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas** (Paraná, 1964-1985). Curitiba: Ed. UFPR, 2012. p. 197-201.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. A lógica da suspeição: Sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, São Paulo, 1997.

MARTINS FILHO, João R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, n. 28, p. 178-201, dez. 2002.

MICHEL, Johan. Podemos falar em uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, ago./nov. 2010.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre a memória e a História – a problemática dos lugares. São Paulo: **Projeto História**, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Narciso Pires de; SAHD, Fabio Bacila; CALCIOLARI, Silvia. **Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná**. Curitiba: DHPaz, 2014.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU. **Relatório Estadual da Comissão da verdade Tereza Urban**, 2014

PEREIRA, Mateus H. F; PEREIRA, Andreza C. I. Os sentidos do Golpe de 1964 nos livros didáticos de História (1970-2000): entre continuidades e descontinuidades. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, jul. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jathay. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, Pelotas, 2005.

PINA, Fabiana. Acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968). **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. São Paulo, 2008 (CD Rom).

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, n. 10, p. 200-15, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do Golpe à transição democrática. Santa Catarina. **Política e Sociedade**, v. 7, n. 13, 2008.

SILVA, Marcos Antônio da; GUIMARÃES, Selva Fonseca. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 60, p. 13-33, 2010.

SILVA, Marcos. O historiador, o ensino de História e seu tempo (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil – 1964/1985). **Antíteses**, v. 2, n. 3, p. 23-36, jan./jun. 2009.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: Classes e Ideologias cruzadas. Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções. **Novos estudos** 97, out. 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VIEIRA, Ildeu Manso. **Memórias torturadas (e alegres) de um preso político**. Curitiba: SEEC, 1991.

ZAPARTE, Andrea. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)**. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em História) - Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2011.